2006-2026
20ANOS

AMAZÔNIA

INFORME DE
ANÁLISE

05

Investigação sistemática da criminalidade e representação política na Amazônia Legal

Março de 2026

FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

Legal Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal

AMAZÔNIA

INFORME DE **ANÁLISE** 05

FÓRUM BRASILEIRO DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

Legal Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal

Investigação sistemática da criminalidade e representação política na Amazônia Legal

Março de 2026

2006-2026
FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA
20ANOS

FICHA INSTITUCIONAL

Diretor Presidente
Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva
Samira Bueno

Gerente de Programas
David Marques

Gerente de Relações Institucionais
Juliana Martins

Gerente de Projetos e Dados
Isabela Sobral

Coordenadores Temáticos
Cauê Martins
Leonardo Silva

Assessora especial de captação e mobilização
Manoela Miklos

Pesquisadores Sêniores
Aiala Couto
Ariadne Natal
Juliana Brandão
Rodrigo Chagas

Equipe Técnica
Arthur dos Santos (estagiário)
Beatriz Schroeder
Gabriela Oliveira (estagiária)
Isabella Matosinhos
Marina Bohnenberger

Gerente Administrativa e Financeira
Débora Lopes

Assistente de Diretoria
Letícia Conceição

Equipe Administrativa
Elaine Rosa
Sueli Bueno

Conselho de Administração
Presidente: Cássio Thyone A. de Rosa
Presidente de Honra: Elizabeth Leeds

Conselheiros
Alan Fernandes
Bartira Macedo de Miranda
Cássio Thyone A. de Rosa
Denice Santiago
Edson Ramos
Lívio José Lima e Rocha
Marlene Inês Spaniol
Daniel Cerqueira
Arthur Trindade M. Costa
Paula Ferreira Poncioni
Juliana Lemes da Cruz

Conselho Fiscal
Renato de Alcino Vieira
Roberto Uchôa
Sandoval Bittencourt

FICHA TÉCNICA

INVESTIGAÇÃO SISTEMÁTICA DA CRIMINALIDADE E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA AMAZÔNIA LEGAL

Coordenação Geral
Fabiano Santos (LEGAL)
Renato Sérgio de Lima (FBSP)
Samira Bueno (FBSP)

Equipe FBSP
David Marques
Isabela Sobral
Leonardo Silva
Marina Bohnenberger

Equipe LEGAL
Ivan Henrique de Mattos e Silva
Luci Maria Teston
Djair Durand Ramalho Frade
Ana Paula Lima
Paulo Gustavo Correa
Marcus Cardoso
Marilene Corrêa da Silva Freitas
Ludolf Waldmann Júnior
Paula Mirana de Sousa Ramos
Breno Rodrigo de Messias Leite
Tereza de Sousa Ramos
Arleth Santos Borges
Marcelo Fontenelle e Silva
Antonio Marcos Pereira
Yan Carlos Ribeiro Cipriano
Adilson Vagner de Oliveira
Leomir Lemos
Natacha Chabalin Ferraz
Raimundo França
Telmo Antonio Dinelli Estevinho
Rodrigo Dolandeli dos Santos
Carlos Augusto da Silva Souza
Bruno de Castro Rubiatti
Denis Conrado da Cruz
Leny May da Silva Campelo
Raimunda Eliene Sousa Silva
Ana Paula Lima dos Santos
João Paulo S. L. Viana
Patrícia Mara Cabral de Vasconcellos
Roberto Ramos Santos
Cleber Batalha Franklin
Edileuson Santos Almeida
Antônia Celene Miguel
Albertina V. M. Oliveira
Cynthia M. Miranda
Cristiano A. Viana

Projeto gráfico e diagramação
Oficina 22 Estúdio Design Gráfico e Digital

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Maria Claudia Pink L. Dalcorso – CRB 8/7504

F636i

Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal.
Investigação sistemática da criminalidade e representação política na Amazônia Legal [livro eletrônico]. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026.

Recurso digital, 140 p.: il. Color - (Informes de análise, 05)

Formato: PDF
Inclui bibliografias.

ISBN: 978-65-89596-51-6

Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/302

1. Criminalidade e Política – Amazônia. 2. Criminologia - Legislação. 3. Criminalidade e representação política na Amazônia legal. I. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. II. Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal. III. Título.

23. ed. CDD 364.981
23. ed. CDD 320.981

Como referenciar:
FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; LABORATÓRIO DE ESTUDOS GEOPOLÍTICOS DA AMAZÔNIA LEGAL. Investigação sistemática da criminalidade e representação política na Amazônia Legal [livro eletrônico]. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026. (Informes de análise, 05) Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/302. Acesso em: -

Sumário

Apresentação 6

Introdução 8

A Dimensão Política da Segurança Pública no Acre: votação e atuação de parlamentares em municípios vulneráveis ao crime 17

Crime, segurança pública e voto no Amapá: uma análise espacial dos campeões de voto (2018 e 2022) 29

Uma análise espacial do voto e da criminalidade na Amazônia Legal: Dominância eleitoral e crimes ambientais no Amazonas 42

(In)segurança Pública e Política no Maranhão: votação e atuação parlamentar de deputados mais votados na *rota da criminalidade* 55

Território, violência e atuação parlamentar em Mato Grosso: uma análise espacial das bases eleitorais e agendas de segurança 66

Política, Crime e Representação no Pará: Um Estudo sobre o Desempenho Eleitoral e a Atuação Parlamentar em Municípios vulneráveis à criminalidade 85

A Dimensão Política da Segurança Pública em Rondônia: votação e atuação de parlamentares em municípios vulneráveis ao crime 101

Desempenho eleitoral e atuação parlamentar dos deputados mais votados nas eleições de 2022 em Bonfim: município fronteiriço integrante da rota de criminalidade e violência em Roraima 118

Concentração Eleitoral e Vulnerabilidade Territorial: uma Análise Espacial da Política no Tocantins 128

Apresentação

A parceria entre o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL) reúne duas instituições com trajetórias complementares para enfrentar um dos desafios centrais do país: compreender como a expansão recente do ecossistema criminal na Amazônia Legal se articula com a representação política nos territórios mais afetados pela violência e pelas economias ilícitas.

Trata-se de uma cooperação que busca a produção de um relatório analítico para estabelecer bases metodológicas para a investigação sistemática sobre a existência de relações entre incidência da criminalidade e padrões de votação para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas nos estados da Amazônia Legal. A parceria combina a experiência acumulada do FBSP em mais de 10 relatórios desde 2020, que têm produzido dados e argumentos que têm contribuído para reenquadrar o debate sobre Amazônia, colocando o crime organizado como um dos eixos centrais a obstar a agenda de desenvolvimento sustentável da região, conectando-a com questões regionais e geopolíticas mais amplas, além de produzir efeitos concretos no território amazônico brasileiro, – com a capacidade do LEGAL de produzir leituras geopolíticas finas sobre o território, integrando economia política, conflitos socioambientais e dinâmicas eleitorais.

O lançamento, em 2025, de nova edição da série "Cartografias da Violência na Amazônia" pelo FBSP, que aponta a consolidação de um ecossistema criminal complexo ancorado na

expansão de facções e na sobreposição entre crime, disputas fundiárias e degradação ambiental, fornece o pano de fundo empírico para o trabalho conjunto. A partir desse acúmulo, o relatório FBSP–LEGAL se volta a um ponto até então pouco explorado: quem são, de onde vêm e como atuam politicamente os parlamentares que se tornam campeões de voto nos municípios situados na Rota de Criminalidade.

Nesse sentido, a parceria se estrutura em torno de três eixos principais: (1) o perfil socioeconômico e político desses representantes, marcado por elites locais e regionais, forte capital econômico, redes familiares longevas e presença expressiva de empresários, grandes proprietários rurais e atores oriundos das forças de segurança; (2) a configuração espacial da votação, analisada com o uso de mapas e do Quociente Locacional para identificar graus de especialização eleitoral nos municípios mais expostos à criminalidade violenta; e (3) a produção legislativa, que permite aferir em que medida tais mandatos se traduzem – ou não – em agendas substantivas de segurança pública e enfrentamento das economias ilícitas.

Ao articular essas dimensões, a cooperação FBSP–LEGAL abre uma agenda de pesquisa aplicada e acadêmica sobre as cadeias de valor materiais e simbólicas da "nova economia do crime" na Amazônia Legal e, ao mesmo tempo, oferece instrumentos concretos para o acompanhamento público e a cobrança de accountability de parlamentares que devem responder às populações que vivem nos territórios mais vulneráveis da região.

Introdução

Fabiano Santos

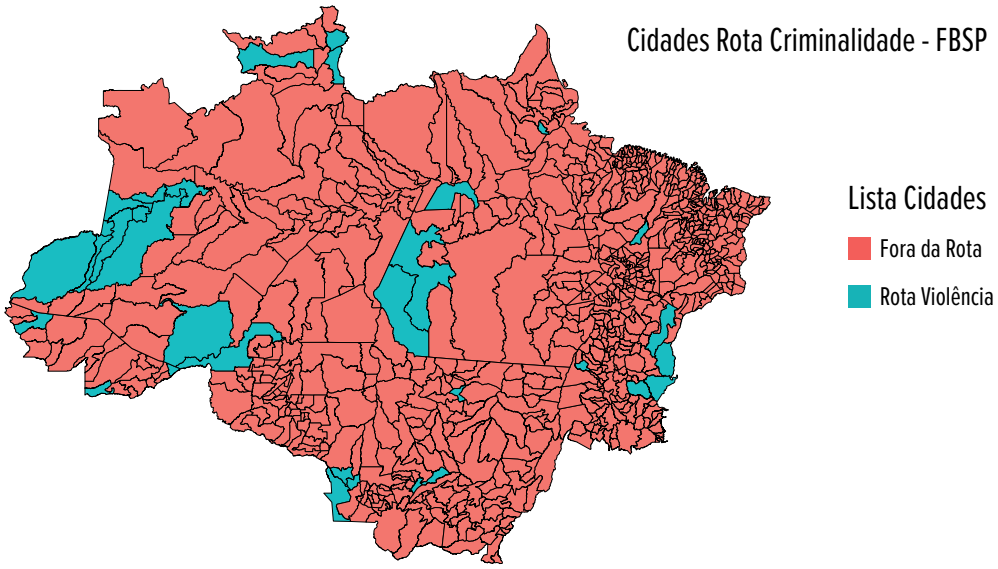
O relatório que segue resulta de parceria inédita entre o Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). É composto de 9 boletins, sendo seu objetivo principal estabelecer os fundamentos analíticos e metodológicos para a investigação sistemática das relações entre incidência da criminalidade e os padrões de representação política nos estados da Amazônia Legal, doravante ALegal. Mais especificamente, as análises a seguir se assentam no estudo do perfil dos parlamentares mais votados, tanto para a Câmara dos Deputados quanto para as Assembleias Legislativas, nos territórios inseridos naquilo que o FBSP define como a Rota de Criminalidade, doravante RC (FBSP, 2025).

Importante assinalar que, no mês de novembro de 2025, foi lançado pelo Fórum uma nova edição da série anual *Cartografias da Violência na Amazônia*, cujo resultado aponta para um cenário de reconfiguração das dinâmicas territoriais, sociais e ambientais do crime na região, agora fortemente ancorado na expansão das facções criminosas, constituindo-se, por conseguinte, ecossistema criminal complexo, em que os grupos criminosos nacionais se articulam ou competem com facções locais e regionais, de forma sobreposta aos conflitos fundiários, crimes ambientais e ocupações irregulares, de resto seculares na região (FBSP, 2025).

Os boletins que compõem o relatório partem de uma composição de ilegalidades (muitas vezes articulada a atividades lícitas) usada pelo FBSP para identificar as RCs, a saber: mortes violentas intencionais (vitimização policial, letalidade policial, homicídios dolosos e latrocínios); feminicídios; grilagem de terras; crimes ambientais em geral, como garimpo ilegal, desmatamento, tráfico de fauna e flora; lavagem de dinheiro; tráfico de pessoas; narcotráfico; tráfico de armas; exploração do trabalho análogo à escravidão; exploração sexual; assim como impacto desse ecossistema criminal na vida das populações locais, como poluição dos rios e manejo incorreto de rejeitos. O mapa abaixo permite uma primeira visualização da RC na ALegal.

Figura 1

Rota de Criminalidade na Amazônia Legal



Fonte: FBSP 2022.

Encontram-se agrupados por municipios imagens de maior e menor incidência da criminalidade no conjunto da Amazônia Legal. A coloração azul indica as cidades pertencentes à Rota de Criminalidade. Em rosa, as cidades fora da Rota. Como procedemos na análise? Em primeiro lugar, em todos os estados da ALegal encontramos algum municipio incluído na RC. Após essa identificação, partiu-se para os dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a fim de elencar, em tais muncipios, os/as campeões/ãs de votos para a Câmara dos Deputados e respectivas Assembleias Legislativas, nas eleições de gerais de 2022, sobretudo, mas, em alguns casos, também nos pleitos de 2018. Uma vez escolhidos/as os/as parlamentares mais bem votados/as, o próximo passo foi apresentar seus mapas de votação no estado, isto é, como se deu a distribuição de votos em favor de tais parlamentares pelos vários municipios. Com isso, foi possível averiguar até que ponto deputadas e deputados se "especializam" na obtenção de votos nas cidades pertencentes à RC.. A primeira variável, ser ou não campeão de voto, indica o grau de dominância eleitoral de uma candidata no municipio. Por sua vez, a variável que mede quão relevante foi a votação obtida no municipio por um candidato para sua votação total no estado indica o grau de concentração, ou o que chamamos aqui de "especialização eleitoral" nos municipios incluidos na RC.

O que as análises revelam é que, em geral, os campeões de voto nos municípios da rota da crimialidade são também especializados em buscar votos em tais cidades, ou seja, a influência do político no município é também fundamental para sua eleição. Trata-se de achado inédito e de vital relevância para o acompanhamento sistemático dos eleitores, tendo em

vista aprimorar os mecanismos políticos de *accountability* de seus respectivos representantes em questão tão fundamental para o desenvolvimento sustentável das localidades e o bem estar de suas populações.

O relatório foi além: passamos a identificar como se deu a inserção de tais parlamentares na política e as principais atividades enquanto membro do corpo legislativo, nacional ou estadual. De forma bem resumida, podemos afirmar: grande maioria de homens, filiados a partidos de centro-direita e de direita compõem nosso "time". Algumas exceções chamam muita atenção, como é o caso dos parlamentares do Maranhão, vindos de partidos nacionalmente coniderados de esquerda, PSB e PDT. Algumas mulheres aparecem também como campeãs de votos e especialistas em obter votos na RC. Também em sua maioria, os representantes possuem ascendência de famílias inseridas na elite política local, ou advém do mundo empresarial, sobretudo do agronegócio. Comum também saírem de quartéis, advogando trabalhar no combate à criminalidade. Como atividades legislativas proeminentes, averigua-se baixo protagonismo seja na proposição de projetos bem sucedidos, na liderança de bancadas partidárias ou presidência de comissões, configurando um conjunto consistente de parlamentares do "baixo clero", por assim dizer.

Uma importate agenda de pesquisa, tanto aplicada quanto mais acadêmica, se abre após a publicação deste relatório. A parceria do FBSP com o LEGAL é, de pronto, promissora no que tange investigações sistemáticas sobre como se estruturam as cadeias de valor materiais e simbólicas em torno da nova economia do crime ma ALegal. No que diz respeito à análise política, pela primeira vez identifica-se os políticos donos de mandatos apoiados por eleitores localizados nos muncipios expostos à criminalidade violenta. Do ponto de vista de quem estuda e combate a criminalidade, o mapeamento permite cobrar respostas dos agentes públicos que se encontram no topo da pirâmide do poder local.

Além dos boletins mencionados, de forma complementar, esse relatório traz abaixo uma análise introdutória mais geral, com objetivo de destacar os padrões em comum observados e, dessa forma, antecipar as análises sobre o perfil dos/as deputados e deputadas mencionados nos boletins.

Para tanto, trabalharemos em três eixos: 1 – Perfil socioeconômico e político; 2 – Configuração espacial de votação e; 3 - Produção Legislativa. Essa organização permite apresentar os contornos da estrutura política vigente na região e indicar como ela interação/reage ao quadro de segurança pública.

1. PERFIL SOCIOECONÔMICO E POLÍTICO

A análise dos boletins nos permite esboçar um padrão sobre o perfil socioeconômico e político marcado por elites locais e regionais, nas quais se combinam forte capital econômico, longa trajetória política e inserção em redes familiares consolidadas.

Em geral, trata-se de homens, filiados majoritariamente a partidos de centro-direita e direita. Do ponto de vista socioeconômico, observa-se a recorrência de perfis de empresários e grandes proprietários rurais em posições de destaque. No Maranhão, Márcio Honaiser declara patrimônio superior a 20 milhões de reais, distribuído em fazendas, empresas de produtos agropecuários, construtora, faculdades e imóveis urbanos, o que o vincula diretamente ao agronegócio e ao setor de serviços em Balsas, município de alto PIB e forte presença de soja. Em outros estados, o vínculo econômico aparece via propriedade de grupos empresariais de ramos diversos.

Um traço central é o familismo político, que atravessa praticamente todos os casos analisados. No Maranhão, a deputada Andreia Rezende representa a terceira geração de uma família com base eleitoral histórica em Balsas, sucedendo o pai e o marido no controle de um cinturão de municípios do sul do estado; ela própria afirmou que "o povo de Balsas vota na minha família há 40 anos". No Amazonas, a família Lins mantém simultaneamente um deputado federal veterano (Tila), ex-deputados estaduais e sobrinhos em mandatos estaduais e federais; no Amapá, a família Favacho ocupa cadeiras na Câmara dos Deputados, na Assembleia Legislativa, na Câmara Municipal e no Tribunal de Contas; em Roraima, Jhonatan de Jesus se projeta a partir da trajetória prévia do pai, Mecias de Jesus, seis vezes deputado estadual e hoje senador. Em Rondônia, a carreira de Ieda Chaves se ancora na projeção política do marido, Hildon Chaves, ex-prefeito de Porto Velho, enquanto Fernando Máximo emerge da combinação entre carreira de médico legista, cargo de secretário estadual de saúde e alinhamento ao bolsonarismo.

Em estados de fronteira e em municípios fortemente marcados pela presença de facções ou por economias ilícitas, destaca-se ainda a entrada de atores diretamente oriundos das forças de segurança e do sistema de justiça criminal. Jory Oeiras, policial penal no Amapá, transforma Santana – único município da rota no estado – em seu principal reduto eleitoral, enquanto Coronel Chagas, oficial da Polícia Militar de Roraima, constrói em Bonfim o núcleo decisivo de sua votação. Em Rondônia, Fernando Máximo, médico legista da Polícia Civil e ex-secretário de saúde, constrói sua imagem pública como gestor tecnicamente competente e conservador, ganhando projeção em Porto Velho, cidade que integra a rota da criminalidade. Assim, o eixo socioeconômico e político revela uma elite conservadora, masculina

e frequentemente militarizada, articulada a setores econômicos estratégicos (agronegócio, mineração, logística, educação privada, saúde) e ancorada em clãs familiares que controlam, há décadas, a representação de territórios vulneráveis à criminalidade.

2. CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DE VOTAÇÃO

O segundo eixo diz respeito à geografia do voto e à forma como esses parlamentares se especializam eleitoralmente nos municípios que compõem a Rota da Criminalidade. Os boletins utilizam mapas de porcentagem de votos e, sobretudo, o Quociente Locacional[1] (QL) para medir a concentração territorial da votação de cada candidato.

Em praticamente todos os estados analisados, os campeões de voto nos municípios da rota são também especialistas em buscar votos nesses mesmos municípios, apresentando QLs elevados justamente nas áreas de maior incidência de crime. No Amazonas, Tila Lins obtém percentuais muito altos em Lábrea, Atalaia do Norte, Fonte Boa, Jutaí, Tabatinga e Benjamin Constant, todos municípios da rota, com faixas de votação que chegam a 40,7% em Lábrea e acima de 20% em outros, e QLs superiores a 1 na maior parte do estado. Isso revela uma base eleitoral ampla, mas com núcleos de desempenho excepcional justamente nas áreas de forte presença de crimes ambientais, narcotráfico fluvial e isolamento institucional. Abdala Fraxe, por sua vez, apresenta um padrão distinto: desempenho baixo na maior parte do território, mas QL acima de 1,5 em São Paulo de Olivença e Amaturá, dois municípios da rota, o que indica colégio eleitoral restrito e extremamente concentrado.

No Maranhão, Balsas, Alto Parnaíba e Itinga do Maranhão – municípios de fronteira agrícola, situados em zonas de soja ou eucalipto e marcados por desmatamento, pulverização aérea de agrotóxicos e conflitos fundiários – aparecem como áreas de votação moderadamente alta e alta para Márcio Honaiser e Andreia Rezende. Os mapas de QL mostram esses municípios com valores iguais ou superiores a 1,5 em sucessivas eleições, confirmando a existência de redutos eleitorais densos na rota da criminalidade. A continuidade das bases de apoio, mesmo com mudanças de partido (como a migração de Andreia do DEM para o PSB), reforça o papel das redes familiares e políticas locais na sustentação desses resultados.

O Amapá oferece um contraste interessante entre concentração e dispersão. Jory Oeiras tem Santana como único município com votação na faixa alta e QL superior a 1,5 nas eleições de 2018 e 2022, enquanto o restante do estado aparece predominantemente em

1 O QL compara a proporção de votos do candidato em um município com sua votação total e com o peso daquele município no eleitorado estadual; valores acima de 1 indicam desempenho acima do esperado e, acima de 1,5, forte especialização eleitoral.

tons de QL abaixo de 1, caracterizando um padrão de voto fortemente concentrado. Já o deputado federal Accioly Favacho, embora figure entre os mais votados em Santana, apresenta padrão de votação mais disperso: em 2018, Santana aparece com QL acima de 1, mas a partir de 2022 o município passa a registrar QL inferior a 1, ao passo que a maior parte do território estadual aparece em tons escuros, indicando QL superior a 1 em diversos municípios. Isso evidencia que Santana não é o núcleo estruturante de sua base eleitoral, mas compõe um conjunto mais amplo de apoios distribuídos pelo estado.

Em Roraima, Bonfim assume papel crucial para dois perfis distintos. Jhonatan de Jesus, deputado federal, apresenta QL acima de 1,5 em Bonfim e em outros municípios, mas é particularmente bem-sucedido em áreas do sul do estado e em localidades que integram a rota, como São João da Baliza. Já o Coronel Chagas transforma Bonfim em seu principal reduto: mais de 40% de toda sua votação vem desse município, que aparece em azul escuro nos mapas de porcentagem de votos e com QL acima de 1, enquanto a maior parte do estado se encontra em faixas de votação muito baixa. O boletim indica que, sem essa concentração extraordinária em Bonfim, o deputado dificilmente teria renovado seu mandato na Assembleia Legislativa.

No Pará, a deputada federal Alessandra Haber exibe forte concentração de votos no Nordeste e na Região Metropolitana de Belém, com desempenho apenas moderadamente baixo nos municípios da rota (Jacareacanga, Itaituba e Santarém), que apresentam QL inferior a 1, o que indica que não compõem seu núcleo eleitoral. Já o deputado estadual Chamonzinho mostra um padrão hiperlocalizado: QL muito alto em Jacareacanga (acima de 1,5) e muito baixo em Santarém e Itaituba, sinalizando um reduto específico em um município da rota e baixa capilaridade no restante do estado. Em Rondônia, Porto Velho – única cidade da rota – aparece como centro de gravidade tanto para Ieda Chaves quanto para Fernando Máximo; os mapas indicam QLs superiores a 1,5 na capital e valores inferiores a 1 na maioria dos demais municípios, sugerindo redutos concentrados em um grande polo urbano que também é foco de disputas entre facções e de crimes transnacionais.

Em síntese, a configuração espacial da votação revela que a representação política dos municípios da rota da criminalidade é marcada por dois padrões principais: de um lado, parlamentares com bases amplas, mas com núcleos de desempenho excepcional em áreas de alta criminalidade; de outro, candidatos com baixo desempenho estadual geral, mas que se elegem graças a poucos redutos hiperconcentrados exatamente nesses territórios vulneráveis.

Em ambos os casos, há uma sobreposição entre municípios da rota da criminalidade e municípios de dominação eleitoral que nos permite supor que diante de um cenário de vulnerabilidade social, existem grupos políticos consolidados nesses municípios.

3. PRODUÇÃO LEGISLATIVA

O terceiro eixo permite observar até que ponto essa combinação de perfis e bases eleitorais se traduz em agendas legislativas que tangenciam a temática da segurança pública em suas localidades com potencial de impactar o controle do crime e enfrentamento dos conflitos socioambientais que estruturam a Rota da Criminalidade.

O padrão predominante é de relativa dissociação: em muitos casos, a atuação legislativa prioriza temas econômicos, corporativos ou simbólicos, enquanto a questão da segurança aparece de forma pontual ou periférica, mesmo quando o deputado é o principal representante de municípios altamente violentos.

No Maranhão, Márcio Honaiser exemplifica essa tendência. Na Câmara dos Deputados, a maior parte de suas 1.250 proposições se concentra em política e administração pública, cidades e transportes, direitos humanos e saúde, com apenas 11 proposições classificadas em segurança e 2 em meio ambiente, apesar de suas bases eleitorais estarem localizadas em Balsas, Alto Parnaíba e Itinga do Maranhão, municípios que concentram conflitos fundiários e desmatamento. Além disso, ele apoia iniciativas como o PL 2159/2021, que flexibiliza o licenciamento ambiental, e a PEC 3/2021, que dificulta a responsabilização penal de parlamentares, sugerindo alinhamento com interesses de agronegócio e proteção corporativa da classe política. Andreia Rezende, embora tenha apresentado projetos e indicações em segurança – focados em policiamento ostensivo, combate à pedofilia e ampliação de delegacias da mulher – dirige essas iniciativas principalmente a municípios fora da rota, ao mesmo tempo em que vota a favor de legislação que facilita a transferência de grandes áreas de terras públicas a grandes proprietários, medida de alto potencial conflitivo nos mesmos territórios que compõem sua base eleitoral.

No Amazonas, Tila Lins orienta sua produção legislativa para a defesa da Zona Franca de Manaus e de incentivos econômicos regionais. Sua atuação em segurança pública se expressa através de algumas votações relevantes – como o apoio à PEC 300/2008, que cria piso salarial para policiais, e ao PL Antifacção, que endurece penas para facções –, e em declarações sobre a necessidade de repactuação do financiamento da segurança entre União, estados e municípios. Ainda assim, não se observa um protagonismo sistemático em reformas estruturais da área, apesar da centralidade de municípios da rota em sua base de apoio. Abdala Fraxe apresenta uma atuação legislativa que relaciona segurança à proteção social, propondo, por exemplo, dispositivos como o "botão do pânico" para mulheres vítimas de violência doméstica e defendendo a leitura contextualizada dos indicadores de criminalidade; sua produção, no entanto, não privilegia a criminalização

ou a militarização, e tampouco se materializa em uma agenda robusta para enfrentamento das economias ilícitas que marcam seus redutos.

Em contraste, parlamentares oriundos das forças de segurança tendem a ter agendas mais centradas em segurança pública – ainda que, muitas vezes, com foco corporativo ou punitivo. Jory Oeiras, no Amapá, acumula mandatos na Assembleia Legislativa com presidência de Comissão de Segurança Pública e forte atuação em defesa de policiais penais, incluindo leis sobre meia-entrada, planos de cargos, carreiras e remuneração, auxílio fardamento e inclusão de educadores penitenciários na carreira; sua pauta mira principalmente benefícios corporativos e fortalecimento do sistema prisional. Em Roraima, Coronel Chagas é autor de leis que criam colégios militares estaduais, relatam normas que permitem ensino militarizado em escolas públicas e promovem alterações que favorecem promoções na carreira militar, além de votar por uma lei estadual de licenciamento ambiental simplificado para mineração, depois considerada inconstitucional. A combinação de agenda punitiva, militarização da educação e flexibilização ambiental aponta para uma visão de segurança e expansão de atividades econômicas de alto impacto.

Rondônia apresenta um caso emblemático de agenda de endurecimento penal e expansão de dispositivos de controle sob a liderança de Fernando Máximo. De 2023 a 2025, ele apresenta dezenas de proposições em segurança pública, incluindo projetos que ampliam o conceito de terrorismo e pretendem classificar como organizações terroristas tanto facções criminosas quanto movimentos como MST e MTST, projetos que aumentam penas para crimes sexuais, autorizam porte de armas mais letais para vigilantes e permitem coleta coercitiva de material genético de presos. Também propõe CPIs sobre crime organizado, uso de crack e atuação do MST, sinalizando uma agenda que combina guerra às drogas, criminalização de movimentos sociais e fortalecimento do aparato repressivo. Ao mesmo tempo, participa de comissões de Saúde, Relações Exteriores e Segurança Pública, reforçando seu papel no debate legislativo nacional sobre crime e fronteira.

Há também casos intermediários, em que a segurança pública ocupa parte relevante, mas não central, da produção legislativa. A deputada federal Alessandra Haber, por exemplo, apresenta 45 proposições em três anos, das quais 11 são diretamente ligadas à segurança, o que equivale a cerca de um quarto de sua agenda. Ainda assim, ela não atua em comissões cuja temática principal seja segurança pública, e nenhuma de suas relatorias se concentra no tema, o que sugere uma importância relativa da segurança em sua atividade, mas não um eixo estruturante de sua atuação legislativa. No plano estadual, Chamonzinho praticamente não se dedica ao tema: apresenta 15 projetos, dos quais a grande maioria é de declaração de utilidade pública ou de caráter honorífico, sem proposições substantivas

na área de segurança. Em Rondônia, Ieda Chaves foca suas proposições em educação, violência contra mulheres e crianças, proteção a animais e fortalecimento do policiamento ostensivo e de estruturas policiais, incluindo um projeto transformado em lei que obriga academias a adotarem medidas de proteção para mulheres em situação de risco; sua abordagem articula segurança com proteção social e comunitária, mais do que com agendas de endurecimento penal ou combate a economias ilícitas.

Em conjunto, o eixo da produção legislativa mostra que a representação dos municípios da Rota da Criminalidade é exercida, majoritariamente, por parlamentares cujas agendas não se organizam em torno de políticas estruturantes de segurança pública e enfrentamento das economias ilícitas e dos conflitos socioambientais. A exceção parcial fica por conta de perfis ligados diretamente à segurança (policiais, militares, médico legista), que, ainda assim, tendem a privilegiar agendas corporativas ou punitivas, nem sempre articuladas à complexidade dos problemas territoriais que marcam seus redutos.

Assim, os três eixos – perfil socioeconômico e político, configuração espacial de votação e produção legislativa – compõem um quadro em que elites tradicionais, altamente enraizadas em territórios criminais sensíveis, mantêm seu poder por meio de redutos eleitorais especializados, mas não necessariamente orientam sua ação institucional para transformar as estruturas de violência e criminalidade que afetam seus próprios eleitores.

INFORME DE **ANÁLISE**

05

A Dimensão Política da Segurança Pública no Acre:

votação e atuação de parlamentares em municípios vulneráveis ao crime

Luci Maria Teston, Djair Durand Ramalho Frade

Em novembro, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) lançou a quarta edição do *Cartografias da Violência na Amazônia*, na qual a região é analisada como um complexo ecossistema criminal,

onde grupos nacionais e locais se articulam e disputam rotas e territórios. Esse crescimento da criminalidade estaria associado a problemas históricos da Amazônia, como conflitos fundiários, ocupações irregulares e outros tipos de crimes. Além disso, os estudos realizados pelo Fórum identificaram um processo contínuo de expansão da criminalidade no interior da região, com áreas de fronteira assumindo um papel estratégico tanto do ponto de vista ambiental quanto territorial (FBSP, 2025).

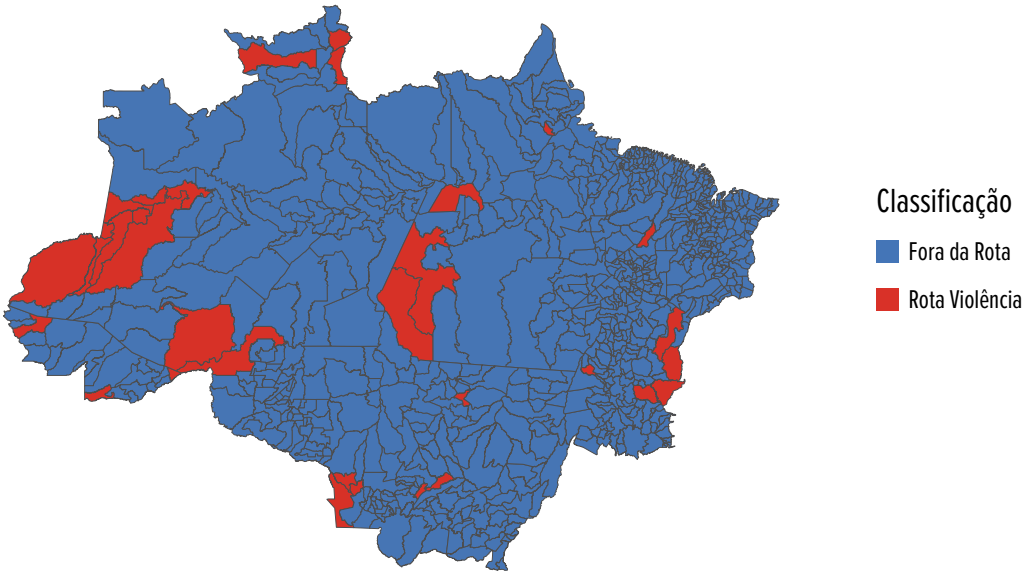
Neste contexto, este boletim resulta de uma parceria entre o LEGAL e o FBSP, com o objetivo de analisar um elemento adicional e fundamental para formulação de políticas públicas capazes de mitigar a criminalidade na Amazônia: o aspecto político. Buscamos: a) identificar os parlamentares mais votados nos municípios acreanos que estão inseridos na Rota da Criminalidade na Amazônia; b) verificar se os votos estão concentrados em regiões específicas ou distribuídos entre os municípios; c) analisar a trajetória política e a inserção profissio-

nal prévia dos parlamentares selecionados; d) examinar sua atuação e comportamento em matérias relacionadas à segurança pública, de modo a entender como os parlamentares podem influenciar estratégias de enfrentamento ao crime na região.

A Figura 1 apresenta o mapa da Amazônia Legal, destacando em vermelho os municípios que integram a Rota da Criminalidade, conforme classificação do FBSP, e, em azul, aqueles que não se enquadram nessa categoria.

Figura 1

Rota da Criminalidade nos Municípios da Amazônia Legal



Fonte: Elaboração própria com base em dados do FBSP.

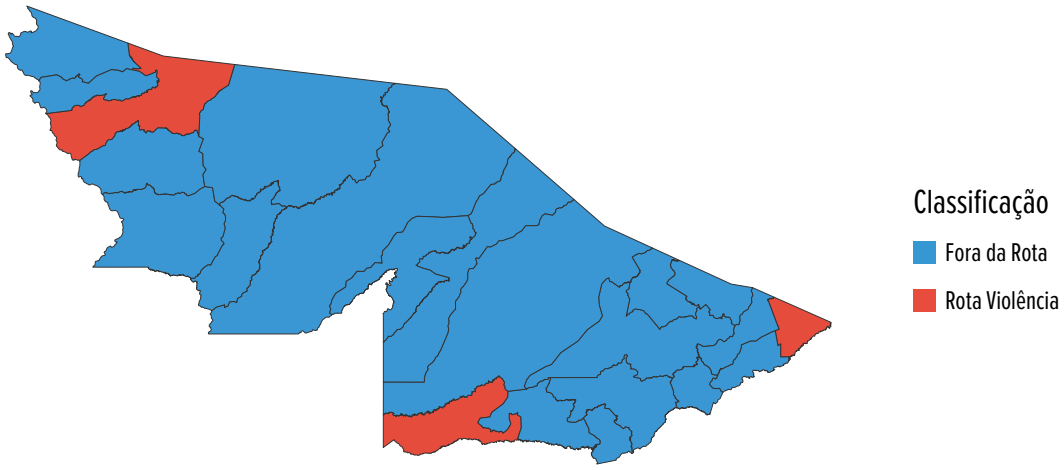
Segundo o FBSP, a definição dessas áreas considera diversos indicadores de criminalidade, o que inclui mortes violentas intencionais, vitimização policial, letalidade policial, homicídios dolosos, latrocínios, feminicídios, grilagem de terras, crimes ambientais em geral (como garimpo ilegal, desmatamento e tráfico de fauna e flora), lavagem de dinheiro, tráfico de pessoas, narcotráfico, tráfico de armas, trabalho análogo à escravidão, exploração sexual e também 'más práticas empresariais', como a poluição de rios e o manejo inadequado de rejeitos.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DA ROTA DO CRIME NO ACRE

O Acre tem se consolidado como um estado estratégico para as rotas do narcotráfico, especialmente a partir do rio Juruá, por onde parte da cocaína peruana e do skunk colombiano ingressam na Amazônia (FBSP, 2025). A Figura 2 apresenta o recorte do Acre, destacando os municípios que integram a Rota da Criminalidade. Acrelândia, Assis Brasil e Cruzeiro do Sul foram classificados pelo FBSP como integrantes dessa Rota. Localizados em regiões distintas - Baixo Acre, Alto Acre e Juruá, respectivamente -, esses municípios evidenciam a ausência de um padrão territorial concentrado no estado.

Figura 2

Municípios do Acre classificados na Rota da Criminalidade



Fonte: Elaboração própria com base em dados do FBSP (2022).

Dos 22 municípios que compõem o estado do Acre, 17 fazem fronteira com outros países. Com a Bolívia, o Acre compartilha uma linha divisória de 618 km, correspondente às províncias bolivianas de Nicolás Suárez e Abunã, no Departamento de Pando. Seis municípios acreanos estão situados ao longo dessa fronteira, incluindo Acrelândia, cuja população estimada em 2025 é de 14.712 habitantes (IBGE, 2025). Nessa região, predomina população não indígena em ambos os lados da fronteira (Acre, 2010).

A zona de fronteira do Acre com o Peru, abrangendo os departamentos de Madre de Dios, Ucayali e Loreto, envolve 11 municípios, incluindo Assis Brasil e Cruzeiro do Sul. Com 1.565 km de extensão, a região apresenta baixa densidade populacional e predomínio de comunidades indígenas, incluindo povos isolados, em ambos os lados da fronteira (Acre, 2010).

Assis Brasil mantém um curto trecho de fronteira com Bolpebra, na Bolívia, mas possui um segmento mais extenso com o Peru. A população estimada para 2025 é de 98.916 habitantes em Cruzeiro do Sul e 8.648 em Assis Brasil (IBGE, 2025).

Na fronteira peruana, junto ao norte do Parque Nacional da Serra do Divisor (que abrange parte do município de Cruzeiro do Sul), situa-se a Reserva Territorial Isconahua. A região tem sido invadida por empresas madeireiras, traficantes de drogas e garimpeiros, gerando impactos ambientais relevantes, sobretudo em terras indígenas (Acre, 2010). Ademais, a Estrada do Pacífico (BR-317), que liga o Acre ao Peru, intensificou uma rede de exploração sexual de adolescentes e jovens brasileiras de áreas rurais e terras indígenas, em direção aos territórios peruano e boliviano - Puerto Maldonado e Cobija, respectivamente - cidades onde se concentram festas e casas noturnas (Neves, 2016). Os dados divulgados pelo FBSP (2025) indicam que nas regiões de fronteira da Amazônia Legal, meninas e mulheres enfrentam diariamente múltiplas formas de vulnerabilidade, sendo que a taxa de violência sexual nessas cidades é 68,7% superior à de outros municípios da região amazônica.

PADRÕES ESPACIAIS DE VOTO NO ACRE NAS ELEIÇÕES DE 2022

Para este boletim, adotamos uma abordagem quantitativa, descritiva e exploratória, voltada à identificação de padrões espaciais de votação no estado do Acre e à possível correspondência com os municípios classificados na Rota da Criminalidade. A análise abrange o pleito de 2022, nos níveis estadual e federal, buscando compreender a distribuição territorial dos votos e a formação de redutos eleitorais regionais.

A análise concentrou-se em dois parlamentares eleitos que se destacaram tanto pelo desempenho eleitoral quanto pela representatividade regional, considerando o total de votos e a votação nos municípios que compõem a Rota. Com base nesses critérios, foram selecionados um deputado estadual e um deputado federal eleitos em 2022. Os selecionados foram o deputado estadual Nicolau Júnior e o deputado federal Zezinho Barbary, ambos do PP. O detalhamento metodológico utilizado para a definição dos parlamentares encontra-se na *Nota Técnica Explicativa*, ao final do texto.

Cabe ressaltar que a classificação dos municípios como integrantes da Rota da Criminalidade, conforme definição do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, possui caráter exclusivamente territorial e analítico. Tal classificação não implica, em hipótese alguma, associação individual,

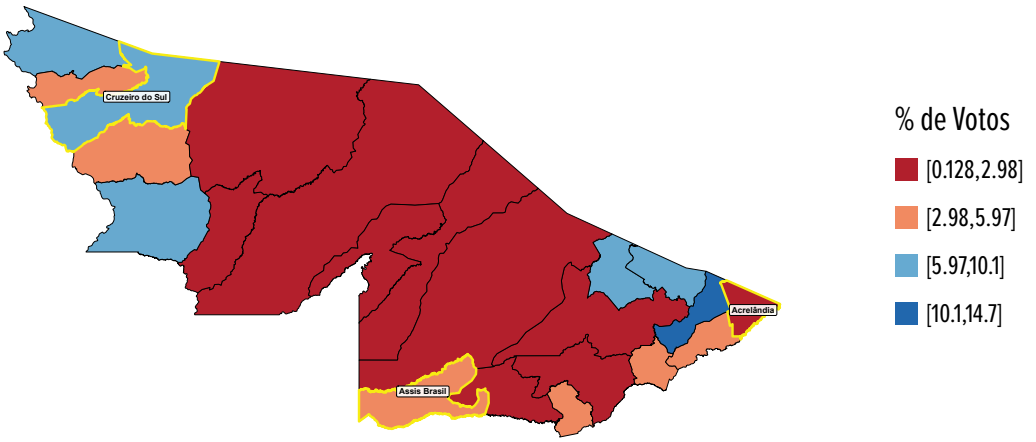
política, eleitoral ou institucional dos parlamentares analisados com práticas criminosas, tampouco sugere qualquer forma de conivência ou vínculo com dinâmicas ilícitas locais.

A distribuição dos votos de Nicolau Júnior (PP), deputado estadual reeleito em 2022 é observada na Figura 3. As faixas de votação indicam um desempenho moderado na maior parte do estado, com concentrações mais elevadas nas regiões do Juruá, Alto Acre e Baixo Acre, representadas pelos tons mais claros.

Figura 3

Distribuição percentual de votos de Nicolau Júnior (PP)

2022



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE (2022) e FBSP (2022).

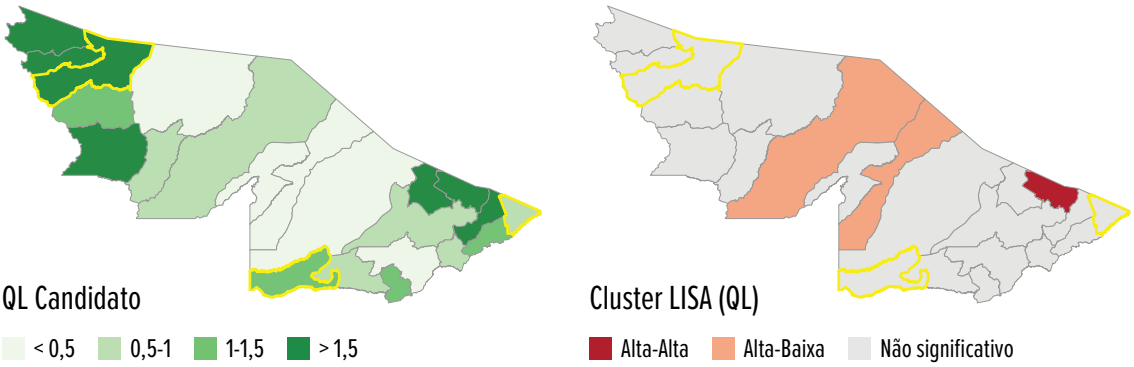
Nos municípios classificados territorialmente como integrantes da Rota da Criminalidade, observa-se que Assis Brasil e Cruzeiro do Sul registraram desempenho superior à média estadual. Nos municípios da Rota da Criminalidade, observa-se que Assis Brasil e Cruzeiro do Sul registram desempenho superior à média estadual, enquanto Acrelândia permanece com votação reduzida. Esse padrão evidencia que, embora existam coincidências pontuais, não pode ser identificada uma relação sistemática entre o desempenho eleitoral do candidato e os municípios classificados na Rota, sugerindo que a força eleitoral tende a decorrer de vínculos locais de longa duração e redes políticas regionais.

Nos municípios da Rota da Criminalidade, o parlamentar apresenta um desempenho eleitoral acima da média estadual em Assis Brasil e Cruzeiro do Sul, enquanto em Acrelândia registra poucos votos. A força eleitoral do candidato, nesse sentido, pode decorrer mais em função de vínculos locais duradouros e de redes políticas regionais do que de uma relação sistemática com os municípios classificados na Rota. Isso pode ser observado a partir do QL e do Mapa LISA (Local Moran) do parlamentar, nos quais é possível identificar os agrupamentos espaciais de autocorrelação local (Figura 4).

Figura 4

QL e Mapa LISA de Nicolau Júnior (PP)

2022



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE (2022) e FBSP (2022).

Os resultados apontam que Nicolau Júnior obteve valores de QL acima de 1,5 principalmente na Regional do Juruá, com destaque para Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e Rodrigues Alves, confirmando a manutenção de um reduto eleitoral contínuo. Essa concentração reforça o vínculo político do candidato com a região.

O Mapa LISA revela um padrão de autocorrelação positiva mais disperso, sem grandes blocos Alta–Alta, mas com áreas Alta–Baixa em municípios das regionais do Purus e Baixo Acre, indicando votações pontuais acima da média cercadas por áreas de menor desempenho. Portanto, não são observadas associações diretas entre a concentração de votos e os municípios classificados como integrantes da Rota da Criminalidade, cuja distribuição permanece espacialmente dissociada da concentração de votos.

Nicolau Júnior é natural de Cruzeiro do Sul. Bacharel em Direito e empresário do setor de comércio e construção, ingressou na Assembleia Legislativa do Acre (Aleac) em 2015 pelo Progressistas (PP), sendo reeleito em 2018 e tornando-se, em 2019, o presidente mais jovem do Parlamento Acreano. Atualmente, cumpre seu terceiro mandato como deputado estadual (2023-2026. Em fevereiro de 2025, reassumiu a presidência da Aleac para mais um biênio (2025–2026), sendo conduzido de forma unânime, com 24 votos. Politicamente, mantém-se alinhado ao governador Gladson Cameli (PP).

A análise das matérias apresentadas pelo parlamentar não indica a existência de projetos de lei de sua autoria diretamente relacionados à segurança pública. Essa ausência de proposições sugere que Nicolau Júnior não tem priorizado esse tipo de legislação em seu mandato ou, alternativamente, que sua atuação nessa área ocorre de forma predo-

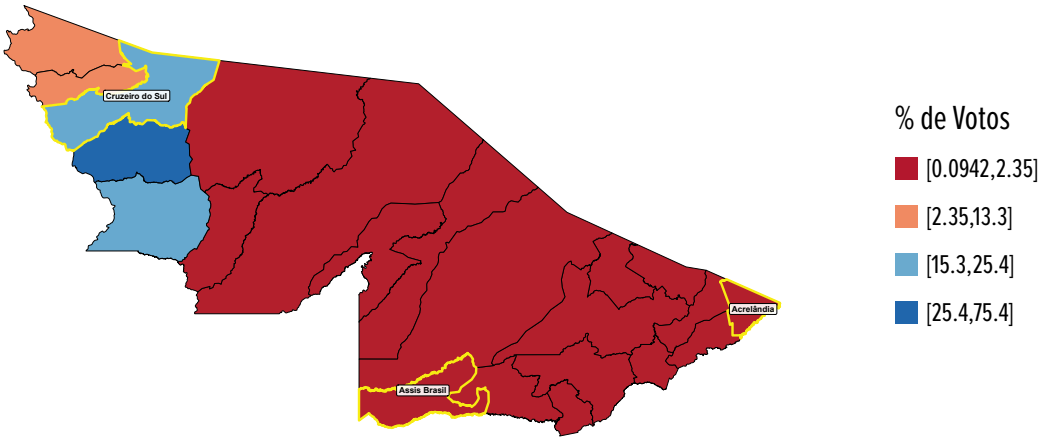
minantemente institucional, sobretudo no âmbito da tramitação de projetos enquanto presidente da Assembleia.

A distribuição dos votos de Zezinho Barbary (PP), deputado federal eleito em 2022 (Figura 5) mostra ampla variação entre as regiões: o Juruá exibe os maiores percentuais de votação (acima de 25%), enquanto o restante do estado se concentra nas faixas mais baixas.

Figura 5

Distribuição percentual de votos de Zezinho Barbary (PP)

2022



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE (2022) e FBSP (2022).

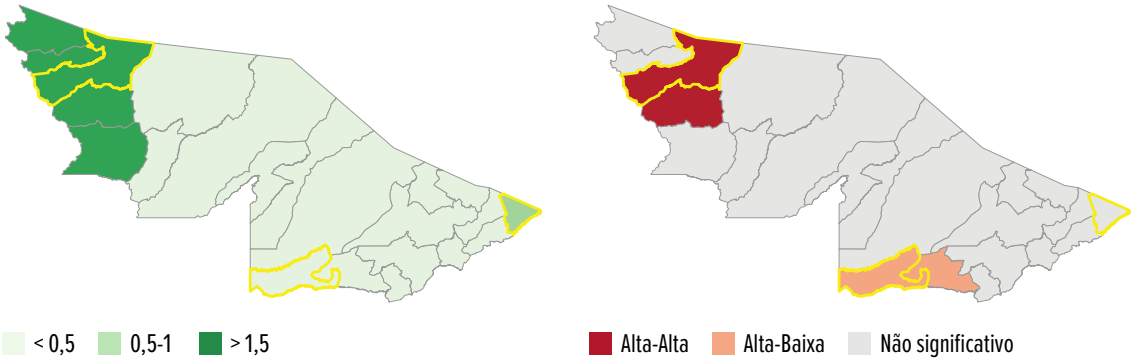
Os resultados indicam que o deputado estadual eleito em 2022 consolidou seu reduto político no extremo oeste, especialmente em Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima, áreas historicamente associadas à sua trajetória pública. Em contrapartida, nas regiões central e sudeste obteve menos votos. Entre os municípios da Rota da Criminalidade, o desempenho mais expressivo ocorreu em Cruzeiro do Sul, reforçando a concentração eleitoral na região do Juruá.

A Figura 6 apresenta, à esquerda, o QL do deputado federal Zezinho Barbary (PP) nas eleições de 2022 e, à direita, o respectivo Mapa LISA (Local Moran).

Figura 6

QL e Mapa LISA de Zezinho Barbary (PP)

2022



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE (2022) e FBSP (2022).

O mapa do QL mostra que o deputado federal obteve desempenho expressivo (QL > 1,5) em municípios da regional do Juruá, especialmente em Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo, repetindo o mesmo padrão observado nos demais parlamentares analisados. Esse resultado reforça o peso político da região do Juruá como um núcleo importante de representação eleitoral do Acre.

O Mapa LISA aponta um cluster Alta–Alta localizado no Juruá, indicando agrupamento estatisticamente significativo de municípios com alto desempenho eleitoral e áreas Alta–Baixa nas regionais do Purus e Baixo Acre, como Sena Madureira e Acrelândia, onde o desempenho foi pontualmente superior, mas sem extensão regional. Esses padrões confirmam que a força eleitoral de Zezinho Barbary é marcadamente regional e concentrada, sem que possa ser identificada relação causal ou política com os municípios classificados pelo FBSP como integrantes da Rota da Criminalidade.

Zezinho Barbary, eleito deputado federal em 2022, foi prefeito de Porto Walter em 2012, sendo reeleito em 2016. O parlamentar destinou emenda de R$ 495 mil para a Polícia Penal em Cruzeiro do Sul com a finalidade de ser construído um estande de tiros na unidade prisional local. A justificativa envolve a melhoria na capacitação e preparação dos agentes penais visando a proteção da sociedade na região do Juruá.

O parlamentar votou a favor da PEC 3/2021, conhecida como 'PEC da Blindagem', em 16 de setembro de 2025. A proposta foi defendida como um mecanismo de proteção da independência entre os Poderes, mas recebeu críticas por criar instrumentos de autoproteção e dificultar o combate a crimes cometidos por autoridades. Após ser aprovada na Câmara, a PEC seguiu para o Senado, onde acabou arquivada.

Em relação à PEC 18/2025, chamada de 'PEC da Segurança Pública', o parlamentar não externalizou formalmente sua posição, tendo um envolvimento mais ligado à assinatura de emendas indicando, de certa forma, um engajamento no processo de discussão envolvendo a proposta. A proposta pretende alterar a Constituição para constitucionalizar um sistema único de segurança pública, fortalecer a cooperação entre os entes federativos e ampliar o papel de órgãos voltados à segurança pública.

O parlamentar não integra a atual Frente Parlamentar da Segurança Pública, mas é um dos autores do Requerimento 194/2023 – que foi arquivado -, solicitando o registro de uma outra Frente Parlamentar da Segurança Pública. Segundo a justificativa, a entidade teria objetivos relacionados ao acompanhamento da política oficial de segurança pública e ao aperfeiçoamento da legislação visando melhorias na área. Outra proposição da qual o parlamentar figura como um dos autores é o Requerimento 302/2024, que solicita, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 714/2023. Esse projeto altera o artigo 310 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), tornando obrigatória a decretação da prisão preventiva na audiência de custódia nos casos de crimes hediondos, roubo, associação criminosa qualificada e situações em que seja constatada reincidência criminal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença consistente dos *clusters* na região do Juruá e, de forma mais específica, no município de Cruzeiro do Sul, demonstra que o voto acreano tende a reproduzir padrões de fidelidade territorial e familiar, sustentando redutos políticos estáveis e historicamente formados. A leitura integrada dos resultados do QL e do Mapa LISA para os dois parlamentares revela uma autocorrelação espacial positiva significativa em Cruzeiro do Sul, município que faz parte da Rota da Criminalidade, confirmando a existência de redutos eleitorais bem definidos e fortemente enraizados. Nos demais municípios pertencentes à Rota (Assis Brasil e Acrelândia), os parlamentares analisados apresentam padrões irregulares ou dispersos de votação.

Em linhas gerais, os resultados mostram que, embora os parlamentares concentrem votos em determinadas áreas, não há um padrão que relacione diretamente seu desempenho eleitoral aos municípios classificados como integrantes da Rota da Criminalidade da Rota da Criminalidade. Independentemente da inexistência de relação direta entre o desempenho eleitoral dos parlamentares e os municípios classificados como integrantes da Rota da Criminalidade, a atuação dos representantes eleitos permanece essencial. Ainda assim, diante da expressiva

participação eleitoral em municípios da Rota, a atuação dos parlamentares permanece essencial, seja na elaboração de leis, na fiscalização do poder público ou na criação de iniciativas voltadas ao enfrentamento da violência e da criminalidade na Amazônia Legal.

Os resultados apresentados não permitem inferências sobre vínculos individuais, eleitorais ou institucionais entre os parlamentares analisados e atividades criminosas, limitando-se à análise espacial da distribuição do voto e à análise descritiva da atuação legislativa.

REFERÊNCIAS

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da violência na Amazônia.** 4.ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/289. Acesso em: 23 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ac/. Acesso em: 21 nov. 2025.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Guia para o uso da terra acreana com sabedoria**: Resumo educativo do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre: fase II (escala 1: 250.000) Rio Branco: Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre, 2010.

NEVES, A. J. *et al.* (org.). **Segurança pública nas fronteiras, sumário executivo**: Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON). Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

NOTA TÉCNICA EXPLICATIVA

No pleito de 2022, o Acre elegeu 24 deputados estaduais e 8 deputados federais. Para este boletim, foram selecionados dois parlamentares que se destacaram tanto pelo desempenho geral quanto pela votação nos municípios da Rota da Criminalidade:

- Nicolau Júnior (PP), deputado estadual reeleito em 2022;
- Zezinho Barbary (PP), deputado federal eleito em 2022.

Bases de dados

As informações utilizadas neste estudo foram obtidas a partir de três fontes principais:

- Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – forneceu os resultados oficiais das eleições de 2018 e 2022, contendo o número total de votos por candidato e por município;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – disponibilizou os limites territoriais e arquivos vetoriais (*shapefiles*) dos municípios acreanos;
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) – definiu os municípios classificados como integrantes da Rota da Criminalidade na Amazônia Legal.

Os dados eleitorais foram consolidados ao nível municipal, considerando o percentual de votos válidos que cada candidato obteve em relação ao total estadual. Essa padronização garantiu a comparabilidade entre os municípios, evitando distorções decorrentes de diferenças populacionais ou no tamanho do eleitorado.

A integração entre as bases foi feita por meio do código municipal do IBGE, permitindo a junção das informações em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG).

Seleção dos candidatos: procedimentos analíticos

O estudo foi desenvolvido em duas etapas complementares: a análise descritiva da votação e a análise espacial.

Na primeira etapa, os percentuais de votos foram calculados e representados graficamente para todo o estado, com destaque visual para os municípios classificados pelo FBSP como parte da Rota da Criminalidade. Essa etapa teve o objetivo de caracterizar a distribuição espacial da votação e verificar a existência (ou ausência) de padrões de associação territorial.

Na segunda etapa, aplicaram-se dois indicadores espaciais: o Quociente Locacional (QL) e o Índice Local de Moran (LISA).

O Quociente Locacional (QL) foi utilizado para medir a intensidade relativa da votação de cada candidato em relação à média estadual, conforme a expressão:

$$QL_i = \frac{(V_i / V_t)}{(E_i / E_t)}$$

em que:

- V_i representa os votos do candidato no município i;
- V_t é o total de votos do candidato no estado;

- E_i é o total de votos válidos no município i;
- E_t é o total de votos válidos no estado.

Valores de $QL_i > 1$ indicam concentração eleitoral acima da média estadual, enquanto $QL_i < 1$ apontam desempenho proporcionalmente menor. Esse indicador permite identificar redutos eleitorais e avaliar o grau de especialização territorial da votação.

O Índice Local de Moran (LISA), por sua vez, foi utilizado para mensurar o grau de autocorrelação espacial local dos valores de QL, ou seja, se municípios com desempenho semelhante tendem a se agrupar geograficamente. Seu cálculo segue a equação:

$$I_i = z_i \sum_j w_{ij} z_j$$

onde:

- I_i é o índice de Moran local para o município i;
- z_i e z_j são os valores padronizados do QL;
- w_{ij} representa o peso espacial entre os municípios i e j.

Valores de I_i indicam agrupamentos espaciais de alto ou baixo desempenho (Alta–Alta ou Baixa–Baixa), enquanto valores negativos sugerem anomalias locais (Alta–Baixa ou Baixa–Alta), apontando municípios com comportamento distinto do entorno.

A combinação entre o QL e o LISA oferece uma leitura detalhada da estrutura espacial do voto, distinguindo entre núcleos regionais consolidados de apoio e votações pontuais e isoladas.

Tratamento espacial e elaboração dos mapas

As análises foram realizadas no software R (versão 4.4), com o uso dos pacotes *tidyverse*, *sf, spdep* e *classInt*. O processamento envolveu três etapas principais:

1. preparação e padronização das bases de dados eleitorais e territoriais;
2. cálculo dos indicadores espaciais (QL e LISA);
3. elaboração dos mapas temáticos comparativos.

Os resultados foram apresentados em mapas coropléticos padronizados, com gradiente de cores e legenda uniforme, permitindo comparar o desempenho eleitoral entre municípios e entre os dois pleitos analisados. Os mapas do QL e do LISA foram dispostos lado a lado, facilitando a interpretação conjunta da intensidade da votação e da dependência espacial.

INFORME DE **ANÁLISE**

05

Crime, segurança pública e voto no Amapá: uma análise espacial dos campeões de voto (2018 e 2022)

Ivan Silva, Ana Paula Lima, Paulo Gustavo Correa, Marcus Cardoso

INTRODUÇÃO

Não é segredo que o tema da segurança pública é, há tempos, um forte componente da definição dos votos no Brasil – e há, nesse sentido, vasta literatura sobre o assunto. Ainda assim, *pari passu* com a ascensão eleitoral e o enraizamento social das novas direitas – coroados com a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República em 2018 –, a pauta do enfrentamento à criminalidade assume posição ainda mais estratégica no debate público (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

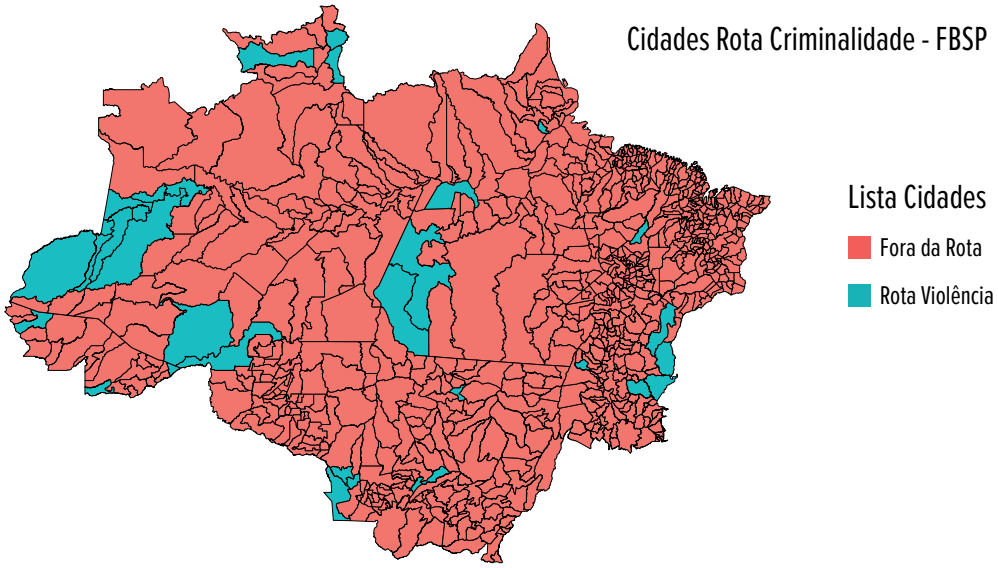
Quando considerada a Amazônia Legal, há ainda um elemento adicional: se, por um lado, a ocorrência de crimes violentos tem caído no Brasil ao longo dos últimos anos, a tendência se inverte no território amazônico no mesmo período (FBSP, 2025). Mesmo com a queda de 7,7% no número de mortes violentas intencionais (MVI) verificada no último ano – uma redução maior do que a média do Brasil –, a região ainda registrou, em 2024, 8.047 assassinatos, o que representa uma taxa de 27,3 assassinatos por 100 mil habitantes (valor 31% superior à média nacional) (FBSP, 2025).

No mês de novembro, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) lançou a nova edição da série anual *Cartografias da Violência na Amazônia*, indicando um cenário de profunda reconfiguração de suas dinâmicas territoriais, sociais e ambientais fortemente ancorada na expansão das facções criminosas na região no sentido da constituição de um ecossistema criminal complexo, em que os grupos criminosos nacionais se articulam e competem com facções locais e regionais, em uma região entremeada por conflitos fundiários, crimes ambientais e ocupações irregulares (FBSP, 2025).

Este boletim é fruto de uma parceria entre o LEGAL e o FBSP, e está centrado em uma discussão a respeito da relação entre a incidência do crime e o padrão do voto no estado do Amapá. Mais especificamente, o eixo estruturante da reflexão estabelecida aqui se assenta na análise do perfil dos parlamentares amapaenses mais votados, tanto para a Câmara dos Deputados quanto para a Assembleia Legislativa do Amapá (ALAP), nos territórios inseridos naquilo que o FBSP define como a Rota de Criminalidade (FBSP, 2025).

Figura 1

Rota de Criminalidade na Amazônia Legal



Fonte: Elaboração própria com base em dados do FBSP.

O mapa mostra os municípios da Amazônia Legal. Em azul estão as cidades que fazem parte da Rota de Criminalidade. Em rosa, as cidades que não pertencem a ela. Aqui é importante que se faça uma nota conceitual: este boletim assume a definição de crime assumida pelo FBSP, que compreende: mortes violentas intencionais; vitimização policial; letalidade policial; homicídios dolosos; latrocínios; feminicídios; grilagem de terras; crimes ambientais em geral, como garimpo ilegal, desmatamento, tráfico de fauna e flora; lavagem de dinheiro;

tráfico de pessoas; narcotráfico; tráfico de armas; exploração do trabalho análogo à escravidão; exploração sexual; assim como más práticas empresariais, tais como a poluição dos rios ou o manejo incorreto dos rejeitos.

A ROTA DE CRIMINALIDADE NO AMAPÁ

Segundo maior município do Estado do Amapá, com uma população de 107.618 habitantes (IBGE, 2022), e pertencente à Região Metropolitana de Macapá, Santana é a única cidade amapaense que está inserida na Rota da Criminalidade.

Figura 2

Rota de Criminalidade no Amapá



Fonte: Elaboração própria com base em dados do FBSP.

O município possui uma localização geográfica estratégica, e é onde está situado o Porto de Santana, principal porto do Estado do Amapá e serve de ponto de escoamento da Estrada de Ferro Amapá, que o conecta ao interior do estado. Essa localização estratégica também serviu como componente central do crescimento dos índices de violência letal no estado, que atingiram seu pico em 2023 com uma de assassinatos de 64,9 por 100 mil habitantes (mais de três vezes a média nacional no período), em virtude da disputa de organizações criminosas vinculadas ao narcotráfico pelo acesso ao porto (aliada aos elevados índices de violência policial) (FBSP, 2025).

PARLAMENTARES CAMPEÕES DE VOTO EM SANTANA EM 2018 E 2022

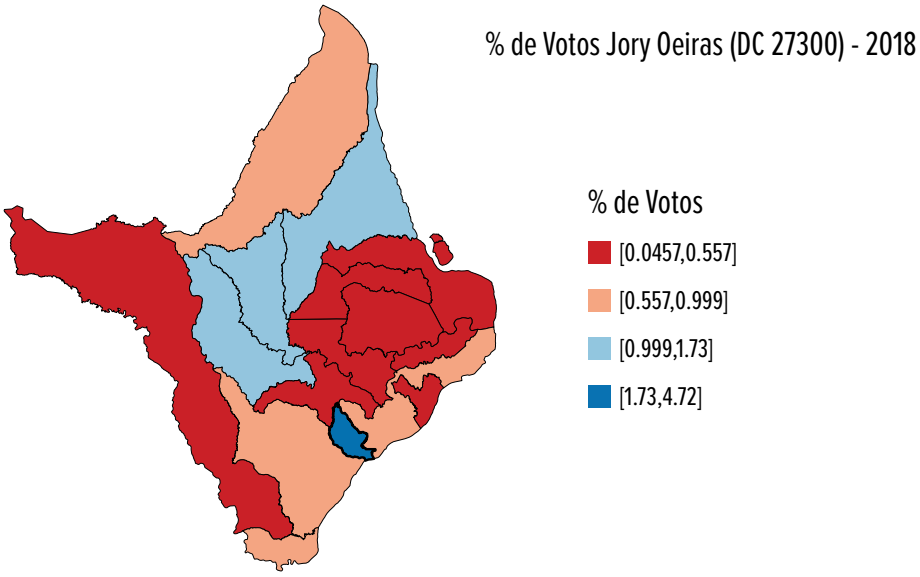
Para a análise realizada aqui, foram selecionados dois parlamentares entre os mais votados no município de Santana em 2018 e 2022: o deputado estadual Jory Oeiras e o deputado federal Acácio Favacho. A escolha dos dois parlamentares se assenta em duas razões combinadas, quais sejam, número de votos e trajetória política: Jory Oeiras foi o deputado estadual mais votado no município de Santana tanto em 2018 quanto em 2022, e já está em seu terceiro mandato consecutivo; já Acácio Favacho, embora tenha sido o terceiro parlamentar mais votado no município de Santana em 2018, e o segundo, em 2022, foi o parlamentar mais votado do Amapá em 2022 e vem de uma importante família política do estado – é irmão do deputado estadual Júnior Favacho (DEM), da vereadora Luany Favacho (Pros) e filho de Amiraldo Favacho (conselheiro do Tribunal de Contas do Estado) e Francisca Favacho (ex-deputada estadual).

Deputado estadual Jory Oeiras

Então filiado ao DC, o deputado estadual Jory Oeiras foi eleito em 2018 com 5.466 votos (1,43% do total), tendo sido o candidato mais votado no município de Santana, com 4,7% dos votos.

Figura 3

Distribuição percentual dos votos de Jory Oeiras (DC)
2018



Fonte: Elaboração própria com base em dados do FBSP.

A porcentagem de votos foi dividida em quatro cortes para melhor visualização. Sendo assim, as cores seguem uma escala de intensidade: em vermelho escuro, estão os municípios onde a candidata teve baixa votação (entre 0,0457% e 0,557% dos votos); em salmão claro, a votação foi moderadamente baixa (0,557% a 0,999%); em azul claro, a votação foi moderadamente alta (0,999% a 1,73%) e em azul escuro, a votação foi alta (1,73% a 4,72%). Destacado com uma linha preta aparece Santana, município que faz parte da Rota de Criminalidade.

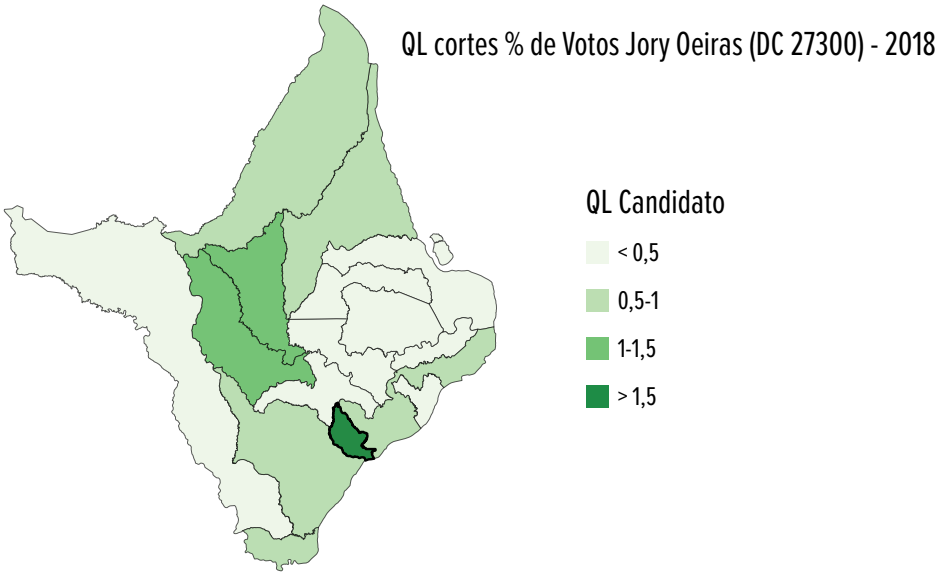
A maior parte do estado está em vermelho escuro e salmão claro, indicando que Jory Oeiras teve baixo desempenho na maioria dos municípios. Entretanto, alguns municípios, principalmente na região central do estado, estão em azul claro, indicando maior dominância eleitoral nesses locais.

É importante notar que o único município em que o deputado obteve um alto percentual de votos foi Santana, cidade que integra a Rota de Criminalidade, sugerindo que o município compõe seu reduto eleitoral, podendo ser um reflexo de vínculos políticos e territoriais mais fortes.

Figura 4

QL de Jory Oeiras (DC)

2018



Fonte: Elaboração própria com base em dados do FBSP.

A Figura 4 apresenta o Quociente Locacional (QL) do deputado nas eleições de 2018. Quando o QL possui valor igual a um, significa que o candidato obteve a votação que seria esperada naquele município, caso houvesse uma distribuição aleatória dos votos. Do mesmo

modo, QLs abaixo de um indicam uma votação inferior ao que seria esperado e QLs acima de um indicam votações acima do esperado.

Segundo Avelino, Biderman e Silva (2016, p.1101), "o QL (Quociente Locacional) de um candidato por município é determinado pela razão entre duas proporções: a proporção dos votos obtidos no município com relação à votação total do candidato, e a proporção de eleitores do município no eleitorado do estado, ou seja, a votação esperada do candidato naquele município".

No caso de Jory Oeiras (DC) no Amapá, a maior parte do estado está em tons claros, com QL inferior a 1, indicando desempenho abaixo do esperado na maioria dos municípios. Em contrapartida, três municípios aparecem em tons mais escuros de verde, apresentando um QL maior que 1, destacando-se o município de Santana, que compõe a Rota de Criminalidade. Santana foi o único município que apresentou um QL maior que 1.5. Isto é, obteve votação acima do esperado.

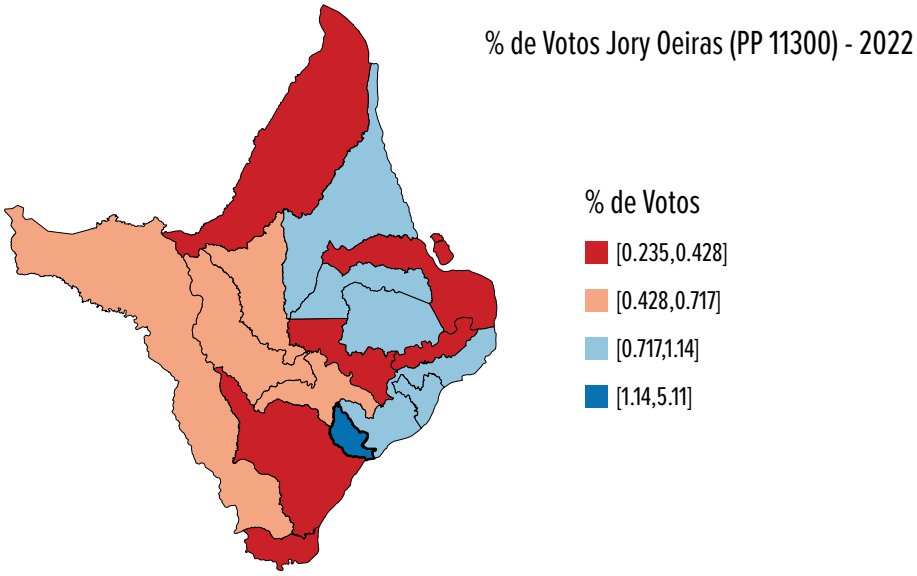
Durante seu primeiro mandato (2015-2018), ainda filiado ao PRB, o deputado Jory Oeiras – que é santanense e policial penal do Amapá – teve forte atuação no tema da segurança pública. Embora tenha explorado politicamente a pauta do empreendedorismo, com destaque para seu Projeto de Lei nº 0165/2017 (depois convertido em lei), que obriga as escolas de educação básica, públicas e privadas do Estado do Amapá, a adotarem a Educação Financeira como tema transversal em seus currículos, parte significativa de sua atuação parlamentar esteve centrada no discurso do enfrentamento à criminalidade e às pautas corporativas do setor (sobretudo os servidores e servidoras do sistema penitenciário): além de ter sido presidente da Comissão de Segurança Pública da ALAP, o deputado um projeto de lei que inclui os servidores do sistema penitenciário local no benefício da Meia-Entrada em eventos culturais e esportivos realizados em qualquer ambiente instalado no Estado do Amapá, atuou para a aprovação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Penitenciários (PCCR) e apresentou projeto de lei (também aprovado e sancionado) que institui auxílio fardamento de R$ 1,2 mil, a ser pago, anualmente, no mês de aniversário do servidor em exercício de suas atribuições no Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (Iapen).

Nas eleições de 2022, agora pelo PP, o deputado Jory Oeiras manteve Santana como seu principal reduto eleitoral, embora tenha conseguido fortalecer seus padrões de voto no leste do estado.

Figura 5

Distribuição percentual dos votos de Jory Oeiras (PP)

2022



Fonte: Elaboração própria com base em dados do FBSP.

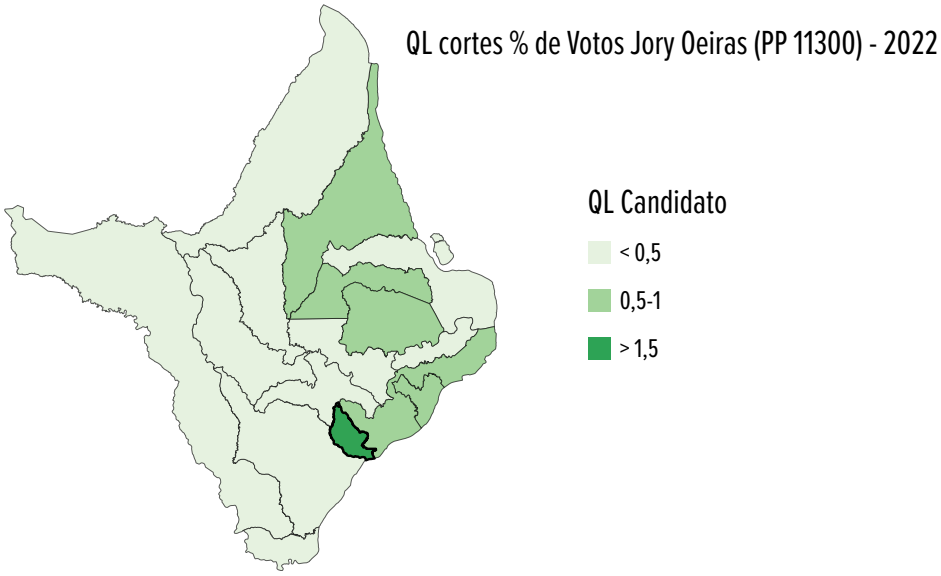
A maior parte do território do Amapá aparece em vermelho escuro e salmão claro, indicando que Jory Oeiras teve baixo desempenho na maior parte dos municípios. Em contrapartida, os poucos municípios em azul claro e azul escuro sugerem bolsões de apoio eleitoral mais expressivos, evidenciando que sua base política se concentra em áreas específicas do estado, principalmente na parte leste.

Comparando as eleições de 2018 e 2022, o deputado conseguiu ampliar sua dominância eleitoral, principalmente no leste do estado. O município de Santana se manteve como o local em que o deputado recebeu o maior percentual de votos.

Figura 4

QL de Jory Oeiras (PP)

2022



Fonte: Elaboração própria com base em dados do FBSP.

No caso das eleições de 2022, a maior parte do estado está em tons claros, com QL inferior a 1, indicando desempenho abaixo do esperado na maioria dos municípios, com exceção, novamente, do município de Santana, que apresentou QL acima de 1.5.

Em seu segundo e terceiro mandatos, a pauta da segurança pública seguiu ocupando lugar estratégico em sua agenda parlamentar, mantendo seu foco nas pautas corporativas dos policiais penais – categoria importante para sua base de apoio eleitoral, sobretudo graças à sua origem funcional.

Durante a sessão ordinária virtual que aprovou o Projeto de Lei Ordinária (PLO) nº 0020/2020, de autoria do Governo do Amapá, que dispõe sobre a criação da carreira de policial penal do Amapá. Durante a sessão, o deputado fez uma defesa enfática da manutenção do Art. 9º no PLO, que também contemplava no cargo de policial penal os educadores penitenciários.

Deputado federal Acácio Favacho

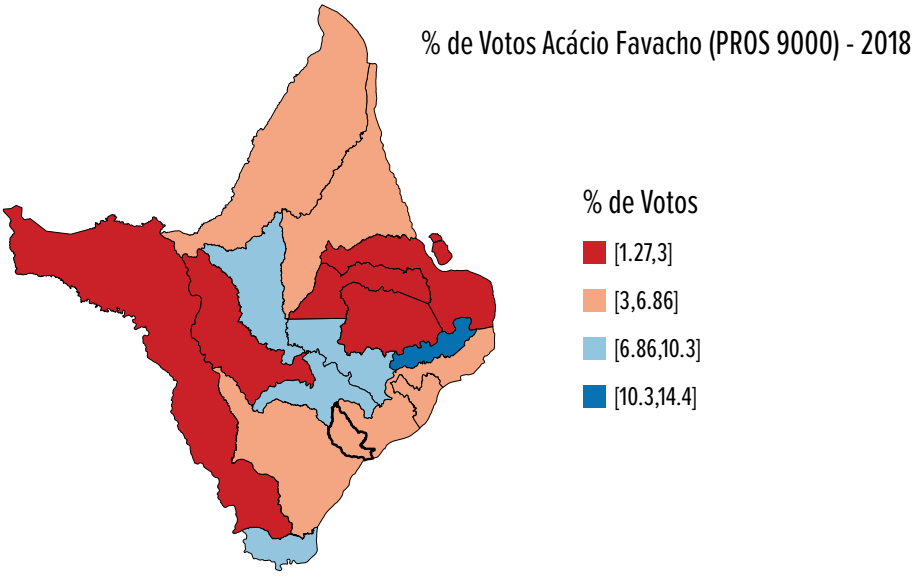
Advogado, e membro de uma influente família política amapaense, Acácio Favacho foi vereador de Macapá por três mandatos (eleito em 2008, em 2012 e em 2016) – das primeiras duas vezes pelo PMDB, e, da terceira, pelo PROS. Em 2018, foi eleito o segundo deputado

federal mais votado do Amapá com 19.111 votos (5,24% dos votos totais). Quando considerados os votos do município de Santana, o deputado foi o terceiro mais votado – atrás de Professora Marcivânia (PcdoB) e Leda Sadala (AVANTE).

Figura 7

Distribuição percentual dos votos de Acácio Favacho (PROS)

2018



Fonte: Elaboração própria com base em dados do FBSP.

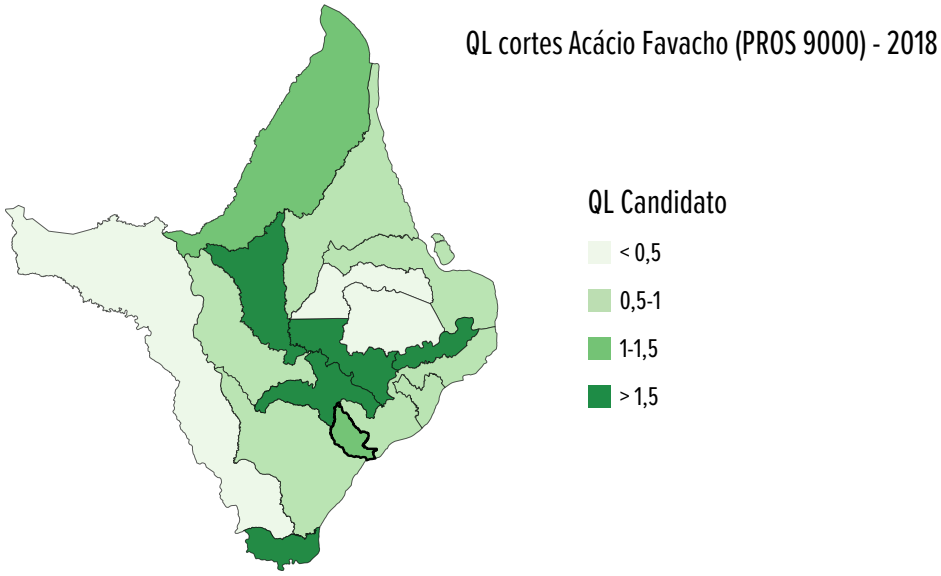
Em seu mapa de votação, maior parte do estado está em vermelho escuro e salmão claro, indicando que Acácio Favacho teve baixo desempenho na maioria dos municípios amapaenses, indicando um padrão de voto bastante disperso. Entretanto, alguns poucos municípios aparecem em azul claro e azul escuro, indicando uma dominância eleitoral relativa maior nessa região.

Analisando especificamente o município que pertence à Rota de Criminalidade, observa-se que o deputado obteve um percentual de votos moderadamente baixo em Santana.

Figura 8

QL de Acácio Favacho (PROS)

2018



Fonte: Elaboração própria com base em dados do FBSP.

No caso Acácio Favacho (PROS), a maior parte do estado está em tons claros, com QL inferior a 1, indicando desempenho abaixo do esperado na maioria dos municípios. Contudo, podemos observar núcleos concentrados de votação acima do esperado, principalmente no centro do estado, onde se localiza um conjunto contíguo de municípios com QL maior que 1.5. Destaca-se o município de Santana, que integra a Rota de Criminalidade, onde o deputado apresentou votação acima do esperado.

Sua trajetória na Câmara dos Deputados foi marcada por posições partidárias de destaque e liderança, em especial considerando sua eleição como líder do Pros na Câmara dos Deputados em 2020, e como presidente do MDB no Amapá em 2023, já em seu segundo mandato no Congresso Nacional.

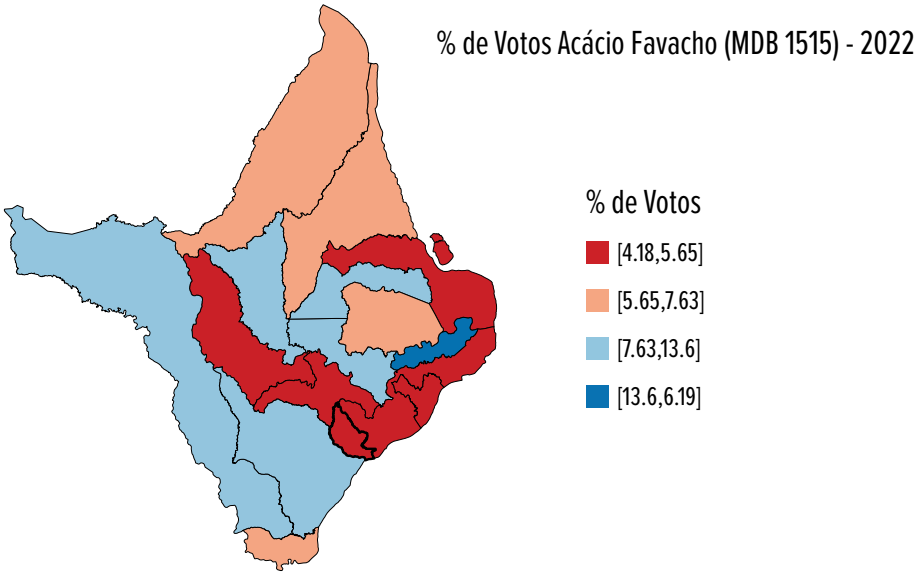
Em seu primeiro mandato, seu foco foram as agendas da mobilidade urbana e da simplificação tributária como membro titular na Comissão de Defesa do Consumidor.

Em 2022, de volta ao MDB, Acácio Favacho se reelege deputado federal com 24.064 votos (5,67% dos votos totais), novamente ocupando a posição de segundo candidato mais bem votado no estado.

Figura 9

Distribuição percentual dos votos de Acácio Favacho (MDB)

2022



Fonte: Elaboração própria com base em dados do FBSP.

A maior parte do estado está em azul claro, indicando que Acácio Favacho apresentou uma votação moderadamente alta na maioria dos municípios. Entretanto, alguns municípios aparecem em vermelho e salmão, indicando um baixo desempenho eleitoral nesses locais, incluindo o município de Santana.

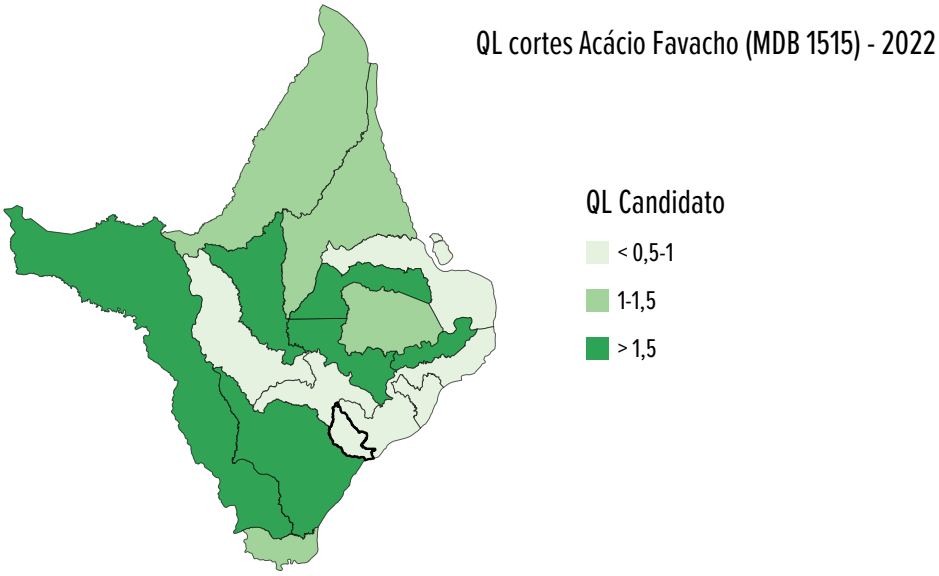
De uma eleição para outra, observa-se que Acácio Favacho trocou de partido, deixando o Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e filiando-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Esse pode ser um dos fatores que influenciou a expansão da sua dominância eleitoral para outros municípios.

Apesar de Acácio Favacho ser o segundo candidato com o maior percentual de votos no município de Santana nas eleições de 2022, o mapa indica que essa cidade não faz parte do seu reduto eleitoral, apresentando uma votação menos expressiva em relação às demais, e um padrão de voto bastante disperso.

Figura 10

QL de Acácio Favacho (MDB)

2022



Fonte: Elaboração própria com base em dados do FBSP.

A maior parte do estado está em tons escuros, com QL superior a 1, indicando desempenho acima do esperado na maioria dos municípios em 2022. Em contrapartida, o município de Santana apresenta QL inferior a 1. Isto é, o deputado teve uma votação abaixo do esperado neste local, sugerindo que este município não compõe sua base eleitoral, o que reforça o mapa anterior.

Se em seu primeiro mandato o tema da segurança pública teve baixa relevância em sua atuação parlamentar, em seu segundo mandato o deputado fez alguns acenos à pauta, passando, por exemplo, a fazer parte da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, além de propor três requisições (propostas, portanto, mais simbólicas): a Requisição 1340/2023, requerendo o Registro da Frente Parlamentar Mista em Defesa e Valorização dos Servidores da Segurança Pública Civil, a Requisição 483/2023, demandando a reinstalação da Frente Parlamentar de Segurança Pública, e a Requisição 1193/2023, solicitando o registro da Frente Parlamentar em Defesa da Segurança nas Escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora tanto Jory Oeiras quanto Acácio Favacho estejam entre os candidatos mais votados no município de Santana – única cidade do Amapá situada na Rota de Criminalidade –, há, aqui, a constituição de dois perfis bastante distintos: o deputado Jory Oeiras de fato possui um forte reduto eleitoral no município, com um padrão de voto bastante concentrado e forte conexão com a pauta da segurança pública, sobretudo em relação às demandas corporativas dos policiais penais; por outro lado, o deputado Acácio Favacho possui um padrão de voto bastante disperso, com baixo impacto relativo do voto no município de Santana, e uma relação bastante episódica com o tema da segurança pública, a despeito de acenos performáticos ocasionais.

Ainda que a coincidência não possa ensejar, de imediato, quaisquer inferênciais causais mais incisivas, merece destaque a sobreposição entre um perfil de voto concentrado em um município fortemente marcado pela incidência da criminalidade e a atuação predominante no eixo da segurança pública no caso do deputado Jory Oeiras.

REFERÊNCIAS

AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro; SILVA, Glauco P. da. A Concentração Eleitoral no Brasil (1994-2014). DADOS, v. 59, n. 4, p. 1091-1125, 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Cartografias da violência na Amazônia. 4.ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/289. Acesso em: 02 dez. 2025.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Amanhã vai ser maior: O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Editora Planeta, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html. Acesso em: 02 dez. 2025.

INFORME DE
ANÁLISE
05

Uma análise espacial do voto e da criminalidade na Amazônia Legal:

Dominância eleitoral e crimes ambientais no Amazonas

Marilene Corrêa da Silva Freitas, Ludolf Waldmann Júnior, Paula Mirana de Sousa Ramos, Breno Rodrigo de Messias Leite, Tereza de Sousa Ramos, Ana Paula Lima

INTRODUÇÃO

A quarta edição do estudo *Cartografias da Violência na Amazônia*, publicada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em novembro de 2025, investigou as causas do crescimento exponencial da violência e criminalidade na Amazônia Legal. De acordo com a pesquisa, o crescimento da criminalidade é multifatorial por envolver os seguintes elementos: a) conflitos territoriais com disputa por terra, uso e posse; b) infiltração de facções criminosas, sobretudo o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) que estão no controle logístico de rotas, de mercados e de territórios para o tráfico de drogas, o garimpo ilegal e o desmatamento; c) aumento das Mortes Violentas Intencionais (MVI), ho-

micídios e feminicídios acima das médias nacionais; d) criminalidade transnacional a partir das rotas de narcotráfico que atravessam os rios da região e, assim, abastecem o mercado internacional, com destaque para a assim chamada rota do Solimões.

Para além da evolução da criminalidade e da violência sistêmica nos estados da Amazônia Legal, é possível observar a penetração de tais modalidades criminosas na infraestrutura governamental, especialmente nos municípios. Chama atenção o fato de muitas organizações criminosas terem o controle territorial e político de áreas inteiras com a anuência das autoridades locais, pois, na maioria dos casos, não possuem força necessária para enfrentar tais organizações criminosas.

A metodologia do estudo da geografia eleitoral tem se consolidado como um instrumento fundamental para a explicação dos padrões de comportamento político e das dinâmicas sociais que moldam as disputas eleitorais no Brasil contemporâneo. Nesse contexto, a análise da dominância eleitoral no nível municipal, bem como da concentração espacial dos votos, permite identificar tanto a distribuição territorial do apoio político quanto a forma como determinados grupos, localidades ou lideranças estruturam redes de influência e mobilização. A elaboração de um mapa da dominância eleitoral e de um mapa de concentração eleitoral contribui para visualizar essas dinâmicas, revelando áreas de hegemonia partidária ou pessoal, zonas de competição equilibrada e regiões nas quais a votação se mostra fragmentada ou dispersa.

A partir desses instrumentos analíticos, torna-se possível proceder à identificação dos campeões de voto, isto é, daqueles candidatos que apresentam maior capacidade de articulação territorial, seja por sua inserção comunitária, por estruturas políticas consolidadas ou por estratégias eleitorais bem-sucedidas. No caso em análise, os desempenhos do deputado federal Átila Lins (Partido Social Democrático, PSD) e do deputado estadual Abdala Fraxe (Avante), ambos eleitos nas eleições de 2022, destacam-se por figurar entre os nomes de maior concentração e dominância eleitoral, o que suscita questões relevantes sobre o padrão territorial de sua votação e os fatores socioeconômicos e institucionais que contribuem para tal resultado.

Um aspecto adicional de interesse reside na exploração da correlação entre a variável "votação de Átila Lins" e "votação de Abdala Fraxe" e os indicadores de violência, buscando compreender se há algum grau de associação espacial entre ambas. Todavia, cumpre enfatizar desde o início uma observação metodológica fundamental: correlação não implica causalidade. Mesmo que se identifiquem vínculos estatísticos ou territoriais entre padrões de votação e níveis de violência, isso não autoriza inferências diretas sobre relações de causa e efeito — um determinismo causal que vincule os deputados com a expansão da

rota da criminalidade. Além do mais, o papel legislativo dos candidatos — por mais relevante que seja para o funcionamento das instituições democráticas — não interfere de maneira imediata ou direta nas causas estruturais da violência, fenômeno multifatorial que envolve dinâmicas socioeconômicas, demográficas, urbanísticas, históricas e institucionais.

PERFIL SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO DO AMAZONAS

Em extensão territorial, o Amazonas é o maior estado da federação. Com aproximadamente 1,56 milhão de quilômetros quadrados, o estado representa cerca de 18% do território nacional. Segundo dados divulgados pelo IBGE na imprensa (G1 AM, 2025), sua população é de cerca de 4,3 milhões de habitantes, concentrando-se majoritariamente na capital Manaus, que abriga mais de metade da população do estado. A densidade demográfica é uma das mais baixas do país, em torno de 2,7 habitantes por km^2, devido a vasta área de cobertura vegetal coberta pela Floresta Amazônica e a presença de regiões de difícil acesso por terra ou por água. A economia do Amazonas é fortemente impulsionada pelo Polo Industrial de Manaus (PIM). Criado em 1967, com a Zona Franca de Manaus, a concentração e centralização do PIM transformou a capital em um dos principais centros industriais da região Norte. O polo produtivo concentra atividades nos setores de eletroeletrônicos, motocicletas, informática e bens de consumo duráveis, sendo responsável por grande parte do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. Além das plantas industriais, o estado apresenta destaque na extração de recursos naturais, especialmente madeira, gás natural e minérios, e nas atividades de pesca, agricultura familiar e pecuária extensiva em algumas cidades do interior. Indicadores macroeconômicos apontam que o PIB do Amazonas seja o segundo maior da Região Norte.

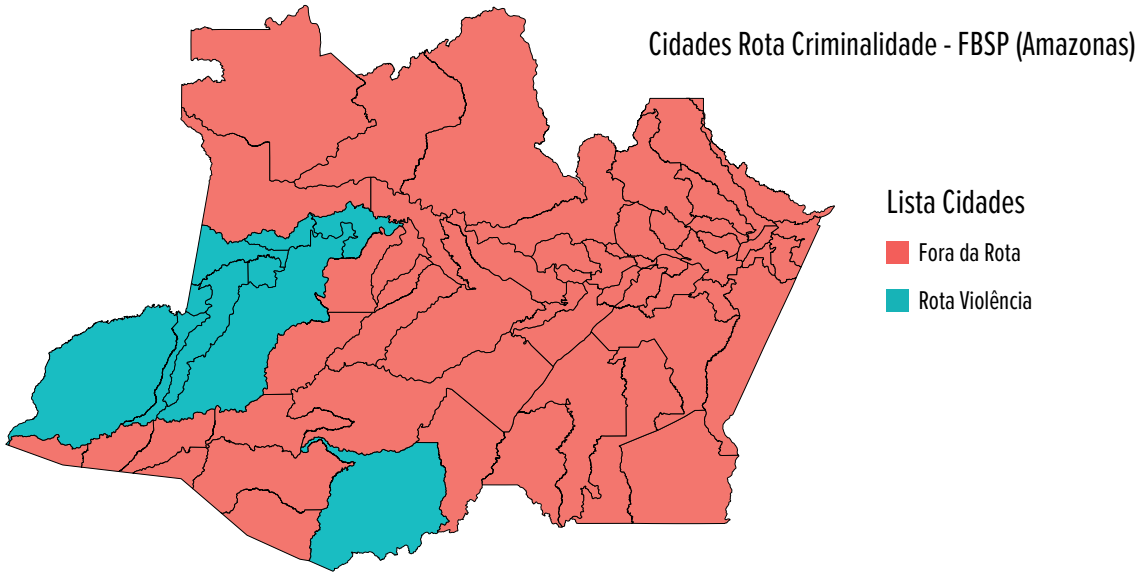
No campo social, o Amazonas ainda enfrenta desafios significativos. Apesar do crescimento econômico concentrado em Manaus, o índice de desigualdade social é elevado, e muitos municípios do interior apresentam baixa renda per capita e limitado acesso a serviços públicos essenciais.

Ao longo das últimas décadas, a violência no Amazonas exibiu um perfil dinâmico, expansivo e, por vezes, contraditório. Historicamente marcado por elevadas taxas de homicídios — com municípios estratégicos ligados ao narcotráfico apresentando níveis assustadores (Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, 2025) —, o Amazonas experimentou também episódios de queda significativa nos últimos anos. Entre 2021 e 2022, por

exemplo, houve uma redução de 9,3% nos homicídios dolosos. Ainda segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o Amazonas reportou, em 2024, uma taxa de mortes violentas intencionais de 27,4 por 100 mil habitantes — uma queda expressiva de 17,4% em relação a 2023. Essas reduções têm sido atribuídas a uma política de segurança mais integrada, que mobiliza inteligência policial e ações coordenadas das forças de segurança.

Mapa 1

A rota da criminalidade no Amazonas



Fonte: Elaboração própria com base em dados do FBSP (2025).

O mapa apresenta os municípios do Amazonas. Em azul, estão destacados aqueles que integram a Rota da Criminalidade, conforme definida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A análise abrange um amplo conjunto de ilícitos, incluindo mortes violentas intencionais**,** vitimização e letalidade policial**,** homicídios dolosos**,** latrocínios**,** feminicídios**,** grilagem de terras**,** além de diversos crimes ambientais, como garimpo ilegal, desmatamento e tráfico de fauna e flora. Também são considerados crimes relacionados à lavagem de dinheiro, tráfico de pessoas, narcotráfico, tráfico de armas, trabalho análogo à escravidão, exploração sexual, bem como práticas empresariais irregulares, como a poluição de rios e o manejo inadequado de rejeitos.

Analisando o mapa do Amazonas, é possivel observar que as cidades que fazem parte a Rota de Criminalidade são Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Amaturá, Jutaí, Tonantins, Fonte Boa e Lábrea.

PERFIL POLÍTICO DOS DEPUTADOS MAIS VOTADOS NAS ELEIÇÕES DE 2022

Deputado Federal Átila Lins

Átila Sidney Lins de Albuquerque, nascido em 22 de novembro de 1950, em Fonte Boa, Amazonas, é um economista, advogado e servidor público. Ele é um político com longa carreira, tendo sido eleito pela primeira vez como deputado estadual em 1978 e, posteriormente, como deputado federal pelo Amazonas.

Foi o quinto mais votado nas eleições 2022, com 101.541 votos, sendo eleito pela nona vez consecutiva. O deputado já trocou de siglas partidárias oito vezes (ARENA, partido de sustentação do regime militar, além dos partidos PDS, PFL, PPS, PMDB, PP, PSD, após redemocratização) e sua filiação revela que o deputado sempre foi alinhado a partidos do espectro ideológico de centro e de direita. Sua filiação ao PSD ocorreu entre 2011-2018, após esse período esteve no PP, mas, alegando sobrevivência política, retornou ao PSD em 2022, partido com o maior número de candidatos eleitos no executivo e no legislativa brasileiro em 2024. Durante o período militar, foi eleito deputado estadual pela ARENA, após a democratização teve mais dois mandatos na Assembleia Legislativa do Amazonas, consolidando seu capital político no cenário político local. Em 1990, foi eleito deputado federal pela primeira vez.

Os seus vínculos familiares revelam grande proeminência no cenário político local, apresentando grande capital político e familiar, o que assegura a influência desse grupo nos processos eleitorais estabelecendo condições de acesso para outros agentes ou grupos sejam inseridos nos estames do poder. A família Lins representa um dos grupos familiares oriundos dos processos rearranjos de poder das lideranças locais após do golpe de 1964. O irmão de Átila Lins, Belarmino Lins, anunciou sua aposentadoria em 2022 e atualmente ocupa o cargo de superintendente adjunto da SUFRAMA, enquanto outro irmão, José Lins de Albuquerque, foi deputado em dois mandatos. Atualmente, a família Lins mantém a continuidade na política local com a eleição de seus sobrinhos, o deputado federal Fausto Junior (União Brasil), que está em seu segundo mandato político, e o deputado estadual George Lins (União Brasil). Os vínculos familiares estão estreitamente atrelados aos setores econômicos da região, cujo patrimônio familiar se constituiu de faculdades à hotéis e atualmente adquiriram à Santa Casa de Misericórdia. O empresário Wellington Lins, primo do deputado Átila Lins, é casado com Maria do Carmo Seffair (Novo), que concorreu as eleições de 2024 para o cargo de vice-prefeita compondo chapa com o candidato Capitão Alberto (PL). Deste

modo, é evidente as relações familiares entre os agentes políticos e o alto empresariado amazonense, materializando-se através de ascensões controladas na esfera do poder que se espraiam atualmente para os sobrinhos Fausto Jr. e George Lins.

Em relação ao deputado Átila Lins, ele foi presidente das seguintes comissões na Câmara Federal: Comissão de Integração Nacional, Comissão de Desenvolvimento Regional e da Amazônia, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais.

Em 2013, votou a favor da PEC 300/08, que estabelece o piso salarial para os policiais militares, civis e bombeiros militares. À época, em seu pronunciamento, afirmou que "o governo federal gasta 13% com [segurança pública] e os outros 87% ficam sob a responsabilidade dos estados e municípios". Ele defendeu que é hora de "fazermos uma repactuação" desse financiamento. Isso reflete que no Brasil há um desequilíbrio dos recursos entre a União, estados e municípios em relação a segurança pública. Em novembro de 2025, a Câmara Federal aprovou a PL 5.582/2025, chamado de "PL Antifacção", o deputado votou a favor do projeto que visa endurecer penas para participantes de facções criminosas. Em suas redes sociais, divulgou a transferência de recursos do Fundo Amazônia para um plano chamado "Plano Amazônia: Segurança e Soberania (AMAS), revelando seu entendimento do nexo entre segurança pública e soberania na Amazônia.

As principais proposições de Átila Lins mostram, também, que existe uma coerência com as suas bases eleitorais, como pode ser observado no tema central de sua produção legislativa voltadas para a manutenção de incentivos econômicos para a Zona Franca. Seu voto favorável na PL *Antifacção* revela mais um posicionamento pragmático do que a defesa de uma ideologia punitivista.

Os deputados federais eleitos pelo Amazonas, em 2022, são respectivamente, Amom Mandel (Cidadania), Capitão Alberto Neto (PL), Saullo Vianna (União), Silas Câmara (Republicanos), Átila Lins (PSD), Sidney Leite (PSD), Adail Filho (Republicanos) **e** Fausto Santos Jr. (União)**.** Ao reorganizarmos o banco de dados segundo o critério de dominância eleitoral — isto é, considerando o percentual de votos que cada candidato obteve em cada município — observamos que o deputado Átila Lins (PSD) se destaca de maneira expressiva. Ele foi o candidato com maior percentual de votos em diversos municípios que compõem a Rota de Criminalidade identificada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Essa dominância é especialmente marcante em municípios do Alto e Médio Solimões, região marcada tanto por desafios socioeconômicos, forte presença de crimes ambientais e de dinâmicas associadas ao narcotráfico e a grilagem. Os percentuais de votação obtidos

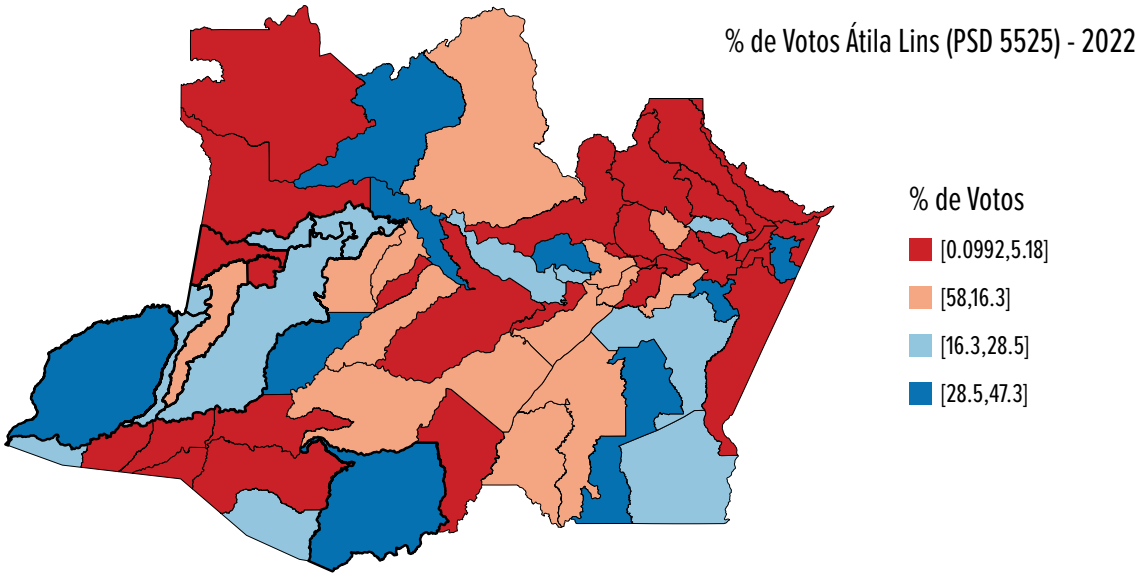
por Átila Lins são bastante elevados nessas localidades: Lábrea (40,7%), Atalaia do Norte (36,4%), Fonte Boa (28,5%), Jutaí (27,9%), Tabatinga (24,9%) e Benjamin Constant (23,7%).

Esses números evidenciam não apenas sua tradicional base eleitoral no interior do Amazonas, mas também uma capacidade de mobilização significativa em áreas geograficamente extensas, de difícil acesso e frequentemente associadas à presença de economias ilícitas e vulnerabilidades institucionais. A análise da distribuição espacial de seus votos revela, portanto, um padrão de forte enraizamento político em regiões que demandam maior presença do Estado e políticas públicas mais consistentes.

Mapa 2

Percentual de votos de Átila Lins (PSD)

2022



Fonte: Elaboração própria com base em dados do FBSP (2025) e TSE (2022).

No mapa acima, apresentamos a distribuição espacial dos votos do candidato Átila Lins (PSD) nas eleições de 2022 por município do estado do Amazonas. Para facilitar a visualização, o percentual de votos foi dividido em quatro faixas, seguindo uma escala crescente de intensidade. Assim, em vermelho escuro estão os municípios onde o candidato obteve baixa votação (entre 0,09% e 5,18% dos votos). Em salmão claro, aqueles com votação moderadamente baixa (5,18% a 16,3%); em azul claro, os municípios com votação moderadamente alta (16,3% a 38,5%); e, por fim, em azul escuro, os locais onde Átila Lins registrou alta votação (28,5% a 47,3%).

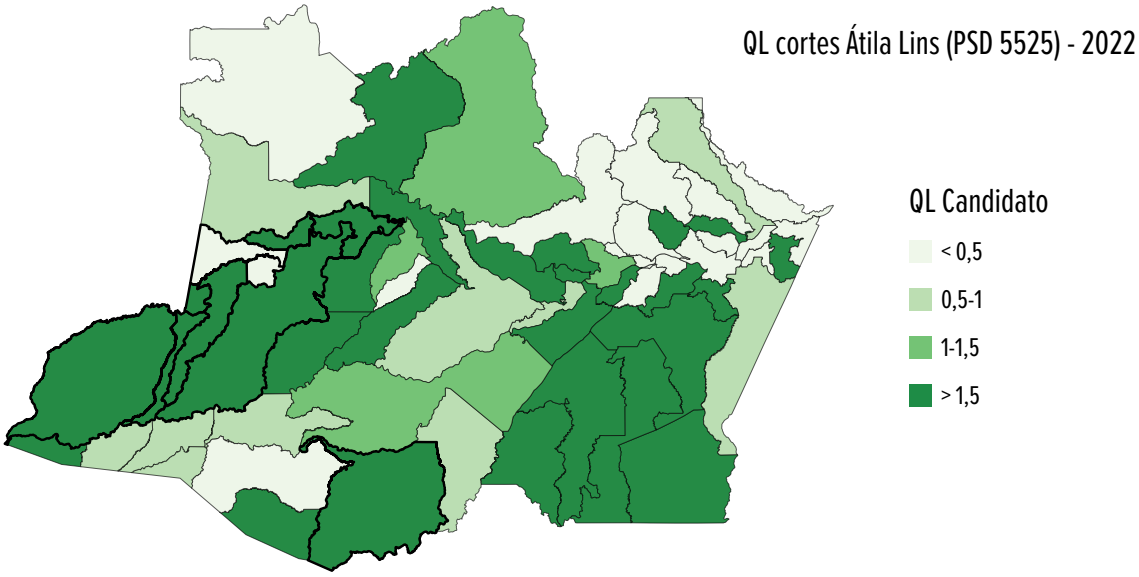
A leitura geral do mapa revela um cenário heterogêneo, indicando que Átila Lins recebeu votos em praticamente todos os municípios do estado. Observa-se, no entanto, que sua votação foi mais concentrada em determinados municípios — representados pelos tons de azul claro e azul escuro — especialmente nas regiões oeste e sudeste do Amazonas. De algum modo, isso evidencia uma dominância eleitoral mais intensa nessas áreas.

Entre esses destaques, sobressaem-se os municípios que pertencem à Rota de Criminalidade, onde o candidato apresentou votações altas ou moderadamente altas, com ênfase especial em Atalaia do Norte e Lábrea, que se destacam como áreas de forte apoio eleitoral.

Mapa 3

QL cortes Átila Lins (PSD 5525)

2022



Fonte: Elaboração própria com base em dados do FBSP (2025) e TSE (2022).

Em relação ao caso de Átila Lins (PSD) no estado do Amazonas, o mapa evidencia que grande parte do território aparece em tons escuros, indicando valores de QL superiores a 1 na maioria dos municípios. Esse padrão sugere que o candidato apresenta uma base eleitoral ampla e relativamente dispersa, com desempenho acima do esperado em boa parte do estado — um resultado compatível com sua longa trajetória política e sua atuação constante junto ao interior do Amazonas.

Além disso, observa-se a formação de núcleos concentrados de votação acima do esperado, especialmente nas regiões oeste e leste? do estado. Esses núcleos coincidem, em grande medida, com municípios que integram a Rota de Criminalidade, como Atalaia do

Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutaí, Tabatinga e Lábrea. A presença de QLs elevados nessas áreas revela não apenas a força eleitoral de Átila Lins nesses territórios, mas também a relevância de compreender como dinâmicas políticas, socioeconômicas e territoriais se relacionam com regiões marcadas por desafios estruturais, isolamento geográfico e atuação de economias ilícitas.

Esse padrão concentrado de desempenho eleitoral acima do esperado sugere, portanto, que o candidato possui pontos de enraizamento particularmente fortes em municípios estratégicos do interior profundo, ampliando sua capacidade de mobilização eleitoral em regiões onde a competição política costuma ser moldada por redes locais, influência histórica e presença constante de lideranças.

Deputado Estadual Abdala Fraxe

O deputado estadual Abdala Habib Fraxe Júnior nasceu em Boa Vista (RR), no dia 19 de setembro de 1969. Economista, foi o primeiro diretor-executivo do Órgão Gestor de Mão de Obra do Porto de Manaus (OGMO), instituição criada por determinação da lei 8.630/93 que previa a modernização dos portos.

Eleito em 2010 para o cargo de deputado estadual pelo partido Avante (antigo PTdoB), o político está em seu quarto mandato. A posição do deputado e de seu partido revelam um caráter de centro-direita, vinculado aos setores políticos e econômicos tradicionais da região.

A transferência do poder nas famílias políticas apresenta dinâmicas complexas que aparecem de forma hegemônica entre seus os membros, como o caso da família Lins, ou através da participação de mulheres, que embora ainda seja pequena no Brasil, apresenta uma forte ingerência da trajetória individual, como o caso de Shadia Fraxe, a esposa de Abdala Fraxe que atualmente ocupa o cargo de secretária municipal de saúde.

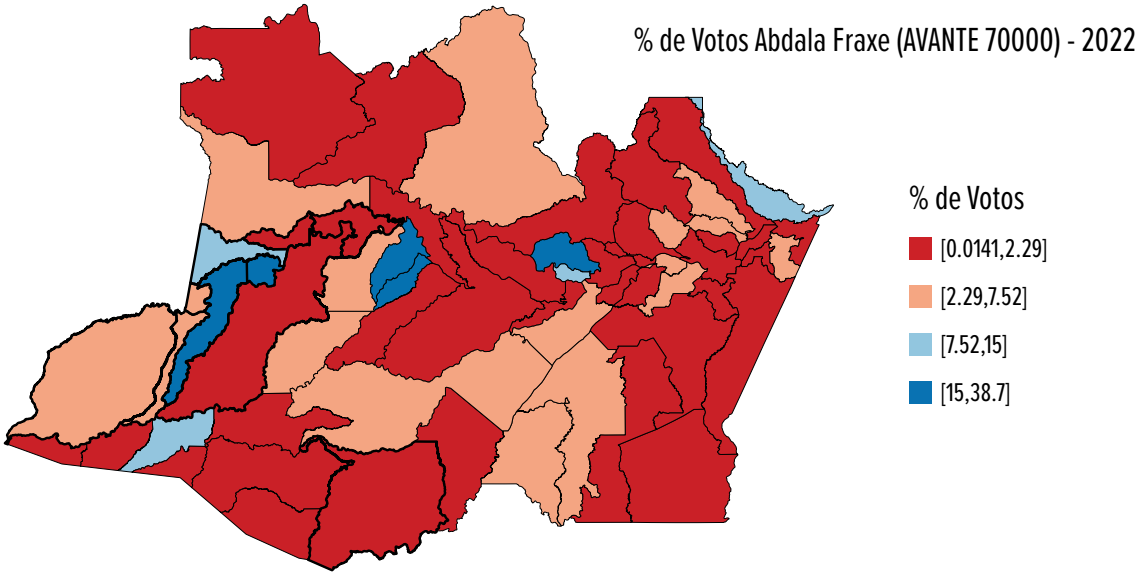
As Comissões Legislativas são grupos temáticos criados para garantir maior eficiência ao trabalho do legislativo. São divididas em permanentes e temporárias, onde são feitos debates mais especializados com pequenos grupos de parlamentares. Entre as principais comissões que o deputado integrou destacam-se a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDHC), a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, Comissão de Esporte e Lazer, Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação, Informática e Inovação, Comissão de Turismo e Empreendedorismo, Comissão de Transporte, Trânsito e Mobilidade, Comissão de Relações Internacionais, Promoção ao Desporto e de Esporte e Lazer, Comissão de Saúde e Previdência Social.

Propôs o PL 536/2021 na Assembleia Legislativa do Amazonas para distribuir dispositivos de segurança ("botão do pânico") para mulheres vítimas de violência doméstica. Em pronunciamento na ALEAM, afirmou que os rankings de segurança pública divulgados (por exemplo, pelo IBGE) "não correspondem exatamente à realidade de acordo com o número populacional e de assassinatos" no Amazonas. Dessa maneira, em seu entendimento, os indicadores oficiais de violência devem ser interpretados com cuidado, havendo a necessidade de uma análise contextual, considerando as particularidades do estado. A atuação parlamentar de Abdala Fraxe, aborda segurança próxima da proteção social, temas que estão alinhados com a sua base eleitoral. Nesse sentido, sua baixa participação e proposições voltadas para a criminalização, refletem um posicionamento conservador em relação ao endurecimento penal ou a militarização.

Mapa 4

Percentual de votos Abdala Fraxe (Avante)

2022



Fonte: Elaboração própria com base em dados do FBSP (2025) e TSE (2022).

Neste mapa ilustrado, apresentamos a distribuição espacial dos votos do candidato Abdala Fraxe (Avante) nas eleições de 2022, por município do estado do Amazonas. A maior parte do território amazonense aparece em tonalidades de vermelho e salmão, indicando que Abdala Fraxe obteve um desempenho reduzido na maior parte dos municípios do estado (até 7,52% dos votos). Isso revela que sua votação, em termos territoriais, foi amplamente concentrada. Desta maneira, os poucos municípios representados em tons de azul claro e azul escuro sugerem a existência de redutos específicos de maior apoio eleitoral, evidenciando uma base política mais localizada e menos capilarizada pelo território estadual.

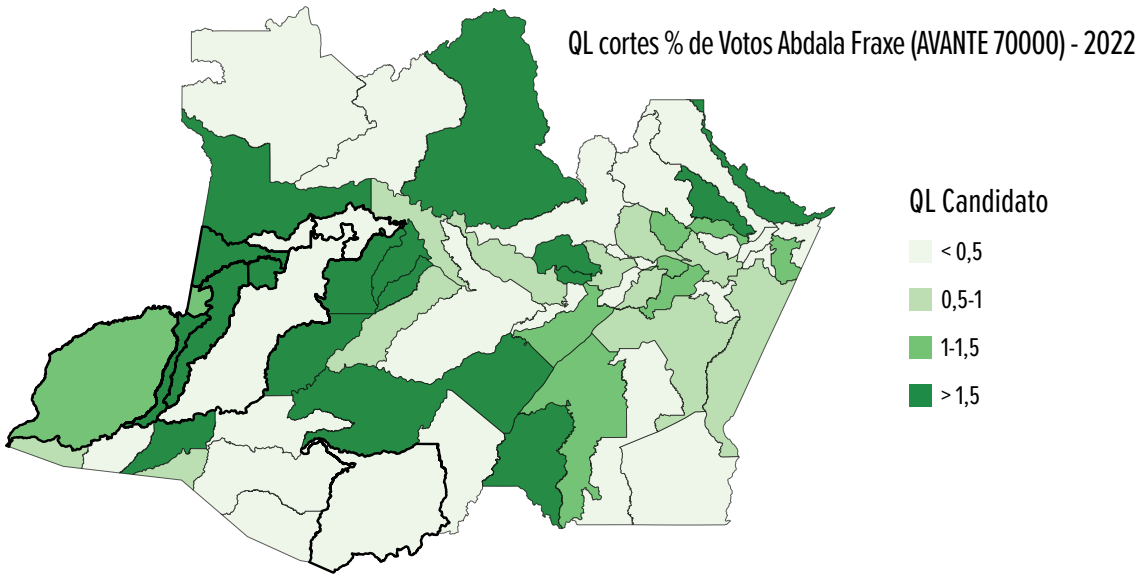
Entre esses destaques, sobressaem-se dois municípios que integram a Rota de Criminalidade: São Paulo de Olivença e Amaturá. Neles, o candidato registrou um desempenho significativamente superior à média estadual, indicando que essas localidades compõem o núcleo central de sua base eleitoral. Tal concentração reflete vínculos políticos sólidos, redes de apoio enraizadas e relações históricas e familiares estabelecidas com lideranças locais, práticas comuns no interior profundo do Amazonas. Destaca-se, aqui, que o deputado faz parte de uma família que inclui uma rede de juízes, magistrados, procuradores e operadores do Direito. Sua esposa, Shádia Hussami Hauache Fraxe, é a secretária de saúde de Manaus desde 2021, nomeada por Davi Almeida (Avante) desde sua primeira administração na capital amazonense.

A análise espacial mostra, portanto, que, embora Abdala Fraxe tenha obtido resultados modestos na maior parte do estado, sua performance foi altamente concentrada em áreas estratégicas. Essa dinâmica territorial ajuda a compreender como o candidato conseguiu se eleger em 2022, mesmo apresentando índices reduzidos de votação na maior parte do mapa: seu êxito dependeu de uma forte concentração de votos em poucos municípios-chave, capazes de compensar o baixo desempenho nas demais localidades. Essa característica é coerente com padrões eleitorais típicos de candidatos com colégios eleitorais restritos, mas intensamente mobilizados.

Mapa 5

QL cortes % de Votos Abdala Fraxe (AVANTE)

2022



Fonte: Elaboração própria com base em dados do FBSP (2025) e TSE (2022).

A respeito de Abdala Fraxe (Avante), no Amazonas, o mapa mostra que grande parte do estado aparece em tons claros, indicando valores de QL inferiores a 1. Isso revela que o candidato teve um desempenho abaixo do esperado na maior parte dos municípios, sugerindo uma base eleitoral limitada e geograficamente pouco dispersa. Diferentemente de candidatos com capilaridade estadual ampla, Abdala Fraxe apresenta um padrão de votação concentrado e fortemente dependente de regiões específicas.

Apesar dessa predominância de QLs baixos, é possível identificar núcleos de votação expressivamente acima do esperado, especialmente no oeste do estado. Nessa região, forma-se um conjunto contíguo de municípios com QL superior a 1,5, indicando não apenas um bom desempenho, mas um desempenho substancialmente acima do esperado. Esse agrupamento sugere a existência de uma área de influência eleitoral bem definida, provavelmente sustentada por redes políticas locais, alianças históricas ou atuação direta do candidato na região.

Destacam-se, entre esses municípios, aqueles que fazem parte da Rota de Criminalidade, como São Paulo de Olivença e Amaturá, que se configuram como verdadeiros redutos eleitorais de Abdala Fraxe. O desempenho superior ao esperado nessas localidades indica que elas compõem o núcleo estruturante de sua base eleitoral, podendo refletir vínculos políticos enraizados, relações comunitárias consolidadas ou a presença de lideranças locais alinhadas ao candidato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento dos crimes violentos no Amazonas está ligado principalmente a atuação de facções criminosas. A ação desses grupos está aumentando nas cidades do interior do estado em razão das rotas fluviais fronteiriças do narcotráfico. Nesse sentido, a compreensão da dominância eleitoral em nível municipal, bem como a concentração espacial dos votos, permite identificar tanto a distribuição territorial do apoio político quanto a forma como determinados grupos e atores constroem redes de influência e mobilização. Embora o deputado federal Átila Lins e o deputado estadual Abdala Fraxe revelarem um alto desempenho eleitoral nos municípios considerados a Rota da Criminalidade, tal desempenho é reflexo da formação de uma rede de relações vinculadas a políticos e lideranças locais historicamente alinhadas aos candidatos. Em relação ao comportamento legislativo, diante das questões relacionadas à criminalidade e a segurança pública, os agentes políticos apresentam um perfil conservador e pragmático ligado às suas bases eleitorais.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS tem 4,3 milhões de habitantes, diz IBGE. *G1 AM*, 28 de agosto de 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2025/08/28/amazonas-tem-43-milhoes-de-habitantes-diz-ibge.ghtml. Acesso em 27 de novembro de 2025.

FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. *Cartografias da violência na Amazônia, 4ª ed*. São Paulo: FBSP, 2025.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. *Fronteiras da Amazônia Arco Norte e Rondônia: Panorama Geral – Amazonas*. Brasília: Programa Fronteira Integrada, 2025. Disponível em: https://www.fronteirasamazonia.ibam.org.br/wp-content/uploads/2025/05/p1_sintese_amazonas.pdf. Acesso em 25 de novembro de 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Eleições 2022*. 2022. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022. Acesso em: 17 de novembro de 2025.

INFORME DE **ANÁLISE**

05

(In)segurança Pública e Política no Maranhão: votação e atuação parlamentar de deputados mais votados na *rota da criminalidade*

Arleth Santos Borges, Marcelo Fontenelle e Silva, Antonio Marcos Pereira, Yan Carlos Ribeiro Cipriano

INTRODUÇÃO

O presente Boletim tem como ponto de partida estudo elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2025) que, mediante exaustivo levantamento de dados empíricos, identifica os municípios com maior incidência de criminalidade no estado do no Maranhão, denominados *rota da criminalidade*, categoria ampla que abrange, além dos vários tipos de mortes violentas intencionais, grilagem de terras e crimes ambientais, entre outros. Definidos os municípios, procuramos ver nesse recorte espacial, aspectos políticos relacionados ao voto e representação parlamentar, como a identificação de campeões de votos nesses municípios, suas trajetórias, padrões de distribuição espacial dos votos e produção legislativa. Nosso objetivo não é estabelecer qualquer tipo de causalidade entre criminalidade e eleições, mas explorar eventuais pontos de cruzamento entre a atuação desses representantes e a situação de vulnerabilidade desses municípios no tocante à segurança pública.

A violência e criminalidade são problemas que, no Brasil e no Maranhão, se reproduzem e se atualizam a partir de causas estruturais e conjunturais. O mais recente Anuário FBSP

(2025) registra para o país uma tendência de queda da violência letal, mensurada a partir da quantidade de mortes violentas intencionais. Porém, no Maranhão, a tendência no mesmo período (2020 -2024) foi diversa, registrando-se acentuado aumento que colocou esse estado em patamar superior à média nacional, que é de 20,8%, enquanto no Maranhão é 30,4%. Acrescente-se os muitos conflitos relacionados à posse da terra e de recursos naturais no estado e a vulnerabilidade em relação à segurança se mostra ainda maior.

1. ROTA DA CRIMINALIDADE NO MARANHÃO

Balsas, Alto Parnaíba e Itinga do Maranhão são as cidades que mais se destacaram na incidência de crimes em 2025 (Figura 1). Têm em comum o fato de serem cidades de fronteira com outros estados: Balsas, com Tocantins; Alto Parnaíba, com Piauí, Tocantins e Pará, e Itinga do Maranhão, com o estado do Pará. Tomando a capital como referência, são cidades distantes (760 Km em média) e integram as chamadas áreas de expansão da fronteira agrícola voltada à produção de *commodities*, no caso de Itinga, produção de eucalipto, enquanto Alto Parnaíba e Balsas são grandes produtores de grãos, com destaque para a soja.

Figura 1

Rota da Criminalidade no Maranhão



Fonte: Elaboração própria com base em dados do FBSP.

No extremo sul do estado, Balsas e Alto Parnaíba se localizam no bioma cerrado, enquanto Itinga do Maranhão faz parte do bioma amazônico e se localiza no oeste, fronteira com o Pará. Em termos

populacionais, Balsas é de médio porte, com 101.767 habitantes, enquanto Alto Parnaíba e Itinga do Maranhão são de pequeno porte, com 11.109 e 22.513 habitantes, respectivamente (IBGE).

No plano socioeconômico, dados dos Relatórios Socioeconômicos Municipais (IMESC) indicam que são municípios que se destacam entre os 217 do Maranhão, pela riqueza e melhores indicadores socioeconômicos. Balsas tem o terceiro PIB do estado, R$ 2.627.847, PIB per capita de R$ 65.059 e IDHM de 0,68. Em Alto Parnaíba, o PIB é R$ 578.991 (36º), PIB per capita R$ 51.543 e o IDHM 0,63; em Itinga do Maranhão, o PIB é R$ 489.270 (54º), PIB per capita de R$18.721 e IDM de 0,63.

Contudo, mesmo em Balsas, que figura entre as mais ricas na rota brasileira da soja, 40% da população tem renda nominal mensal de até 0,5 salário mínimo; nas demais cidades esse percentual é mais elevado: 53,1% em Alto Parnaíba e 47,8% em Itinga do Maranhão. E se consideramos a condição de pobreza certificada pela inscrição no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social, as condições são ainda mais severas, alcançando 49% da população de Balsas, 63% em Alto Parnaíba e 67% em Itinga do Maranhão.

Acrescente-se a este cenário o fato de que os três municípios são palcos de conflitos relacionadas à posse da terra, incentivada pelo avanço do agronegócio, envolvendo desmatamentos denúncias de grilagem e pulverização aérea de agrotóxicos, especialmente em Balsas e Alto Parnaíba, campeões em desmatamentos, e cujos territórios são amplamente dominados pela grande lavoura de soja; em Itinga, a produção, também em grande escala, é de eucalipto. Uma realidade que avança no Maranhão, integrante do MATOPIBA e líder em conflitos por terra no país entre 2001 e 2020 (Nascimento et al, 2024).

Politicamente, e tomando as eleições de 2018 e 2022 como referência, esses municípios têm recorrentes vitórias de candidatos do campo da direita nas disputas para o governo estadual, senado, deputados estaduais e federais e prefeito, a despeito da destacada presença do PDT e, em menor escala, do PSB (partido do atual governador). A força eleitoral da direita também se mostra em candidaturas e expressivas votações de agentes ligados à segurança pública, como o deputado Aluísio Mendes, egresso da Polícia Federal e ex-Secretário estadual de Segurança Pública, Tenente Mauro e Coronel Medeiros.

VOTOS E CAMPEÕES DE VOTOS

Olhando para o cenário eleitoral nos municípios da *rota da criminalidade*, resultados eleitorais recentes (2022 e 2018) registram candidatos com destacado desempenho, como os deputados federais Márcio Honaiser (PDT), André Fufuca (PP), Juscelino Filho (União Brasil) e Aluísio Mendes

(PSC /Republicanos); nas disputas para o legislativo estadual, o destaque isolado nesses municípios foi de Andreia Martins Rezende (DEM/PSB). Dentre estes campeões de votos e lideranças políticas na região, destacamos o deputado federal Márcio Honaiser e a deputada estadual Andreia Rezende para uma apreciação mais detalhada do perfil político-eleitoral e legislativo de cada um, atentando para a existência, ou não, de iniciativas relacionadas à segurança pública.

Deputado federal Márcio Honaiser (PDT)

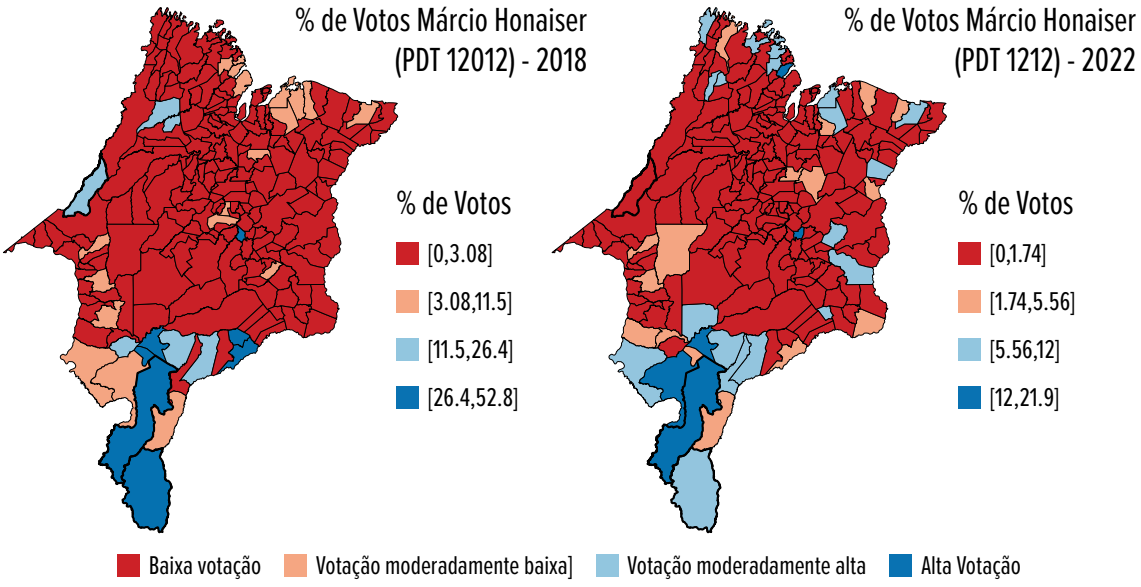
Natural de Carazinho - RS, chegou no Maranhão acompanhando seus pais, gaúchos que, como muitos outros, chegaram a esse estado em busca de terras, instalando-se na cidade de Balsas e arredores. Se autodeclara branco, é engenheiro civil formado na Universidade Estadual do Maranhão, é casado, empresário e antes de chegar à Câmara Federal foi deputado estadual (2019-2022) e assumiu importantes cargos no governo estadual: foi Secretário de Agricultura, Pecuária e Pesca do Maranhão (2015-2018) e Secretário de Desenvolvimento Social do Maranhão (2019-2021).

Honaiser declarou à Justiça Eleitoral patrimônio de R$ 20.230.953,60 constituído principalmente de propriedades rurais, empresas de produtos agropecuários, construtora, faculdades, imóveis urbanos e aplicações financeiras. Eleito pelo PDT em 2018 e 2022, desde sua primeira candidatura, a deputado estadual, em 1998, vem registrando crescimento e capilaridade eleitoral, afirmando-se como uma das principais lideranças políticas do Sul do Maranhão.

Figura 2

Porcentagem de votos em Márcio Honaiser

2018 e 2022



Fonte: Elaboração própria com dados do TSE e do FBSP.

Os mapas distribuem a votação conforme sua intensidade, representada por uma escala de cores que vai de baixa votação (vermelho escuro) à alta votação (azul escuro) passando por padrões intermediários classificados como votação moderadamente baixa e moderadamente alta. Em 2018, sua campanha e subsequente mandato de deputado estadual representam um marco na afirmação de seu nome e reputação nos municípios do estado, sobretudo, na região sul, onde sua presença e votação, é mais forte, incluindo os municípios da *rota de criminalidade* (Alto Parnaíba, Balsas e Itinga do Maranhão, destacados com uma linha preta), onde tem tido expressivas votações.

Considerando que as duas candidaturas de Honaiser aqui examinadas referem-se a cargos diferentes – deputado estadual, em 2018, e deputado federal, em 2022, não cabe comparar as votações nos dois pleitos, mas permite identificar sua continuada força eleitoral dominância na região sul do estado, onde se localizam os dois maiores municípios da denominada *rota da criminalidade*. Em 2018, obteve alto percentual de votos em Alto Parnaíba e Balsas e moderadamente alto em Itinga do Maranhão, sugerindo que essas cidades fizeram parte de sua base eleitoral; em 2022, se manteve com alto percentual de votos em Balsas, em Alto Parnaíba passou a ser moderadamente alto, e baixo em Itinga do Maranhão, confirmando Honaiser como destacada liderança eleitoral nesses municípios, sobretudo em Balsas.

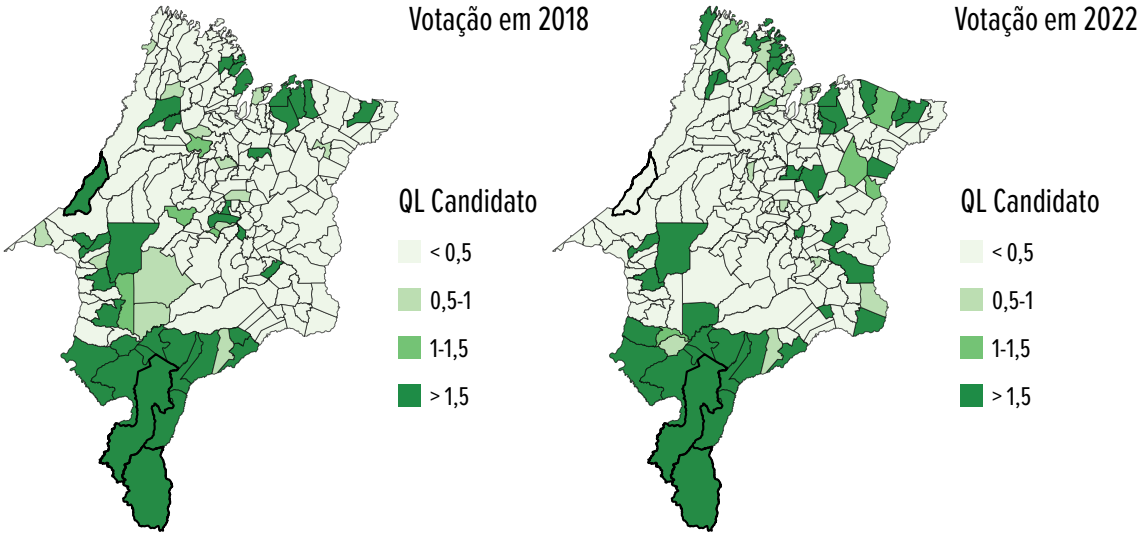
De 2018 para 2022, embora sejam eleições para cargos diferentes, é possível constatar que Honaiser ampliou sua força eleitoral no sul do estado ao mesmo tempo em que conquistou municípios da região norte. Mas foi Balsas o município que se afirmou nos dois pleitos como o mais importante reduto eleitoral deste deputado federal.

Feito isto, cabe observar o desempenho eleitoral de Honaiser olhando sua distribuição de votos no estado como um todo, utilizando como ferramenta de análise o Quociente Locacional (QL) de um candidato, conforme formulado por Avelino, Biderman e Silva (2016, p.1101), que definem o QL de um candidato por município como "determinado pela razão entre duas proporções: a proporção dos votos obtidos no município com relação à votação total do candidato, e a proporção de eleitores do município no eleitorado do estado, ou seja, a votação esperada do candidato naquele município". QL com valor igual a um significa que o candidato obteve a votação que seria esperada naquele município, caso houvesse uma distribuição aleatória dos votos; QLs abaixo de um indicam uma votação inferior ao que seria esperado e QLs acima de um indicam votações acima do esperado. Os mapas apresentados na Figura 2 trazem esses resultados relativos à votação de Honaiser em 2018 e 2022.

Figura 3

Distribuição da Votação de Márcio Honaiser no estado

2018 e 2022



Fonte: Elaboração própria com dados do TSE e do FBSP.

O predomínio dos tons claros na maior parte do estado sinaliza QL < 1, que significa desempenho abaixo do esperado na maioria dos municípios. Contudo, há núcleos concentrados de votação acima do esperado, principalmente nas extremidades do estado, com maior foco na região sul, onde se localiza um conjunto contíguo de municípios com QL > 1.5, destacando-se entre estes aqueles que integram a *Rota de Criminalidade*. Ressalve-se que, no caso de Itinga do Maranhão, a votação do deputado perdeu intensidade no segundo pleito, certamente pelo fato de que neste novo cargo, Honaiser teve concorrentes muito fortes, como aqueles que foram os campeões de voto em todo o estado, o casal Detinha e Josimar de Maranhãozinho, entre outros.

Confirma-se por estes dois indicadores (distribuição espacial e dominância dos votos) que a força eleitoral de Honaiser se localiza na região Sul do estado, notadamente em Balsas, onde possui vinculações familiares e vultosas sociedades empresariais. Plausivelmente, a sua atuação como deputado estadual entre 2019 e 2022 e o exercício de cargos de Secretário de Estado em duas diferentes pastas contribuíram para o espraiamento de seus votos para municípios fora da região Sul, com destaque ao norte do estado, onde se localiza a capital e onde obteve 15% dos seus votos.

Seguindo as mesmas estratégias metodológicas, passemos agora à descrição e análise da votação da deputada estadual que, nos municípios da *rota da criminalidade*, foi campeã de votos, Andreia Martins Rezende.

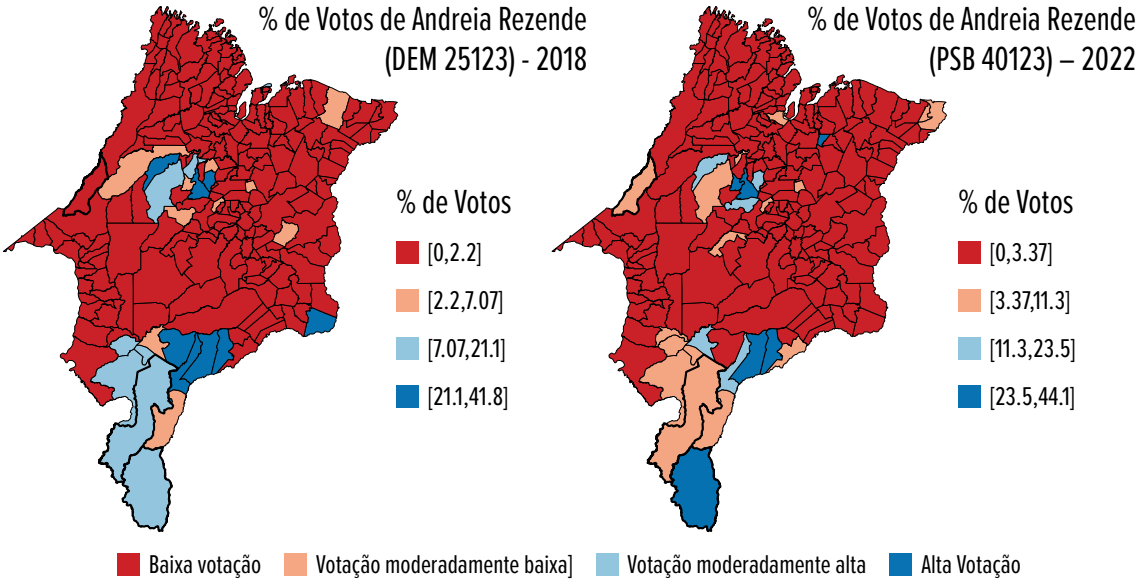
Deputada estadual Andreia Martins Rezende (DEM / PSB)

Maranhense da cidade de Balsas, é deputada estadual em segundo mandato; mulher, autodeclarada parda, formada em Odontologia pela Universidade Federal do Maranhão. Em 2018 sofreu acidente automobilístico e tornou-se cadeirante. De família de político tradicional da região Sul do Maranhão, notadamente na cidade de Balsas, seu pai, é médico, foi deputado estadual e, como diz a própria Andreia "o povo de Balsas vota na minha família há 40 anos". É casada com Stenio Rezende, médico, pecuarista e ex-deputado estadual por seis mandatos, de 1999 até 2018, quando a representante da família no legislativo estadual passou a ser Andreia Rezende. Além do pai e marido, possui vários outros parentes em cargos eletivos de municípios da região Sul e de Vitorino Freire, base eleitoral de seu marido e familiares. Foi eleita em 2018, pelo DEM, e reeleita em 2022, pelo PSB, quando declarou à Justiça Eleitoral patrimônio de R$426.253,04, constituído basicamente de depósitos e aplicações financeiras.

Figura 4

Porcentagem de votos em Andreia Martins Rezende

2018 e 2022



Fonte: Elaboração própria com dados do TSE e do FBSP.

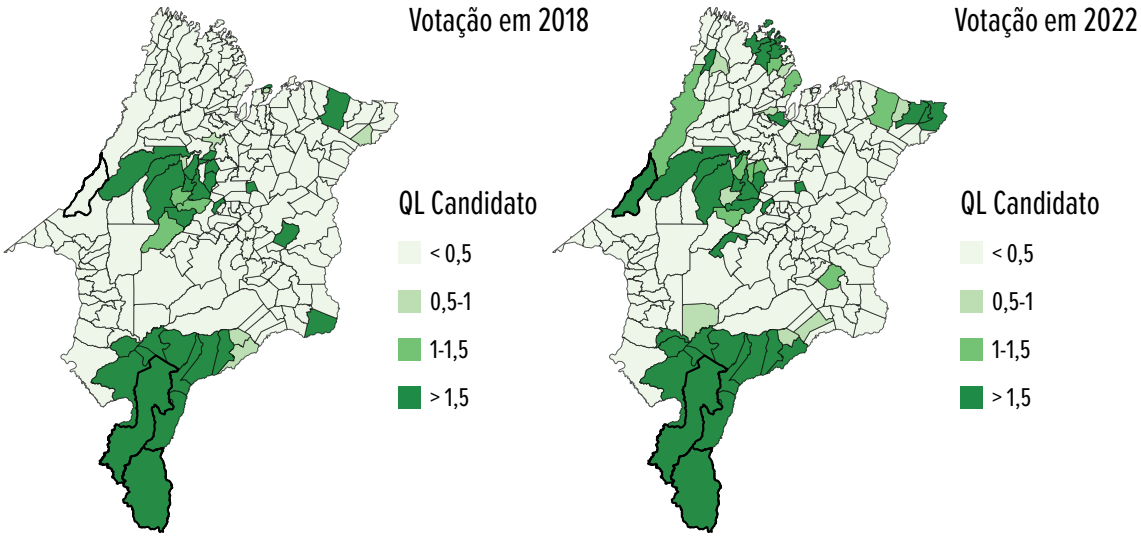
Como na descrição anterior, os mapas mostram a distribuição espacial dos votos da candidata Andreia Martins Rezende (DEM) nas eleições de 2018 e 2022, por município do estado do Maranhão, em escala de cores que vai de alta à baixa concentração, conforme legenda. Em 2018, a maior parte do estado está em vermelho escuro, indicando que Andreia Rezen-

de teve baixo desempenho na maioria dos municípios. Entretanto, alguns deles, principalmente nas regiões centro (reduto eleitoral de seu marido) e sul do estado (reduto eleitoral seu e de sua família paterna) aparecem em azul claro e azul escuro, indicando uma dominância eleitoral maior nesses locais. Nos municípios da *Rota de Criminalidade* (destacados com linha preta), a deputada obteve um percentual de votos baixo em Itinga do Maranhão e moderadamente alto em Balsas e Alto Parnaíba, sugerindo que estas duas últimas cidades fazem parte de sua base eleitoral. Comparando as eleições de 2018 e 2022, observamos que a mudança de partido pela candidata, que passou do DEM para o PSB (partido do governador), parece não ter afetado suas bases eleitorais, que mantiveram, praticamente, as mesmas configurações espaciais em ambas as eleições.

Figura 5

Distribuição da Votação de Andreia Martins Rezende

2018 e 2022



Fonte: Elaboração própria com dados do TSE e do FBSP.

Em 2018, a maior parte do mapa estadual da votação de Andreia Rezende (DEM) está em tons claros, com QL < 1, o que indica desempenho abaixo do esperado na maioria dos municípios. Contudo, podemos observar núcleos concentrados de votação acima do esperado, principalmente na parte sul e central do estado, onde se localizam alguns municípios com QL > 1.5, que representam as bases eleitorais suas e de sua família paterna, no sul, e as de seu marido, político tradicional na região central do estado.

Em 2022 trocou o DEM pelo PSB, partido do governador, mas isto não deve ter afetado a sua votação, pois sempre esteve do lado do governo. Seu mapa de votação no estado manteve-se predominantemente em tons claros, com QL < 1, indicando desempenho abaixo

do esperado na maioria dos municípios, mas é notável a permanência consolidada de um conjunto contíguo de municípios do sul com QL > 1.5, assim como a expansão de suas bases de apoio na região leste e norte, com alguns municípios aparecendo com QL > 1 e 1.5, que indicam votação acima do esperado.

Sua atuação parlamentar, plausivelmente fortalecida pelo manejo de emendas parlamentares, as bases eleitorais de seu marido e a "presença de familiares e grandes amigos"[2] no comando de várias prefeituras certamente ajudam a explicar o espraiamento da sua votação.

Em relação à *rota de criminalidade*, identificada no mapa com contornos em preto, que em 2018, Andreia Rezende obteve QL > 1.5, votação acima do esperado, em Balsas e Alto Parnaíba e QL < 1 em Itinga do Maranhão. Já em 2022 alcançou QL > 1 em todos os municípios da *rota da criminalidade*, ou seja, teve votação acima do que seria esperado caso a distribuição de votos fosse aleatória, sugerindo que a deputada incrementou os esforços de campanha e alianças nessas regiões, confirmando sua dominância eleitoral na mesma.

PRODUÇÃO LEGISLATIVA DOS CAMPEÕES DE VOTO

Na Câmara dos deputados, Márcio Honaiser foi membro titular e suplente da Comissão permanentes de Agricultura, pecuária, abastecimento e desenvolvimento rural (2023-2025) e suplente nas Comissões de Defesa dos direitos da pessoa com deficiência (2024), Fiscalização financeira e controle (2024), Comissão de Viação e Transportes (2024-2025) e de Constituição e Justiça. Em setembro de 2025 tornou-se membro suplente da Comissão especial de Competências federativas em segurança pública.

Tanto na esfera subnacional como na federal, Honaiser tem atuação política identificada com o tema da, agropecuária, transportes e assuntos econômicos, dada sua presença em Comissões Legislativas voltadas a estas temáticas. Adicionalmente, em seus três anos de mandato, sozinho ou em co-autoria, assinou 1.250 proposições legislativas, distribuídas principalmente nas temáticas de Política e administração pública (495), Cidades e transportes (419), Direitos humanos (150), Saúde (40), Agropecuária (37),Trabalho previdência e assistência (31), Segurança (11) e Meio ambiente e energia (2). Destaque-se o pequeno número de proposições relativas à segurança e meio ambiente, temas cruciais nos municípios onde tem bases eleitorais dominantes.

2 Discurso pronunciado no pequeno expediente da ALEMA em 03/07/2024. Disponível em: https://www.al.ma.leg.br/sitealema/discurso/pequeno-expediente-andreia-martins-rezende-5/.

Também cabe sublinhar que Honaiser apoiou na Câmara Federal, dois projetos de com alto potencial de conflitividade: o chamado PL da Devastação (nº 2159/2021), que facilita o licenciamento ambiental, e a chamada PEC da Blindagem (nº 3/2021), que exige autorização prévia da Câmara dos Deputados ou do Senado para abertura de ação penal contra parlamentares.

Na esfera estadual, a deputada estadual Andreia Rezende exerce o cargo de 4ª vice-presidente da Mesa diretora da Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA) e não integra nenhuma Comissão. É autora de 225 proposições legislativas, sendo 111 Indicações, 59 Projetos de Lei Ordinária, 35 Requerimentos, 19 Projetos de Resolução Legislativa, um Projeto de Emenda Constitucional e um Projeto de Lei Complementar.

Destes, seis Projetos de Leis Ordinárias e seis Indicações são relacionadas à segurança publica e buscam a implantação de policiamento ostensivo para área rural do Maranhão, combate à pedofilia, instalação de postos policiais em bairros de São Luís, prevenção de crimes cibernéticos, instalação de Delegacia da Mulher em São José de Ribamar e aquartelamento próprio para a polícia militar no município de Vitorino Freire, reduto eleitoral de seu marido – todos estes fora da *rota da criminalidade*. Acrescente-se que na ALEMA, a deputada votou favoravelmente à Lei nº 12.169/2023, que facilita a transferência de grandes extensões de terras públicas para grandes proprietários, medida amplamente denominada por organizações de direitos humanos como "Lei da Grilagem" devido aos seu elevado potencial de conflitividade sobretudo nas regiões disputadas para o agronegócio, caso dos municípios da *rota da criminalidade*.

CONCLUSÕES

A segurança pública segue como um grande desafio no estado do Maranhão, sendo instigante constatar que os municípios identificados pelo FBSP como *rota da criminalidade* (Balsas, Alto Parnaíba e Itinga do Maranhão) são cidades, uma, bastante rica (Balsas) e as demais relativamente ricas, todas vinculadas à expansão da fronteira agrícola no estado, realidade frequentemente associada a conflitos como grilagem de terras, desmatamentos e uso abusivo de agrotóxicos, objetivando-se em violências contra pequenos produtores, que muitas vezes já habitavam nessas terras há décadas, como em Balsas e Alto Parnaíba, ou trabalhadores sem-terra em busca de um lugar para viver e trabalhar, como em Itinga do Maranhão. Muitos desses conflitos e violências se expressem como atos de criminalidade.

Observando a dimensão político-eleitoral nos municípios da *rota da criminalidade*, identificamos uma deputada estadual e um deputado federal com bases eleitorais dominantes

e duradouras nesse território e cujas iniciativas políticas e legislativas não privilegiam em suas agendas a segurança pública nesses municípios, a despeito de suas bases eleitorais estarem solidamente construídas nessa região, sobretudo Balsas. Para Honaiser, questões econômicas ligadas ao agronegócio parecem ser as que mais alicerçam as suas bases parlamentares, as quais também se expandiram na direção Norte por razões que imputamos aos cargos de Secretário de Estado. No caso da deputada estadual Andreia Rezende, o que sustenta suas consistentes bases eleitorais nessa região são os redutos eleitorais familísticos que vem sendo construído há décadas e que, também pela via familiar, se espraiam para regiões centrais do estado.

REFERÊNCIAS

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da violência na Amazônia.** 4.ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/289. Acesso em: 15 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ac/. Acesso em: 21 nov. 2025.

FETAEMA. RAMA. LEPENG/UFMA **Guerra Química no Maranhão - Pulverização Aérea de Agrotóxicos sobre Comunidades 2024**. São Luís, 2025. Acesso em 20 nov. 2025

AZAR, Z. S.; SILVA, J. J. B. da; SILVA, A. G. da. A judicialização e a luta pela terra no Maranhão: o acampamento Marielle Franco - Itinga do Maranhão. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 24, n. 4, 2021.

IMESC. Relatórios municipais socioeconômicos. Disponível em: https://imesc.ma.gov.br/relatorios-municipais-socioeconomicos/. Acesso em 20 nov. 2025

NASCIMENTO, J. C. SODRÉ, R. Barros. SOBREIRO FILHO, J. MATTOS JUNIOR, J. S. Maranhão em face aos conflitos agrários: uma cartografia dos conflitos por terra (2001-2020). **Campo-Território: revista de Geografia Agrária,** Uberlândia, v. 19, n. 54, p. 1-18, abr. 2024.

INFORME DE **ANÁLISE**

05

Território, violência e atuação parlamentar em Mato Grosso:

uma análise espacial das bases eleitorais e agendas de segurança

Adilson Vagner de Oliveira, Leomir Lemos, Natacha Chabalin Ferraz, Raimundo França, Telmo Antonio Dinelli Estevinho

Este boletim analisa a relação entre atuação parlamentar, território e criminalidade em Mato Grosso, com foco na atuação dos deputados Juarez Costa (MDB) e Valmir Moretto (Republicanos), que figuram entre os mais votados em municípios situados na chamada "Rota da Criminalidade". O estudo busca identificar em que medida suas bases eleitorais se articulam com dinâmicas territoriais de violência e quais são suas agendas no campo da segurança pública.

A análise parte da Quarta edição do ***Cartografias da Violência na Amazônia***, produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2025), articulando esse diagnóstico com dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e com indicadores espaciais de dominância eleitoral e Quociente Locacional (QL)[3].

3 Segundo Avelino, Biderman e Silva (2016), o QL de um candidato por município é dado pela razão entre: a proporção de votos obtidos naquele município em relação ao total de votos do candidato; e a proporção de eleitores do município no eleitorado do estado. Assim, $QL = 1$ indica votação "esperada"; $QL < 1$ indica desempenho abaixo do esperado; $QL > 1$ indica desempenho acima do esperado; $QL > 1{,}5$ sinaliza redutos eleitorais intensos.

O objetivo central é compreender como dinâmicas territoriais de violência se combinam com de segurança e com a conformação de bases eleitorais, disputas fundiárias e crescimento de economias ilegais. Em outras palavras, interessa observar em que medida os parlamentares se enraízam – ou não – nos municípios mapeados pelo FBSP como parte da "Rota da Criminalidade" na Amazônia Legal, e como essa dimensão territorial dialoga com suas trajetórias políticas e suas preocupações nas agendas de segurança pública.

Tipos de Criminalidade segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)

Os tipos de crimes analisados incluem: mortes violentas intencionais, homicídios dolosos, latrocínios, feminicídios, letalidade policial e vitimização policial; grilagem de terras; garimpo ilegal; desmatamento; tráfico de fauna e flora; lavagem de dinheiro; tráfico de pessoas; narcotráfico; tráfico de armas; trabalho análogo à escravidão; exploração sexual; além de más práticas empresariais relacionadas a danos ambientais.

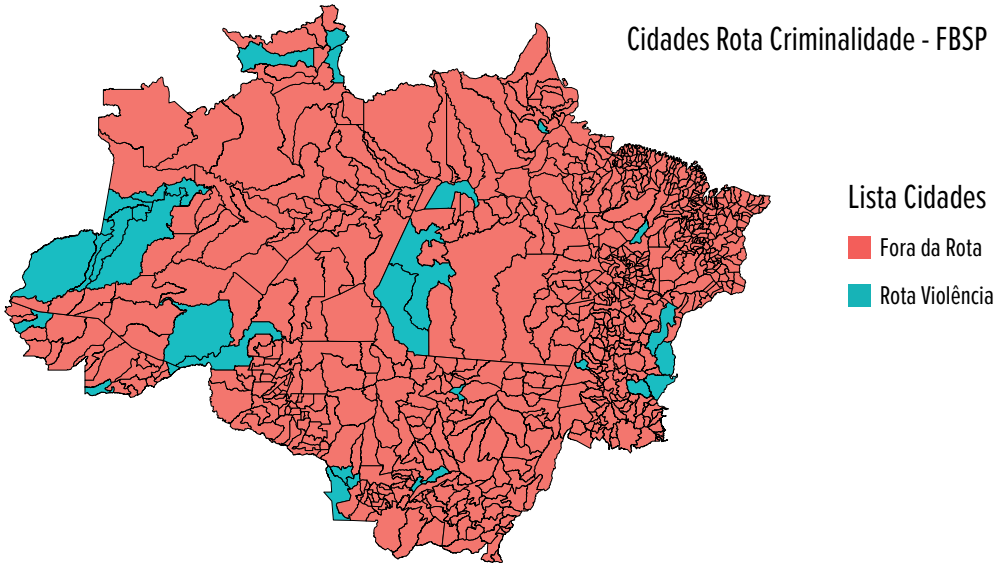
Os parlamentares foram selecionados em razão de seu desempenho eleitoral, de seus padrões territoriais de votação e da relevância política que exercem em distintas regiões do estado, o que permite analisar a relação entre território, criminalidade e representação política em Mato Grosso

A metodologia integra dados do documento-base do FBSP, tipologias criminais, dados eleitorais do TSE e análises territoriais por meio da dominância eleitoral e do Quociente Locacional. Os critérios interpretativos incluem padrões territoriais contínuos, intensidade de votos, relação com municípios da rota e pautas vinculadas à segurança pública.

A figura 1 apresenta os municípios da Amazônia Legal. Em azul estão as cidades classificadas como integrantes da Rota da Criminalidade, conforme definição do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Em rosa, os municípios que não pertencem à rota. Os tipos de crime considerados incluem mortes violentas intencionais, vitimização e letalidade policial, homicídios dolosos, latrocínios, feminicídios, grilagem de terras, crimes ambientais (garimpo ilegal, desmatamento, tráfico de fauna e flora), lavagem de dinheiro, tráfico de pessoas, narcotráfico, tráfico de armas, trabalho análogo à escravidão, exploração sexual e más práticas empresariais, como poluição de rios e manejo inadequado de rejeitos.

Figura 1

Rota da Criminalidade nos municípios da Amazônia Legal



Fonte: Elaboração própria com base no FBSP (2025).

Municípios de Mato Grosso na Rota da Criminalidade

O estado de Mato Grosso possui 142 municípios, os quais apresentam, em sua maioria, baixa densidade demográfica e históricos de formação diversos. De acordo com os critérios do FBSP, apenas seis municípios são classificados como integrantes da "Rota da Criminalidade": Alto Paraguai, Nobres, Nova Santa Helena, Conquista d'Oeste, Nova Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade. Proporcionalmente, isso representa aproximadamente 4,3% dos municípios do estado.

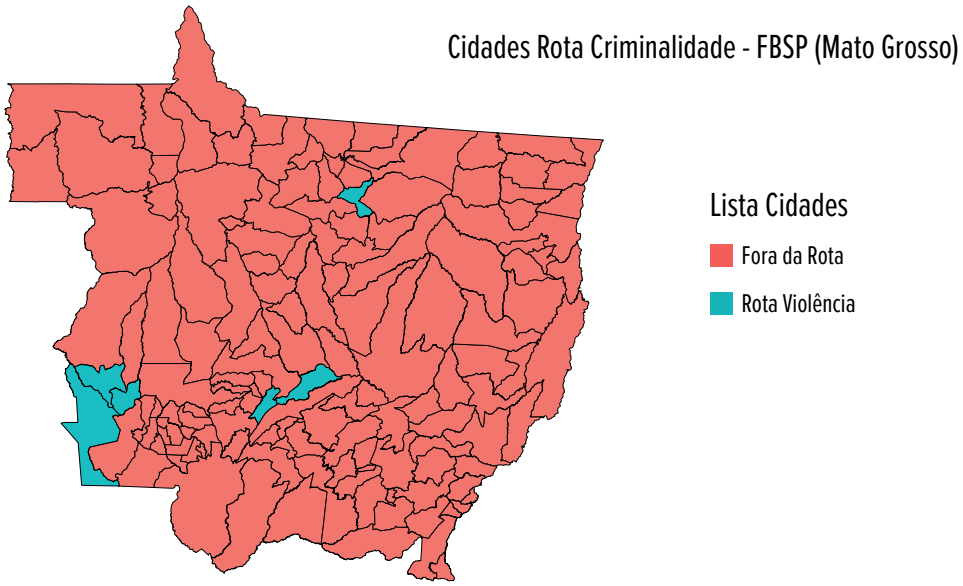
A Figura 2 evidencia essa distribuição: os seis municípios integrantes da rota aparecem em azul, enquanto os demais são representados em rosa ("Fora da Rota"). A rota não abrange todo o território estadual, concentrando-se em pontos específicos:

- **Eixo sudoeste**, na fronteira internacional e em regiões de passagem (Conquista d'Oeste, Nova Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade), associado à expansão da fronteira agrícola, à circulação de mercadorias e à presença de organizações criminosas;
- **Eixo centro-norte** (Alto Paraguai, Nobres e Nova Santa Helena), que combina atividades agropecuárias, corredores logísticos e pressões ambientais.

Essas localidades concentram vulnerabilidades territoriais resultantes da sobreposição de grandes projetos econômicos, fragilidades institucionais, conflitos fundiários e forte presença de fluxos ilícitos. É sobre esse conjunto restrito, porém estrategicamente relevante de municípios, que os mapas eleitorais são sobrepostos.

Figura 2

Municípios do Mato Grosso classificados na Rota da Criminalidade



Fonte: Elaboração própria com base no FBSP (2025).

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DA ROTA DA CRIMINALIDADE EM MATO GROSSO

No contexto da Amazônia Legal, Mato Grosso ocupa posição estratégica como fronteira agropecuária e corredor logístico de circulação de mercadorias legais e ilegais entre as regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste do país. Além disso, é um dos estados brasileiros que mais cresceram demograficamente nas duas últimas décadas.

Na porção sudoeste do estado, onde se localizam Vila Bela da Santíssima Trindade, Conquista d'Oeste e Nova Lacerda, observa-se forte articulação com a fronteira boliviana, combinando pecuária extensiva, expansão agrícola e intensificação de rotas terrestres e fluviais utilizadas tanto para o escoamento da produção quanto para o tráfico de drogas, armas e outros ilícitos.

No centro e no norte do estado, municípios como Alto Paraguai, Nobres e Nova Santa Helena integram áreas de intenso dinamismo do agronegócio, marcadas pela abertura de novas frentes de desmatamento, valorização fundiária e conflitos envolvendo comunidades tradicionais, agricultores familiares e grandes empreendimentos. Essas localidades se conectam a rodovias estruturantes, como a BR-163 e a BR-364, que integram o chamado "arco do desmatamento" e funcionam também como corredores de circulação de mercadorias ilegais.

Nesses territórios, as dinâmicas criminais mapeadas pelo FBSP — que incluem crimes ambientais, grilagem, garimpo, tráfico de drogas, exploração sexual e trabalho análogo à escravidão — se sobrepõem a processos de reconfiguração produtiva, avanço de grandes propriedades rurais e precariedade da presença estatal. A combinação entre baixa densidade institucional, grandes extensões territoriais, redes de transporte voltadas à exportação e desigualdade socioeconômica cria um contexto de elevada vulnerabilidade social, especialmente para mulheres, jovens e populações tradicionais.

Diferentemente de estados amazônicos cuja rota do crime coincide amplamente com áreas de fronteira internacional em quase todo o território, em Mato Grosso os municípios da rota formam "ilhas" de alta complexidade criminal dentro de um mosaico mais amplo de municípios integrados ao agronegócio e à logística nacional. Essa característica reforça a importância de analisar, caso a caso, como a presença de bases eleitorais em tais localidades se articula – ou não – com agendas parlamentares voltadas à segurança pública, ao controle ambiental e à proteção de direitos.

PERFIL ELEITORAL, ESTRATÉGIA E TERRITORIALIDADE DAS PARLAMENTARES

1. Juarez Costa (MDB) – deputado federal (2018 e 2022)

Juarez Costa é deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com base política consolidada na região norte de Mato Grosso, especialmente em Sinop (cidade polo do Norte do Mato Grosso, onde exerceu, por dois mandatos o cargo de prefeito. Além disso, exerceu o cargo de deputado estadual e atualmente está em seu segundo mando como deputado federal. Sua trajetória política está fortemente associada a pautas municipalistas, infraestrutura, regularização fundiária, fortalecimento do agronegócio e defesa de projetos de desenvolvimento regional.

O parlamentar mantém atuação recorrente junto a prefeituras, associações de produtores e estruturas locais de poder, o que lhe garante forte inserção nas dinâmicas territoriais de municípios de pequeno e médio porte, sobretudo em áreas de expansão da fronteira agrícola mato-grossense.

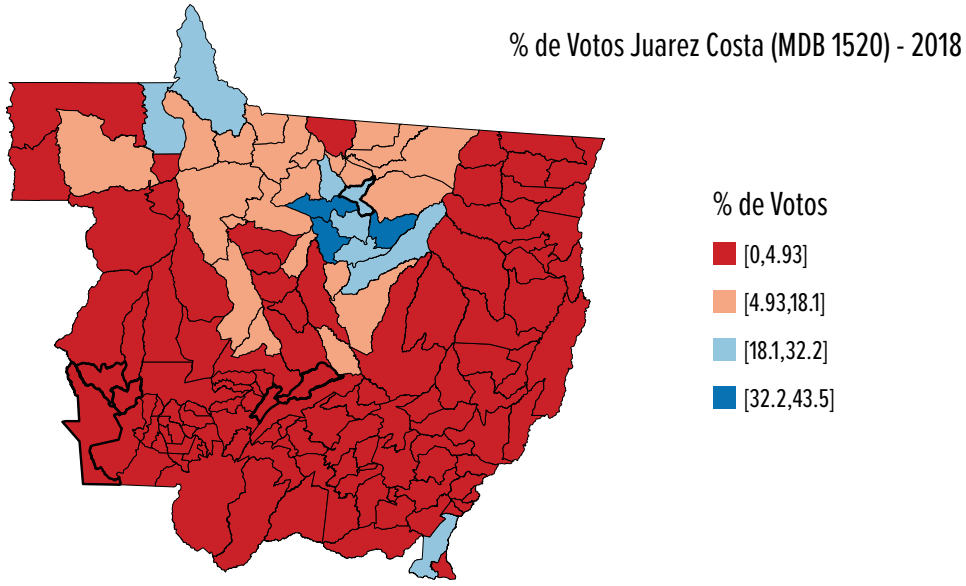
1.1. Distribuição percentual de votos (2018)

A figura 3 demonstra a distribuição espacial dos votos do candidato Juarez Costa (MDB) nas eleições de 2018, por município do estado do Mato Grosso. A porcentagem de votos foi dividida em quatro cortes para melhor visualização. Sendo assim, as cores seguem uma escala de intensidade: em vermelho escuro, estão os municípios onde o candidato teve baixa votação (entre 0% e 4,93% dos votos); em salmão claro, a votação foi moderadamente baixa (4,93% a 18,1%); em azul claro, a votação foi moderadamente alta (18,1% a 32,3%) e em azul escuro, a votação foi alta (32,3% a 43,5%). Destacamos os municípios que fazem parte da Rota de Criminalidade com uma linha preta. São eles: Alto Paraguai, Nobres, Nova Santa Helena, Conquista D'Oeste, Nova Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade.

Grande parte do estado mato-grossense aparece em vermelho escuro e salmão claro, indicando que Juarez Costa teve baixo desempenho na maioria dos municípios. Em contrapartida, alguns poucos municípios aparecem em azul claro e azul escuro, sugerindo que sua base política se concentra em áreas específicas do estado.

Figura 3

Distribuição percentual de votos



Fonte: Elaboração própria com base no FBSP (2025) e TSE.

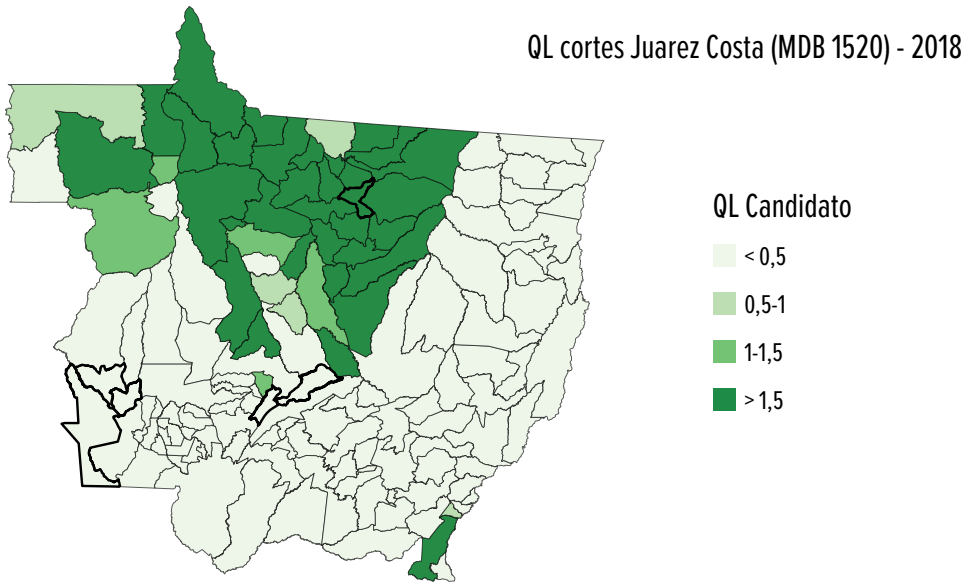
Analisando especificamente os municípios que pertencem à Rota de Criminalidade, observamos que o deputado obteve um percentual de votos baixo em todas as cidades, com exceção de Nova Santa Helena, onde apresentou uma votação moderadamente alta. Dessa forma, parece não haver correlação entre a eleição do deputado e as cidades da rota.

1.2. Quociente Locacional (QL) – 2018

A figura 4 indica que quando o QL possui valor igual a um, significa que o candidato obteve a votação que seria esperada naquele município, caso houvesse uma distribuição aleatória dos votos. Do mesmo modo, QLs abaixo de um indicam uma votação inferior ao que seria esperado e QLs acima de um indicam votações acima do esperado.

No caso do Juarez Costa (MDB) no Mato Grosso, a maior parte do estado está em tons claros, com QL inferior a 1, indicando desempenho abaixo do esperado na maioria dos municípios. Contudo, podemos observar núcleos concentrados de votação acima do esperado, principalmente na parte norte do estado, onde se localiza um conjunto contíguo de municípios com QL maior que 1.5, incluindo Nova Santa Helena, que integra a rota.

Figura 4
Quociente Locacional



Fonte: Elaboração própria com base no FBSP (2025) e TSE.

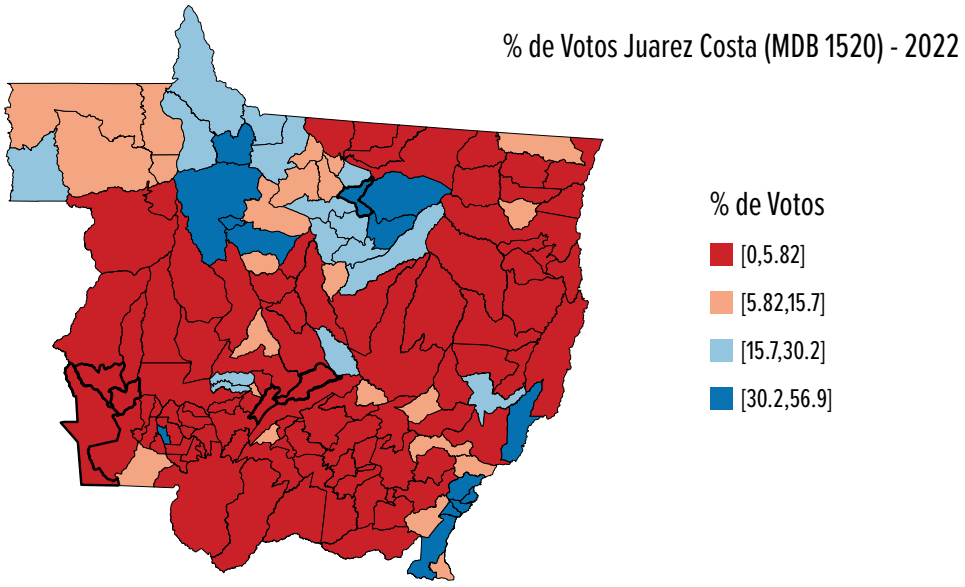
Na figura 5 demonstramos a distribuição espacial dos votos do candidato Juarez Costa (MDB) nas eleições de 2022, por município do estado do Mato Grosso. A porcentagem de votos foi dividida em quatro cortes para melhor visualização. Sendo assim, as cores seguem

uma escala de intensidade: em vermelho escuro, estão os municípios onde o candidato teve baixa votação (entre 0% e 5,82% dos votos); em salmão claro, a votação foi moderadamente baixa (5,82% a 15,7%); em azul claro, a votação foi moderadamente alta (15,7% a 30,2%) e em azul escuro, a votação foi alta (30,2% a 56,9%). Destacamos os municípios que fazem parte da Rota de Criminalidade com uma linha preta. São eles: Alto Paraguai, Nobres, Nova Santa Helena, Conquista D'Oeste, Nova Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade.

Podemos observar que a maior parte do estado está em vermelho escuro, indicando que Juarez Costa obteve baixo desempenho na maioria dos municípios. Entretanto, alguns municípios, principalmente na parte norte estado estão em azul claro e azul escuro, indicando uma dominância eleitoral maior nessa região.

Figura 5

Distribuição percentual de votos



Fonte: Elaboração própria com base no FBSP (2025) e TSE.

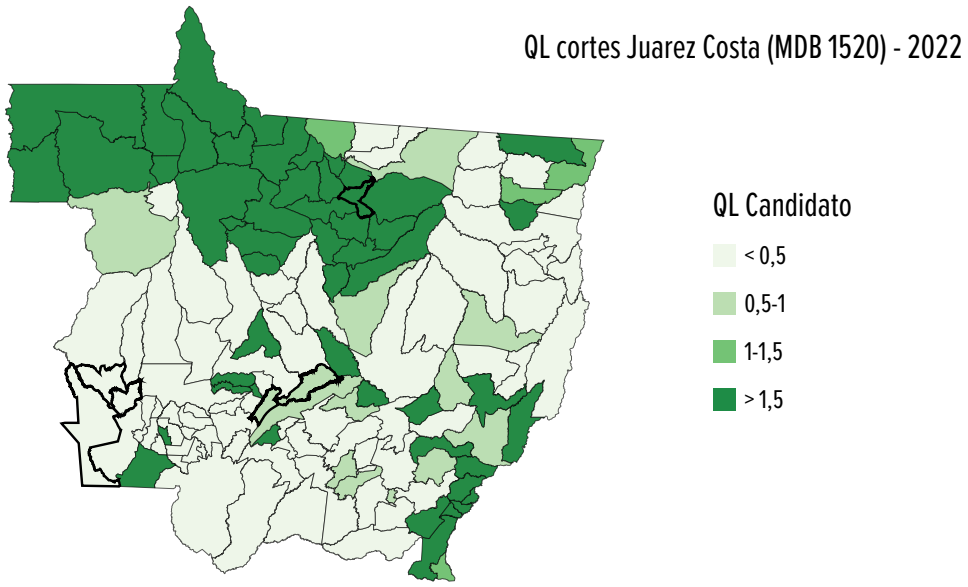
Analisando especificamente os municípios que pertencem à Rota de Criminalidade, observamos que o deputado obteve um percentual de votos baixo em quase todas as cidades, com exceção de Nova Santa Helena, parecendo não haver correlação.

Na figura 6 indica que quando o QL possui valor igual a um, significa que o candidato obteve a votação que seria esperada naquele município, caso houvesse uma distribuição aleatória dos votos. Do mesmo modo, QLs abaixo de um indicam uma votação inferior ao que seria esperado e QLs acima de um indicam votações acima do esperado.

No caso de Juarez Costa (MDB) no Mato Grosso, a maior parte do estado está em tons claros, com QL inferior a 1, indicando desempenho abaixo do esperado na maioria dos municípios. Contudo, podemos observar núcleos concentrados de votação acima do esperado, principalmente nas extremidades do estado, com maior foco na região norte e noroeste, onde se localiza um conjunto contíguo de municípios com QL maior que 1.5, com destaque para Nova Santa Helena, município que integra a Rota de Criminalidade.

Figura 6

Quociente Locacional



Fonte: Elaboração própria com base no FBSP (2025) e TSE.

1.2. Estratégia eleitoral

A estratégia eleitoral de Juarez Costa caracteriza-se por: forte capilaridade municipal, com presença difusa em praticamente todo o estado; construção de redes locais de apoio por meio de lideranças comunitárias, prefeitos e vereadores; ênfase em emendas parlamentares como instrumento de consolidação de base eleitoral; discurso de desenvolvimento regional associado à defesa do setor produtivo.

Embora esteja presente em municípios da Rota da Criminalidade, sua estratégia não se estrutura centralmente nesses territórios, mas sim em uma lógica de difusão territorial ampla, ancorada em relações institucionais e políticas.

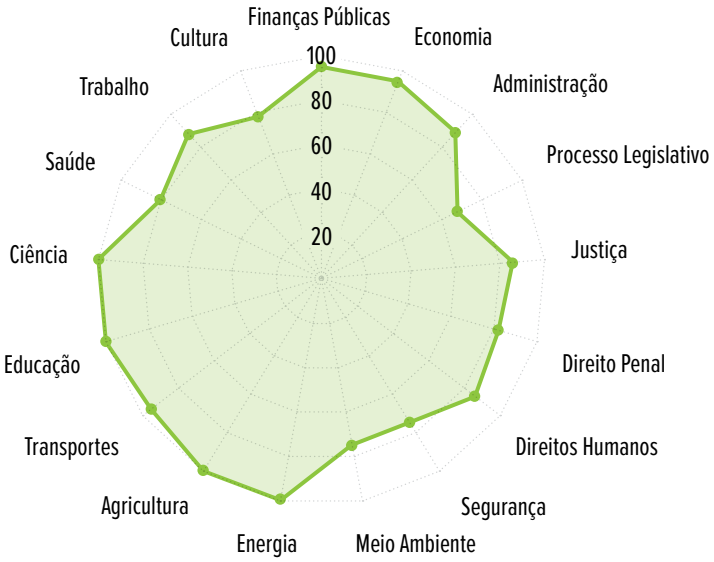
1.3. Agenda em segurança pública

No campo da segurança pública, a atuação de Juarez Costa está associada a: Defesa do fortalecimento das forças policiais por meio de destinação de emendas para aquisição de viaturas, equipamentos e tecnologia; Apoio a propostas de integração entre União e estados no combate ao crime organizado; discurso favorável ao endurecimento de penas para crimes violentos e contra o patrimônio; apoio a políticas de controle de fronteiras, especialmente em regiões sensíveis da Amazônia Legal. Sua agenda tende a tratar a segurança como condição estrutural para o desenvolvimento econômico, priorizando o fortalecimento do aparato repressivo do Estado. Cumpre frisar que o deputado federal Juarez Costa posicionou contra a aprovação do Projeto de Emenda à Constituição "PEC da Blindagem".

Todavia, como aparece na figura 7, sua atuação engloba um leque amplo de agendas.

Figura 7

Percentual de alinhamento por categoria temática



Fonte: Comovotou.org (2025).

2. Deputado estadual Valmir Moretto (Republicanos – 2018 e 2022)

2.1. Perfil político e trajetória

Valmir Moretto é deputado estadual pelo Republicanos, ligado ao setor pecuário, com trajetória política fortemente vinculada à região sudoeste de Mato Grosso, notadamente em municípios de fronteira e em áreas marcadas por conflitos fundiários, circulação transfron-

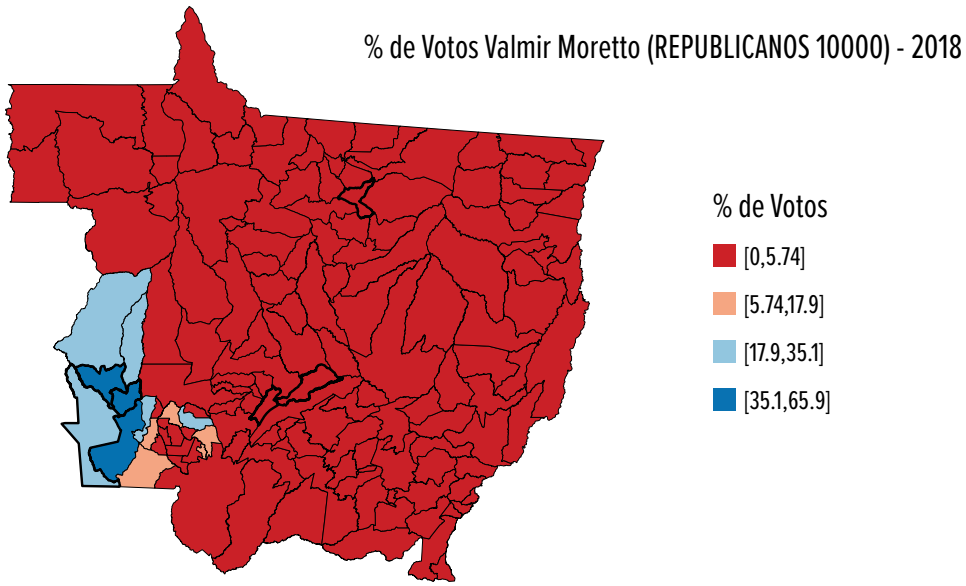
teiriça e economias ilegais. Valmir Moretto exerceu, por dois mandatos, o cargo de prefeito de Nova Lacerda. Sua família tem forte presença na região de Pontes e Lacerda, um dos municípios mais importantes economicamente da região da Oeste do Mato Grosso.

Nesta figura 8 mostramos a distribuição espacial dos votos do candidato Valmir Moretto do Republicanos nas eleições de 2018, por município do estado do Mato Grosso. A porcentagem de votos foi dividida em quatro cortes para melhor visualização. Sendo assim, as cores seguem uma escala de intensidade: em vermelho escuro, estão os municípios onde a candidata teve baixa votação (entre 0% e 5,74% dos votos); em salmão claro, a votação foi moderadamente baixa (5,74% a 17,9%); em azul claro, a votação foi moderadamente alta (17,9% a 35,1%) e em azul escuro, a votação foi alta (35,1% a 65,9%). Destacamos os municípios que fazem parte da Rota de Criminalidade com uma linha preta. São eles: Alto Paraguai, Nobres, Nova Santa Helena, Conquista D'Oeste, Nova Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade.

A análise espacial evidencia um forte contraste regional na distribuição dos votos. A maior parte do estado aparece em vermelho escuro, indicando um baixo desempenho na maioria dos municípios. Em contrapartida, na região sudoeste mato-grossense, Valmir Moretto obteve um percentual alto e moderadamente alto de votação. Esse padrão sugere a existência de uma base eleitoral consolidada, especialmente nos municípios como Nova Lacerda, Conquista D'Oeste e Vila Bela da Santíssima Trindade, que integram a Rota de Criminalidade.

Figura 8

Distribuição percentual de votos

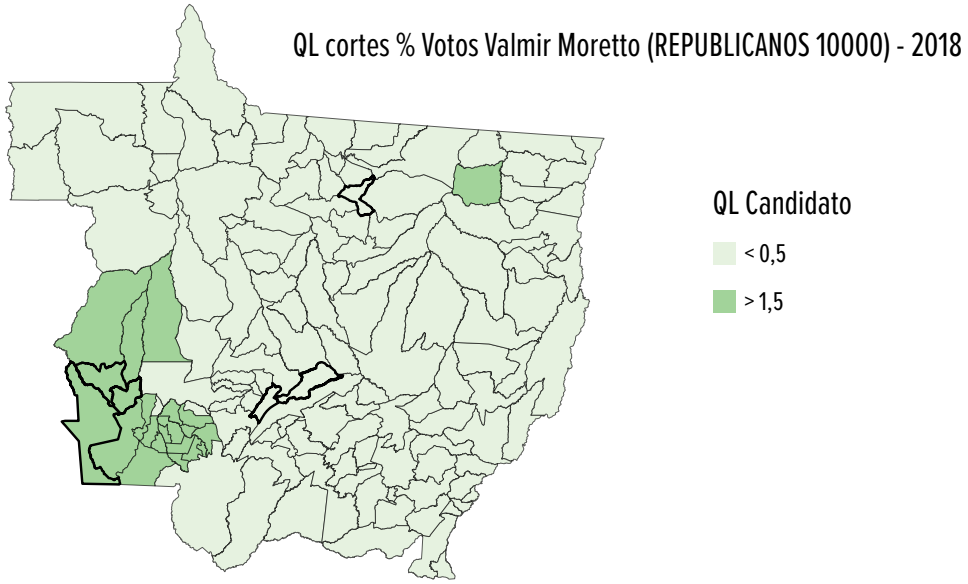


Fonte: Elaboração própria com base no FBSP (2025) e TSE.

No caso de Valmir Moretto (REPUBLICANOS) no Mato Grosso, a maior parte do estado está em tons claros, com QL inferior a 1, indicando desempenho abaixo do esperado na maioria dos municípios. Contudo, podemos observar núcleos concentrados de votação acima do esperado, principalmente na região sudoeste do estado, onde se localiza um conjunto contíguo de municípios com QL maior que 1.5, incluindo os municípios que integram a rota: Nova Lacerda, Conquista D'Oeste e Vila Bela da Santíssima Trindade, que integram a Rota de Criminalidade. Isto sugere que estes locais fazem parte da base eleitoral do deputado.

Figura 9

Quociente Locacional



Fonte: Elaboração própria com base no FBSP (2025) e TSE.

3.1. Eleições 2022

Nesta figura 10 mostramos a distribuição espacial dos votos do candidato Valmir Moretto (Republicanos) nas eleições de 2022, por município do estado do Mato Grosso. A porcentagem de votos foi dividida em quatro cortes para melhor visualização. Sendo assim, as cores seguem uma escala de intensidade: em vermelho escuro, estão os municípios onde a candidata teve baixa votação (entre 0% e 5,65% dos votos); em salmão claro, a votação foi moderadamente baixa (5,65% a 21%); em azul claro, a votação foi moderadamente alta (21% a 37,2%) e em azul escuro, a votação foi alta (37,2% a 46,5%). Destacamos os municípios que fazem parte da Rota de Criminalidade com uma linha preta. São eles: Alto Paraguai, Nobres, Nova Santa Helena, Conquista D'Oeste, Nova Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade.

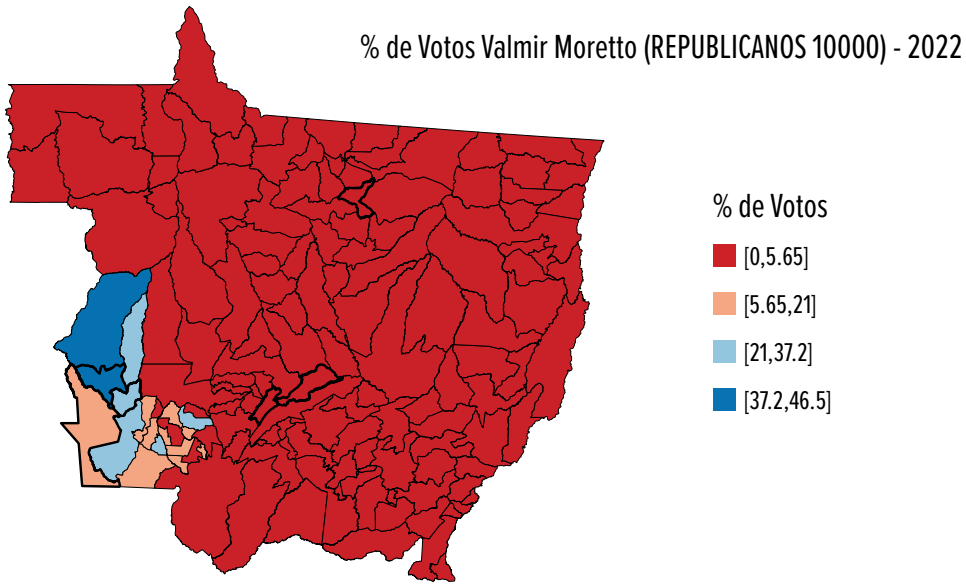
O mapa evidencia uma distribuição espacial altamente concentrada dos votos obtidos por Valmir Moretto (Republicanos) nas eleições de 2022. A predominância do vermelho escuro em quase todo o território mato-grossense indica que o candidato teve baixo desempenho eleitoral na maioria dos municípios, sugerindo uma inserção limitada e pouco capilarizada em escala estadual. Em contraste, observa-se a presença de bolsões eleitorais bem definidos na região sudoeste do estado, onde alguns municípios aparecem em azul claro e azul escuro, sinalizando votações moderadamente altas e altas.

Analisando especificamente os municípios que pertencem à Rota de Criminalidade, observamos que o deputado obteve um percentual de votos alto em Nova Lacerda e moderadamente alto em Conquista D'Oeste, reforçando a ideia de que esses municípios constituem núcleos estratégicos de apoio político.

A persistência desse padrão em relação à eleição anterior sugere que a base política de Valmir Moretto está fortemente ancorada em localidades específicas. O desempenho significativamente superior em poucos municípios indica a existência de vínculos políticos locais sólidos, possivelmente associados a redes de apoio, lideranças regionais ou trajetórias políticas prévias, que estruturam seu capital eleitoral. Essa configuração ajuda a compreender como o candidato logrou êxito eleitoral em 2018 e 2022, apesar do baixo desempenho generalizado no restante do estado.

Figura 10

Distribuição percentual de votos



Fonte: Elaboração própria com base no FBSP (2025) e TSE.

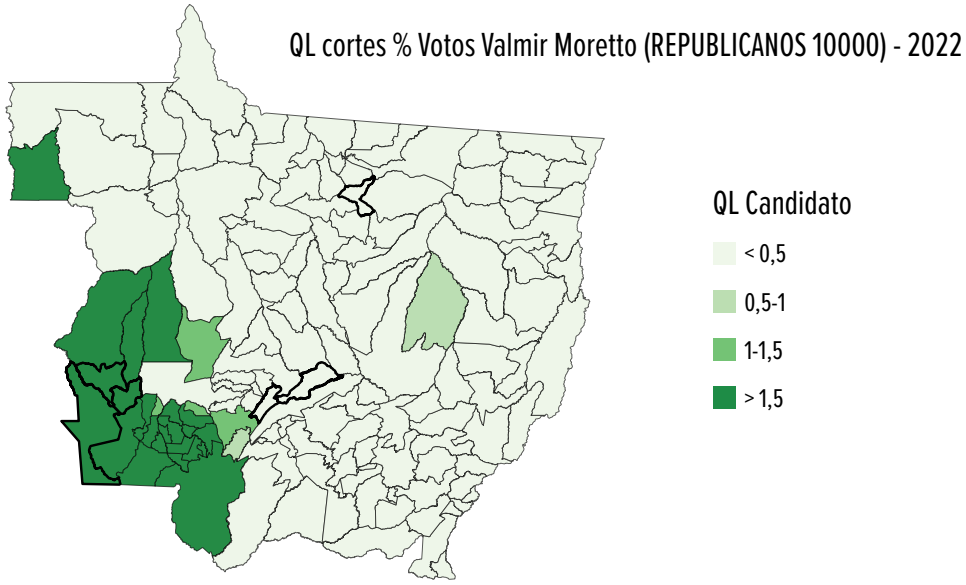
Nesta figura 11 indica que quando o QL possui valor igual a um, significa que o candidato obteve a votação que seria esperada naquele município, caso houvesse uma distribuição aleatória dos votos. Do mesmo modo, QLs abaixo de um indicam uma votação inferior ao que seria esperado e QLs acima de um indicam votações acima do esperado.

No caso de Valmir Moretto (MDB) no Mato Grosso, a maior parte do estado está em tons claros, com QL inferior a 1, indicando desempenho abaixo do esperado na maioria dos municípios. Contudo, podemos observar núcleos concentrados de votação acima do esperado, principalmente na região sudoeste do estado, onde se localiza um conjunto contíguo de municípios com QL maior que 1.5.

Dos municípios que integram a Rota de Criminalidade, o deputado obteve votação acima do esperado em Nova Lacerda, Conquista D'Oeste e Vila Bela da Santíssima Trindade, reforçando o mapa anterior de que essas cidades constituem núcleos estratégicos de apoio político do deputado.

Figura 11

Quociente Locacional



Fonte: Elaboração própria com base no FBSP (2025) e TSE.

2.2. Estratégia eleitoral

O deputado estadual Valmir Moretto (Republicanos) tem sua atuação política está associada a uma lógica de representação territorial concentrada, com forte vínculo com bases locais, lideranças regionais e pautas relacionadas à infraestrutura, logística e fortalecimento da presença estatal em áreas de fronteira.

A estratégia eleitoral de Valmir Moretto é marcada por: forte concentração territorial dos votos; predominância de redutos eleitorais em municípios da Rota da Criminalidade, sobretudo Nova Lacerda, Conquista D'Oeste e Vila Bela da Santíssima Trindade; construção de capital político por meio de proximidade com eleitores locais, presença física constante nos municípios e atuação direta em demandas regionais; discurso de "defesa da ordem" e segurança como eixo estruturante da sua atuação política.

Diferentemente de Juarez Costa, sua estratégia depende menos da capilaridade estadual e mais da consolidação de bastiões eleitorais bem definidos.

2.3. Agenda em segurança pública

A agenda de Valmir Moretto em segurança pública é caracterizada por: defesa do fortalecimento do policiamento ostensivo em áreas de fronteira; apoio a operações integradas entre polícias estaduais, Polícia Federal e Forças Armadas; discursos voltados ao combate ao narcotráfico, contrabando e crimes ambientais; pressão institucional por maior presença do Estado em municípios considerados estratégicos para o controle territorial.

3. Estratégia eleitoral e territorialidade comparada

A comparação entre os dois parlamentares evidencia dois modelos distintos de construção política:

Juarez Costa (MDB) apresenta uma estratégia de **difusão territorial**, com presença em grande número de municípios, porém com intensidade variável, priorizando articulações institucionais e redes políticas amplas;

Valmir Moretto (Republicanos) estrutura sua atuação a partir de **concentração territorial**, com forte enraizamento em municípios da Rota da Criminalidade, onde constrói sua legitimidade política de forma mais direta.

Enquanto o primeiro opera a partir de uma lógica de representação estadual ampliada, o segundo se ancora em territórios considerados sensíveis do ponto de vista vulnerabilidade social, da criminalidade e da geopolítica regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da atuação parlamentar de Juarez Costa (MDB) e Valmir Moretto (Republicanos), articulada aos mapas eleitorais, indicadores de Quociente Locacional e à delimitação da Rota da Criminalidade em Mato Grosso, permite compreender como distintas estratégias políticas se relacionam com contextos territoriais de violência.

Os resultados indicam que não há uma única forma de articulação entre criminalidade e representação política. No caso de Juarez Costa, observa-se uma estratégia de capilaridade ampla, na qual os municípios da rota não constituem o núcleo central de sua base eleitoral, ainda que integrem seu campo de atuação política. Sua agenda em segurança pública está mais vinculada à defesa da ordem institucional e ao fortalecimento das estruturas estatais como condição para o desenvolvimento econômico.

Já Valmir Moretto apresenta uma relação mais direta e intensa com os municípios da Rota da Criminalidade, construindo sua legitimidade política a partir de territórios considerados estratégicos, especialmente na faixa de fronteira. Sua agenda em segurança pública é marcada por uma ênfase na presença estatal armada, no combate aos crimes transnacionais e na soberania territorial.

Em conjunto, os achados reforçam a importância de compreender a segurança pública não apenas como política setorial, mas como elemento estruturante das disputas por território, poder político e controle de fluxos econômicos lícitos e ilícitos. O boletim evidencia que a relação entre agenda de atuação parlamentar e segurança parlamentar não é homogênea, variando conforme o perfil do parlamentar, sua estratégia eleitoral e o grau de enraizamento territorial. Todavia, o território é determinante para as estratégicas eleitorais dos deputados analisados.

REFERÊNCIAS

AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; SILVA, G. P. **A concentração eleitoral no Brasil (1994-2014)**. Dados, vol. 59, nº 4, p. 1091-1125, 2016.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MATO GROSSO. DEPUTADOS. Disponível em: https://www.al.mt.gov.br/parlamento/deputados. Acesso em 17/11/2025

CÂMARA DOS DEPUTADOS. DEPUTADOS. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao. Acesso em 17/11/2025

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral – Dados eleitorais 2018 e 2022.

BRASIL. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da violência na Amazônia**. 4.ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/289. Acesso em: 23 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ac/. Acesso em: 21 nov. 2025.

PAULA, Karine Miranda de. **A sub-representação das mulheres após o direito de candidatura:** análise da atuação e produção legislativa das vereadoras na Câmara Municipal. Dissertação de Mestrado, defendida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFMT), Cuiabá, 2023.

NOTA TÉCNICA EXPLICATIVA

Bases de dados

As informações utilizadas neste estudo foram obtidas a partir de três fontes principais:

- **Tribunal Superior Eleitoral (TSE)** – forneceu os resultados oficiais das eleições de 2018 e 2022, contendo o número total de votos por candidato e por município.
- **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** – disponibilizou os limites territoriais e arquivos vetoriais (shapefiles) dos municípios mato-grossenses.
- **Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)** – definiu os municípios classificados como integrantes da Rota da Criminalidade na Amazônia Legal.

Os dados eleitorais foram consolidados ao nível municipal, considerando o percentual de votos válidos que cada candidata obteve em relação ao total estadual. Essa padronização garantiu a comparabilidade entre os municípios, evitando distorções decorrentes de diferenças populacionais ou no tamanho do eleitorado. A integração entre as bases foi feita por meio do código municipal do IBGE, permitindo a junção das informações em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG).

Seleção das parlamentares e procedimentos analíticos

Nos pleitos de 2018 e 2022, Mato Grosso elegeu 24 deputados estaduais e 8 deputados federais. Para este boletim, foram selecionadas dois parlamentares pelo desempenho geral quanto por padrões territoriais território e criminalidade: Valmir Moretto (Republicanos) e Juarez Costa (MDB)

O estudo foi desenvolvido em duas etapas complementares: a análise descritiva da votação e a análise espacial.

Na primeira etapa, os percentuais de votos foram calculados e representados graficamente para todo o estado, com destaque visual para os municípios classificados pelo FBSP como parte da Rota da Criminalidade. Essa etapa teve o objetivo de caracterizar a distribuição espacial da votação e verificar a existência (ou ausência) de padrões de associação territorial com os municípios da rota.

Na segunda etapa, aplicou-se o **Quociente Locacional (QL)** como indicador de especialização territorial da votação. O QL mede a intensidade relativa da votação de cada candidata em relação à média estadual, conforme a expressão:

$$QL_i = \frac{(V_i / V_t)}{(E_i / E_t)}$$

em que:

- V_i representa os votos do candidato no município i;
- V_t é o total de votos do candidato no estado;
- E_i é o total de votos válidos no município i;
- E_t é o total de votos válidos no estado.

Valores de $QL_i > 1$ indicam concentração eleitoral acima da média estadual, enquanto $QL_i < 1$ apontam desempenho proporcionalmente menor. Esse indicador permite identificar redutos eleitorais e avaliar o grau de especialização territorial da votação.

Como referência metodológica adicional – aplicável em extensões futuras deste estudo – considera-se o uso do **Índice Local de Moran (LISA)** para mensurar o grau de autocorrelação espacial local dos valores de QL, isto é, se municípios com desempenho semelhante tendem a se agrupar geograficamente. Seu cálculo segue a equação:

$$I_i = z_i \sum_j w_{ij} z_j$$

onde:

- I_i é o índice de Moran local para o município i;
- z_i e z_j são os valores padronizados do QL;
- w_{ij} representa o peso espacial entre os municípios i e j.

Valores de I_i positivos indicam agrupamentos espaciais de alto ou baixo desempenho (Alta–Alta ou Baixa–Baixa), enquanto valores negativos sugerem anomalias locais (Alta–Baixa ou Baixa–Alta), apontando municípios com comportamento distinto do entorno. A combinação entre QL e LISA oferece uma leitura detalhada da estrutura espacial do voto, distinguindo entre núcleos regionais consolidados de apoio e votações pontuais e isoladas.

Tratamento espacial e elaboração dos mapas

As análises foram realizadas no software **R** (versão 4.4), com o uso dos pacotes *tidyverse*, *sf* e *classInt*; o pacote *spdep* pode ser empregado para a implementação do LISA em etapas futuras. O processamento envolveu três fases principais:

1. preparação e padronização das bases de dados eleitorais e territoriais;
2. cálculo dos indicadores espaciais (QL e, em perspectiva, LISA);
3. elaboração dos mapas temáticos comparativos.

Os resultados foram apresentados em mapas coropléticos padronizados, com gradiente de cores e legenda uniforme, permitindo comparar o desempenho eleitoral entre municípios e entre os dois pleitos analisados. Nos casos em que o LISA for implementado, recomenda-se a disposição conjunta dos mapas de QL e LISA, de forma a facilitar a interpretação articulada da intensidade da votação e da dependência espacial.

INFORME DE **ANÁLISE**

05

Política, Crime e Representação no Pará:

Um Estudo sobre o Desempenho Eleitoral e a Atuação Parlamentar em Municípios vulneráveis à criminalidade

Rodrigo Dolandeli dos Santos, Carlos Augusto da Silva Souza, Bruno de Castro Rubiatti, Denis Conrado da Cruz, Leny May da Silva Campelo, Jorge Lucas Nery de Oliveira, Raimunda Eliene Sousa Silva, Jonatas Nogueira Aguiar de Souza Taulo Soares, Gabriele Paixão, Nicoly Akemi Nogueira Kawakami e Raiane da Silva e Silva

INTRODUÇÃO

A análise deste artigo foi realizada com base nos resultados da publicação da quarta edição do documento "Cartografias da Violência na Amazônia", realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), com apoio de organizações como o Instituto Clima e Sociedade (ICS), Instituto Mãe Criola, entre outros, e busca mapear, analisar e documentar as dinâmicas da violência, criminalidade e crimes ambientais ocorridas em municípios da região Amazônica.

O estudo documenta a associação entre crime organizado e crimes socioambientais, especificamente no contexto da região amazônica, onde a existência histórica de conflitos fundiários, garimpo ilegal, desmatamento e comercialização ilegal de produtos da floresta,

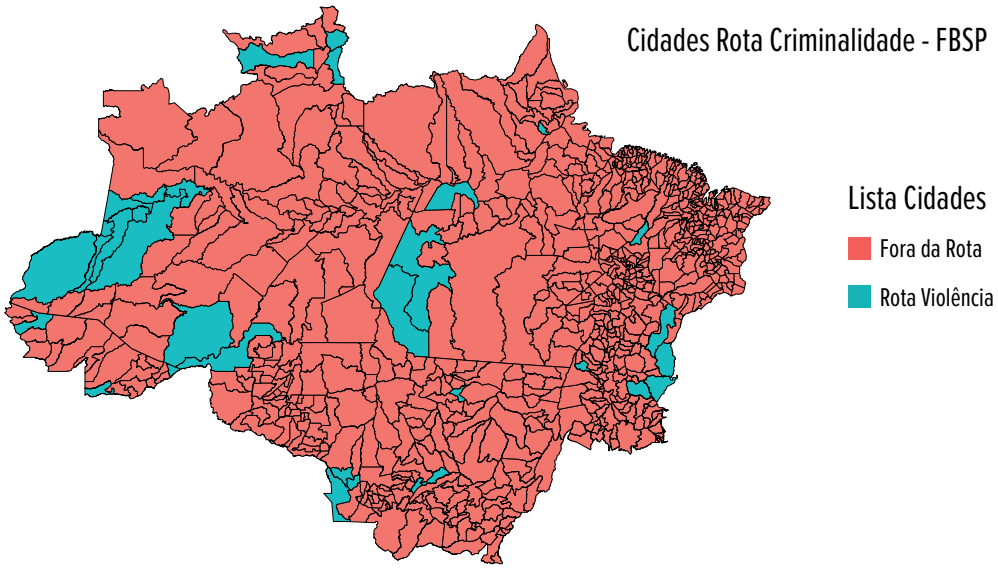
servem como espaço privilegiado para a expansão do poder econômico e territorial de facções criminosas, conectando narcotráfico, tráfico internacional, extração ilegal, lavagem de dinheiro e todo tipo de violência e crimes.

No contexto deste boletim procura-se adicionar o componente político deste debate, buscando verificar a existência (ou não) de identificar na eleição das bancadas legislativas na esfera estadual com os municípios considerados como "rotas do crime". Para isso, partiu de uma amostra considerando os dois deputados mais votados em 2022 e avaliou se a distribuição da votação destes deputados nos territórios apresenta conexão com os municípios considerados pelo documento como rotas do crime.

A partir desta avaliação, procurou-se analisar a trajetória política e experiência profissional destes parlamentares, de forma a examinar como eles se posicionam em temas ligados à segurança pública. O objetivo consiste em identificar de que maneira essas características e comportamentos podem influenciar as estratégias de enfrentamento ao crime na região (**Figura 1**).

Figura 1

Rota da Criminalidade nos Municípios da Amazônia Legal



Fonte: Fórum de Segurança Pública. Equipe Legal Pará.

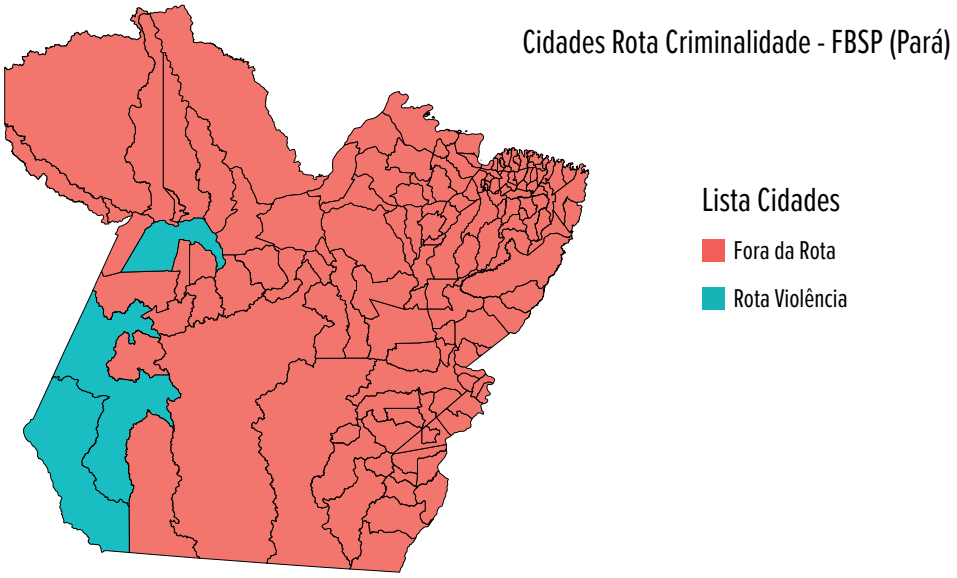
O mapa acima mostra todos os municípios da Amazônia Legal. Em azul estão as cidades que fazem parte da Rota de Criminalidade, definida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Em rosa, as cidades que não pertencem à rota. Os tipos de crime analisados são: mortes violentas intencionais, vitimização policial, letalidade policial, homicídios dolosos, latrocínios, feminicídios, grilagem de terras, crimes ambientais em geral, como garimpo ilegal, desmata-

mento, tráfico de fauna e flora, lavagem de dinheiro, tráfico de pessoas, narcotráfico, tráfico de armas, trabalho análogo à escravidão, exploração sexualmente; assim como "más práticas empresariais", como poluir rios, não fazer correto manejo dos rejeitos, entre outros.

No caso do Estado do Pará observou-se que Jacareacanga, Itaituba e Santarém são as cidades que estão inseridas na Rota de Criminalidade conforme ilustra o mapa abaixo (**Figura 2**). Do ponto de vista político-administrativo, estas cidades, apesar de próximas, estão situadas em regiões administrativas diferentes e possuem padrões de desenvolvimento socioeconômico também diferentes.

Figura 2

Cidades do Pará – rota da criminalidade



Fonte: Fórum de Segurança Pública. Equipe Legal Pará.

O município de Jacarecanga pertence à região de Integração do Tapajós, mais especificamente na mesorregião do Sudoeste Paraense, microrregião de Itaituba. O município tem elevada dependência de atividades extrativas, especialmente o garimpo de ouro (a maior parte ilegal), o que torna a economia municipal extremamente vulnerável a flutuações do mercado e com dificuldades de fiscalização e controle ambiental.

O município de Itaituba também pertence a Região do Integração do Tapajós, mesorregião do Sudoeste Paraense, microrregião de Itaituba. O município também tem na mineração um dos componentes mais importantes de sua economia, especialmente o garimpo de ouro e já foi considerada como "capital dos garimpos" no oeste do Pará. Em Itaituba também prosperou a indústria de produção de cimento, a partir da extração do calcário que é bastante abundante no município.

No caso do município de Santarém, este integra a mesorregião do Baixo Amazonas, microrregião de Santarém. Trata-se do município mais desenvolvido do oeste do Pará e funciona como polo urbano/regional de comércio, serviços e oferta de equipamentos de saúde, educação e emprego e renda para uma ampla área do Baixo Amazonas. A economia de Santarém é mais diversificada, mantendo atividades ligadas a agricultura extensiva (especialmente a soja), além de produtos da agricultura familiar, pecuária, pesca e extração madeireira e turismo. Por sua localização estratégica (rios, estradas, aeroporto e acesso à floresta), Santarém é uma área bastante propícia para os interesses do crime organizado.

PROCESSO METODOLÓGICO

A metodologia utilizada na construção dos padrões geográficos de votação dos deputados e na análise dos mapas combinou procedimentos quantitativos e descritivos, com foco na compreensão da geografia do voto no estado do Pará, integrando dados eleitorais, informações georreferenciadas e indicadores de criminalidade.

Foram utilizadas três bases centrais: (1) bd_completo, contendo votação municipal detalhada e variáveis dos candidatos; (2) bd_candidatos, com dados agregados por candidatura; e (3) banco_fbsp, composto por informações do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Além disso, foram incorporados dados provenientes do Atlas da Criminalidade do Fórum Nacional de Segurança Pública, cuja classificação municipal permitiu identificar os municípios que compõem a chamada Rota da Criminalidade.

Ademais, as informações territoriais foram importadas pelo pacote geobr (R Studio), utilizando os shapefiles oficiais dos municípios brasileiros. A junção das bases eleitorais aos mapas foi realizada pelo código do município (code_muni), permitindo a construção de mapas temáticos elaborados com o ggplot2. Para definir intervalos de valores nas representações visuais, aplicou-se o método de quebras de Jenks, via pacote classInt, gerando quatro faixas de distribuição otimizadas pela variabilidade interna dos dados.

A distribuição relativa dos votos foi avaliada por meio do Quociente Locacional (QL), seguindo a metodologia de Avelino, Biderman e Silva (2016). Valores de QL igual a 1 indicam desempenho eleitoral compatível com o esperado; valores inferiores a 1 refletem votação proporcionalmente menor; e valores superiores a 1 identificam concentração eleitoral acima da média estadual. Os QLs foram categorizados e representados em mapas coropléticos, destacando municípios-chave e padrões de concentração espacial dos votos.

Foram identificados os candidatos mais votados para deputado federal e estadual nos pleitos de 2022, e analisadas suas bases eleitorais em relação aos municípios classificados pelo Atlas da Criminalidade. Após a identificação dos candidatos mais votados no estado do Pará, a equipe do LEGAL Pará traçou o perfil político, a trajetória e a atuação parlamentar dos dois candidatos. O objetivo foi compreender se as trajetórias individuais se conectam com as dinâmicas territoriais observadas nos mapas especialmente em municípios da Rota da Criminalidade.

Por fim, esta escolha metodológica permitiu observar a articulação entre dinâmica territorial do voto e incidência de criminalidade, oferecendo uma leitura espacial qualificada do comportamento eleitoral no estado do Pará.

DESCRIÇÃO DO RESULTADO ELEITORAL NO ESTADO DO PARÁ E NAS CIDADES QUE ESTÃO NA ROTA

No pleito de 2022, mais de 4,7 milhões de eleitores do Pará foram às urnas para selecionar seus 41 representantes na Assembleia Legislativa do Estado (Alepa) para a 61ª Legislatura. Esses parlamentares desempenham um papel crucial na governança estadual, sendo encarregados de elaborar, discutir e sancionar leis que devem estar em conformidade com as esferas municipal e federal. Adicionalmente, fiscalizam as ações do Poder Executivo, sob a liderança do governador, garantindo a transparência e a efetividade das políticas públicas para a população.

Em nível nacional, o sistema proporcional elegeu 1.059 deputados estaduais para os próximos quatro anos, com as mulheres ocupando 185 dessas cadeiras, o que corresponde a 17,46% do total. Embora as mulheres constituam a maioria do eleitorado brasileiro (52,65%) e representem metade dos votantes no Pará (com mais de 3 milhões de eleitoras), a representatividade feminina na Alepa sofreu um retrocesso. O número de deputadas caiu de dez na legislatura anterior para apenas sete na próxima, evidenciando um descompasso entre a participação feminina no eleitorado e sua presença no parlamento estadual.

A composição partidária da nova Alepa será dominada pelo MDB, que conquistou 13 assentos. Em seguida, o PT garantiu quatro deputados, enquanto PSDB, PP e PL elegeram três parlamentares cada. Os demais partidos, incluindo PTB, PDT, PSD, PSC, PSB, Podemos, Republicanos, Cidadania, União Brasil e PSOL, contribuíram com um ou dois representantes, completando o quadro da casa legislativa paraense.

Nas eleições de 2022, os eleitores do Pará definiram os 17 representantes que atuarão na Câmara dos Deputados em Brasília, formando a bancada federal do estado para os próximos quatro anos. O resultado do pleito refletiu uma distribuição de forças entre diversos

partidos, que agora terão a responsabilidade de pautar as demandas paraenses no Congresso Nacional. A composição partidária da bancada revela as escolhas dos eleitores e a força de cada agremiação política na região.

A análise da distribuição de cadeiras mostra o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) como o partido com maior representatividade, elegendo nove deputados federais. Em seguida, o Partido Liberal (PL) garantiu três vagas, enquanto o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Social Democrático (PSD) conquistaram duas cadeiras cada. Completando a bancada, o União Brasil elegeu um representante. Essa formação partidária delineia o cenário político que influenciará as decisões e debates em nível federal relacionados ao estado do Pará.

O município de **Santarém**, no Pará, demonstrou uma significativa representatividade e influência nas eleições de 2022, tanto no âmbito estadual quanto no federal. Com um eleitorado de 238.341 pessoas aptas a votar, a cidade registrou um comparecimento notável de 80,53%, o que sublinha o alto engajamento cívico de sua população.

Essa participação ativa se traduziu diretamente nos resultados eleitorais. No cenário federal, a eleição de Henderson Pinto (MDB), que é natural de Santarém, como deputado federal, consolidou a presença e a voz do município na Câmara dos Deputados. Além disso, a cidade desempenhou um papel crucial na eleição de outros parlamentares, tanto para esferas estaduais quanto nacionais. Esses fatores conjuntamente ressaltam Santarém como um polo político de grande relevância no Pará, com uma população que exerce um papel ativo e influente nas decisões políticas do estado e do país.

O município de Jacareacanga, no Pará, desempenhou um papel significativo nas eleições de 2022, especialmente nas votações para os cargos de deputado federal e estadual. A cidade figurou como um ponto de concentração de votos para importantes candidatos. Para o cargo de deputado federal, Jacareacanga contribuiu para a votação de Henderson Pinto (MDB), que teve uma parcela considerável de seu apoio em municípios como Santarém, Itaituba e a própria Jacareacanga. Similarmente, nas eleições estaduais, Wescley Tomaz (PSC, na época), também obteve um número relevante de votos em Jacareacanga, entre outras cidades como Itaituba e Santarém. Essa concentração de apoio em Jacareacanga para ambos os parlamentares eleitos sublinha a importância do município como um polo eleitoral estratégico na formação das bancadas federal e estadual do Pará.

O município de Itaituba, no Pará, demonstrou ser um polo eleitoral de grande relevância nas eleições de 2022, influenciando significativamente a composição das bancadas federal e estadual. Com um eleitorado de 87.599 pessoas aptas a votar e um comparecimento de 68,77%, a cidade destacou-se pela participação ativa. Na disputa por uma cadeira na Assembleia Legislativa, Wescley Tomaz (PSC) se consolidou como o mais votado no município,

com expressivos 23.129 votos e esses números ressaltam a importância estratégica de Itaituba na definição dos representantes do Pará em ambas as esferas legislativas.

O Deputado Estadual Wescley Tomaz (Avante) emergiu no cenário político a partir de uma conexão profunda com as dinâmicas socioeconômicas de sua região de origem, consolidando sua imagem como um representante autêntico das comunidades envolvidas em atividades econômicas primárias. Sua ascensão, que o levou do ambiente municipal à esfera legislativa estadual, reflete uma trajetória de persistência e um engajamento direto com as demandas locais. A plataforma política de Tomaz evidencia um olhar atento para o desenvolvimento regional, buscando equilibrar o crescimento econômico com as pautas ambientais, uma dualidade complexa e central para as regiões amazônicas.

Já o Deputado Federal Henderson Pinto (MDB) representa um político com vasta experiência, cuja trajetória se estende desde a militância juvenil até a atuação em cargos de relevância tanto no legislativo municipal quanto no federal, passando por um papel executivo regional. Sua capacidade de mobilizar eleitores e manter uma base de apoio consistente ao longo de vários mandatos demonstra uma habilidade política refinada e um profundo enraizamento nas comunidades que representa. A carreira de Pinto é marcada por uma evolução contínua, indicando uma adaptabilidade e um conhecimento abrangente das necessidades administrativas e legislativas de sua região.

Deputado Estadual Wescley Tomaz (PSC)

Wescley Tomaz é natural de Ubajara, Ceará, e foi criado na região do Crepori, Itaituba, Pará, região de atividade garimpeira. Oriundo de uma família de garimpeiros, seu ingresso na política atende a pauta da legalização de garimpos, inclusive em Unidades de Conservação. O mote de suas eleições o apresentava como “o vereador dos garimpeiros”.

O parlamentar foi eleito por três mandatos como vereador em Itaituba. A primeira eleição foi em 2012 pelo PSC (Partido Social Cristão), sendo eleito para o terceiro mandato pelo MDB. Em seu primeiro mandato foi presidente da Câmara Municipal e desde 2014, Wescley Tomaz tenta se eleger deputado estadual. Mas o sucesso eleitoral só foi alcançado na terceira tentativa, em 2022, quando disputou o cargo pelo PSC e obteve 40.302 votos. Sua votação se concentrou nas cidades de Itaituba (23.129), Jacareacanga (732) e Santarém (845), o que representou 61,30% de sua votação, desempenho observado na **Figura 3**.

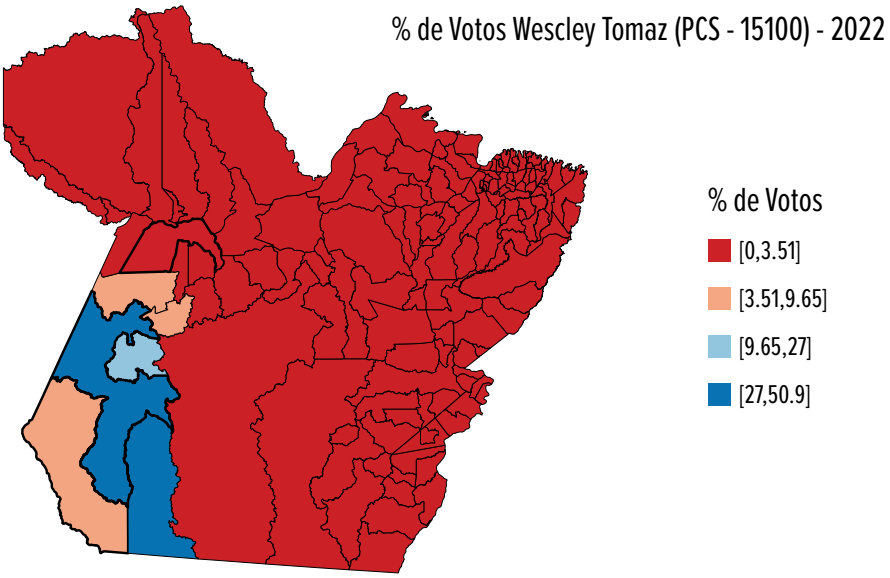
O PSC foi incorporado ao PODEMOS em 2023. Atualmente, o deputado está filiado ao AVANTE. Segundo o registro do site do partido AVANTE, sobre a participação do deputado nas atividades da COP 30, ele é “defensor da mineração responsável. O que significa, nas

palavras do próprio deputado, "O nosso Pará é gigante nas áreas de mineração e agropecuária, e precisamos ter políticas para acabar com o garimpo ilegal, regularizando aqueles que são possíveis e fiscalizando para manter uma mineração responsável".

Figura 3

Distribuição percentual de votos de Wescley Tomaz (PCS)

2022



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE (2022) e FBSP (2022).

O desempenho eleitoral do candidato Wescley Tomaz (PCS) nas eleições de 2022, categorizado através do Quociente Locacional (QL) aplicado à porcentagem de votos. O QL é uma métrica crucial que compara a proporção de votos de um candidato em uma área específica com sua média geral na região, indicando onde o apoio é mais ou menos concentrado.

A maior parte do território mapeado abrangendo as regiões norte, leste e uma vasta área central do Pará, é colorida em verde claro. Isso sugere que Wescley Tomaz teve um percentual de votos consideravelmente inferior à sua média regional nessas localidades. Tal padrão indica uma baixa capilaridade de sua campanha ou um reconhecimento/apoio limitado em grande parte da área de abrangência.

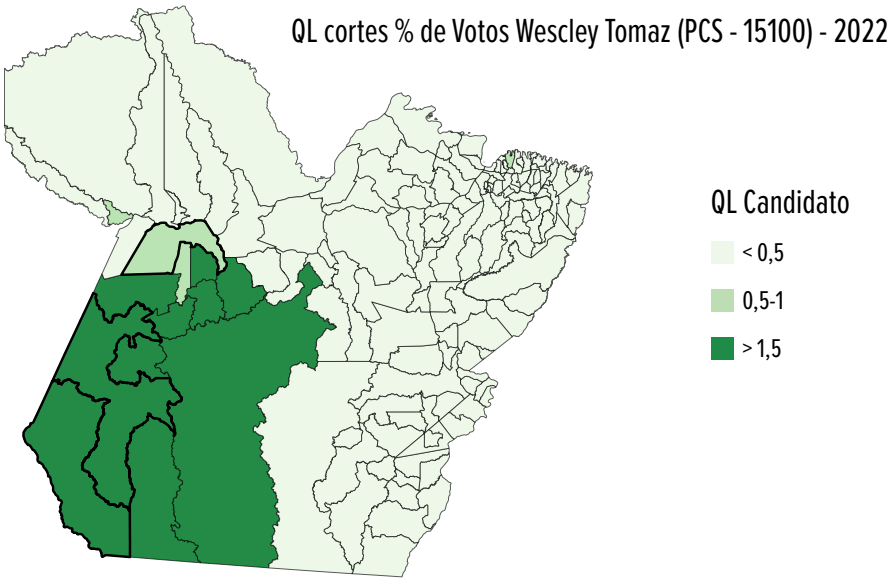
Por outro lado, focos de Alta Concentração de Votos (QL > 1,5), com uma clara e forte concentração de apoio na região sudoeste do mapa. Múltiplas municipalidades adjacentes nesta área estão destacadas em verde escuro, revelando que o candidato obteve uma proporção de votos muito superior à sua média geral nesses locais, incluindo os municípios da rota da criminalidade estudada neste boletim (Santarém, Jacareacanga e Itaituba). Estas

são, inequivocamente, suas bases eleitorais mais sólidas, onde ele desfruta de maior força e engajamento do eleitorado. Embora possam existir alguns pontos isolados de QL alto em outras partes, o aglomerado principal de apoio concentrado está no Sudoeste (**Figura 4**). Em suma, o mapa ilustra um padrão de votação bastante polarizado para Wescley Tomaz. Ele possui uma base de apoio muito forte e concentrada em uma região específica no Sudoeste, que se destaca como seu bastião eleitoral.

Figura 4

Distribuição QL de votos de Wescley Tomaz (PCS)

2022



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE (2022) e FBSP (2022).

Nota: Interpretação do Quociente Locacional (QL) no Contexto Eleitoral:

QL < 0,5 (Verde Claro): Representa áreas onde o candidato obteve menos da metade da sua média regional de votos, indicando um desempenho significativamente abaixo do esperado e baixa penetração.

QL 0,5-1 (Verde Médio): Sinaliza que a porcentagem de votos nessas áreas está entre a metade e a média geral do candidato, sugerindo um desempenho moderado ou ligeiramente abaixo.

QL > 1,5 (Verde Escuro): Indica regiões onde o candidato conquistou mais de 1,5 vezes a sua média geral de votos, evidenciando uma alta concentração de apoio e seus principais redutos eleitorais.

Deputado Federal Henderson Pinto (MDB)

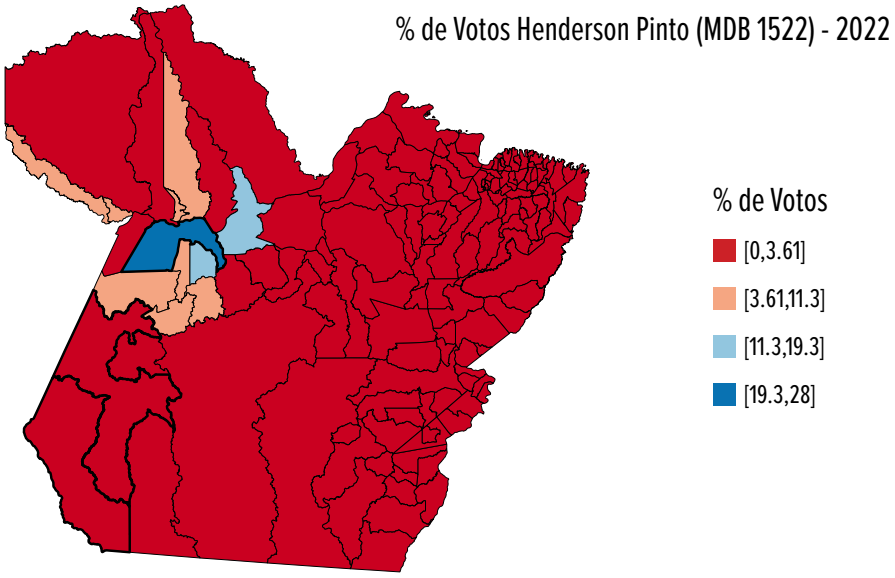
Henderson Pinto, é empresário e natural do município de Santarém. Foi líder estudantil na União Municipal de Estudantes Secundaristas de Santarém, no período de 1994 a 1995. Henderson foi eleito pela primeira vez em 2004, para vereador na cidade de Santarém, cargo que exerceu por quatro mandatos, sendo três pelo PFL/DEM e o último pelo MDB. Durante sua trajetória como vereador, presidiu a Câmara Municipal de Santarém, no período de 2013 a 2014.

Foi suplente de deputado estadual, em 2014. Concorreu pela primeira vez ao cargo de deputado federal em 2018, pelo MDB. Se elege deputado federal em 2022, com 74.746 votos, dos quais 49.026 foram obtidos na cidade de Santarém. Entre Santarém, Itaituba e Jacareanga concentrou 68,50% de sua votação (**Figura 5**). Além dos mandatos legislativos, Henderson exerceu entre 2019 e 2022 a função de Secretário Regional de Governo do Oeste Paraense. O deputado Henderson Pinto foi investigado pelo MPPA na "Operação Perfuga", por fraude em licitação à época em que presidiu a Câmara de Vereadores de Santarém. Para se livrar da Ação Penal, admitiu o crime e pagou multa no valor de R$40.000,00. Entretanto, na Justiça Eleitoral não constam processos contra os parlamentares que impliquem em perda de mandato.

Figura 5

Distribuição percentual de votos de Henderson Pinto (MDB)

2022



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE (2022) e FBSP (2022).

A **Figura 6** revela a distribuição do apoio eleitoral de Henderson Pinto nas eleições de 2022, utilizando o Quociente de Localização (QL) para indicar a concentração de votos em diferentes regiões, comparando-a com sua média geral. Um QL inferior a 0,5 denota um apoio muito fraco, enquanto um QL entre 0,5 e 1 sugere um desempenho moderado ou ligeiramente abaixo da média. Por outro lado, um QL entre 1 e 1,5 indica forte apoio, e valores acima de 1,5 destacam seus principais redutos eleitorais.

Observa-se que Henderson Pinto possui uma concentração de apoio significativamente alta (QL > 1,5 e QL 1-1,5) na porção ocidental e sudoeste do território mapeado. Esta área, com múltiplos municípios adjacentes em verde escuro, representa sua base eleitoral mais sóli-

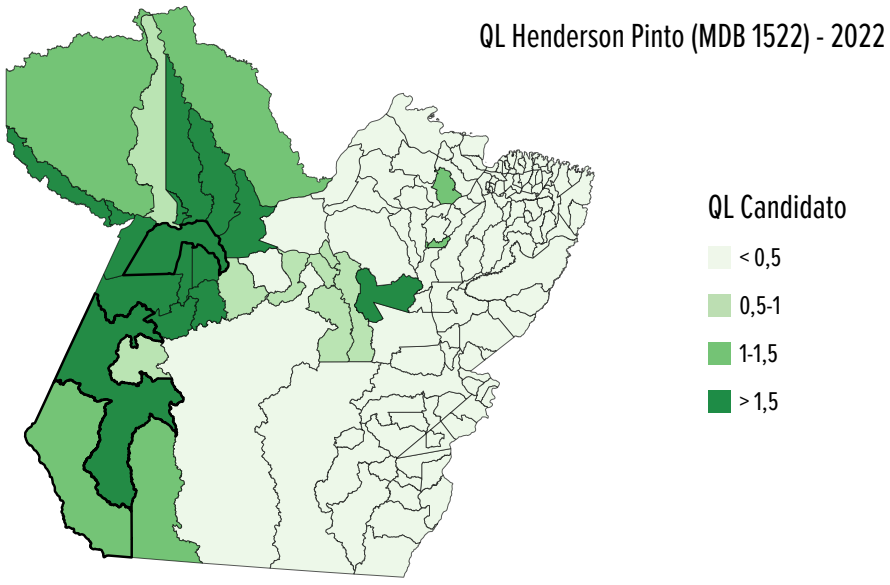
da. Além disso, há focos de forte concentração de votos ao longo de grandes rios na parte central-ocidental, sugerindo um apoio robusto em comunidades ribeirinhas ou cidades com forte dependência fluvial. Nesses locais, sua campanha obteve um sucesso proporcionalmente muito maior do que em outras áreas, configurando seus bastiões eleitorais.

Em contraste, uma vasta extensão da porção leste e nordeste costeira do território apresenta um QL inferior a 0,5, indicando uma performance eleitoral muito abaixo de sua média geral nessas regiões. Diversos municípios dispersos no interior também se encaixam nesta categoria de baixo apoio, demonstrando uma limitada penetração de sua campanha ou pouca identificação do eleitorado local com sua candidatura. As áreas de apoio moderado (QL 0,5-1), em verde claro, aparecem de forma mais dispersa, atuando como zonas de transição entre os redutos mais fortes e as regiões de baixo desempenho.

Em suma, a análise do QL para Henderson Pinto em 2022 evidencia uma distribuição de apoio eleitoral marcadamente regionalizada e desigual. Ele conseguiu estabelecer redutos fortes e muito fortes, concentrados na região ocidental e sudoeste do estado, inclusive nas regiões de rota da criminalidade, mas enfrentou uma penetração muito limitada e um apoio significativamente fraco nas regiões leste e nordeste. Essa disparidade sugere que a campanha de Henderson Pinto pode ter focado ou encontrado maior ressonância em certas áreas geográficas específicas, possivelmente devido a laços regionais, questões locais estratégicas ou maior presença política e de lideranças aliadas nesses pontos, em detrimento de uma capilaridade mais ampla em todo o território.

Figura 6

Distribuição QL de votos de Henderson Pinto (MDB)
2022



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE (2022) e FBSP (2022).

A ATUAÇÃO LEGISLATIVA (2023-2025) DOS DEPUTADOS

Para analisar a atuação legislativa dos parlamentares selecionados, foram observados: 1) as proposições de Projetos de Lei (PL), 2) Projetos de Lei complementar (PLP) e 2) Propostas de Emenda à Constituição (PEC). Além disso, foram observadas as ocupações de postos na estrutura organizacional das casas legislativas, em especial as comissões e, no caso de Câmara dos Deputados, as relatorias.

O Deputado Federal Henderson Pinto está em seu primeiro mandato e, nesses três anos apresentou um total de 45 projetos, conforme apresentado na tabela abaixo. Cabe notar que na tabela não foram computadas outras iniciativas de menor impacto (Requerimentos, Indicações etc.), apenas as iniciativas que, se aprovadas terão força de lei.

Tabela 1

Proposições do Deputado Henderson Pinto

2023-2025

Ano	PL	PEC	PLP	TOTAL
2023	10	4	0	14
2024	7	8	1	16
2025	10	0	5	15
Total	**27**	**12**	**6**	**45**

Fonte: Elaborado a partir dos dados da Câmara dos Deputados.

Nota-se que a maior parte de suas proposições são de projetos de Lei ordinária, o que é de se esperar, uma vez que a iniciativa e tramitação desse tipo de projeto exige menor coordenação coletiva, sendo mais viáveis para parlamentares individuais. Todavia, as matérias apresentadas tratam de diferentes assuntos. Por esse motivo, a tabela 2 apresenta as iniciativas apenas da área de segurança pública.

Tabela 2

Proposições de segurança pública do Deputado Henderson Pinto

2023-2025

Ano	PL	PEC	PLP	TOTAL
2023	0	0	0	0
2024	0	0	0	0
2025	5	1	0	6
Total	**5**	**1**	**0**	**6**

Fonte: Elaborado a partir dos dados da Câmara dos Deputados.

É visível que a temática de segurança pública ocupa apenas uma pequena parte da agenda de proposições do deputado: das 45 propostas, 6 são dessa temática. Essa agenda corresponde a apenas 13,3% das iniciativas de Henderson Pinto, o que indica que essa temática não está entre as prioridades na agenda desse parlamentar.

Quando observamos outras formas de atuação legislativa, é possível notar a baixa presença, ou mesmo ausência, da temática de segurança pública. A tabela 3 destaca as relatorias assumidas pelo deputado.

Tabela 3

Relatorias assumidas pelo Deputado Henderson Pinto

2023-2025

Ano	Relatorias	Relatorias na área de segurança
2023	6	0
2024	1	0
2025	11	0
Total	**18**	**0**

Fonte: Elaborado a partir dos dados da Câmara dos Deputados.

Salta aos olhas na tabela 3 a ausência de relatorias na área de segurança pública, apesar do considerável número de relatorias do deputado no período. Somada a essa falta de relatorias na temática, temos também a ocupação em comissões, conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1

Comissões onde o Deputado Henderson Pinto ocupou cadeira de titular

Comissão	Ano
Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR	2023-2025
Comissão de Viação e Transportes – CVT	2025
PEC 018/25 - Competências Federativas em Segurança Pública (comissão especial)	2025

Fonte: Elaborado a partir dos dados da Câmara dos Deputados.

Assim como nas relatorias, as comissões permanentes que o deputado foi indicado pelo seu partido não tem como tema central a segurança pública. Além disso, o parlamentar não chega a ocupar a principal comissão da câmara responsável por essa temática, isto é, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao crime organizado (CSPCCO).

Todavia, é importante destacar sua participação na comissão especial para analisar a PEC 018/25, que trata do tema de segurança pública dentro do arranjo federativo brasileiro. Dessa forma, a partir de 2025, o deputado Henderson Pinto passa a atuar numa comissão que tem como objetivo analisar tema relevante para a organização da segurança pública brasileira.

Ao observar as relatorias e a ocupação de comissões, é necessário frisar que, em ambos os casos, a atuação do partido e dos líderes partidários importam: não é simplesmente a escolha do parlamentar, mas envolve negociações e interesses partidários, o que pode explicar a ausência do parlamentar nos espaços que tratam da área de segurança pública diretamente. Por ser um parlamentar novato na casa, talvez tenha sido preterido frente a outros deputados mais experientes do partido.

No âmbito estadual, o quadro é semelhante. O Deputado Estadual Wescley Tomaz não apresenta atuação relevante na área de segurança pública.

Tabela 4

Proposições do Deputado Estadual Wescley Tomaz
2023-2025

Ano	PL	PEC	PLP	TOTAL
2023	52	0	0	52
2024	19	0	0	19
2025	9	0	0	9
Total	**80**	**0**	**0**	**80**

Fonte: Elaborado a partir dos dados da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

Nos três anos analisados, o deputado Wescley Tomaz apresentou 80 Projetos de Lei Ordinária e nenhuma PEC ou PLP. Porém, a maior parte dos temas tratados não envolvem segurança pública.

Tabela 5

Proposições de segurança pública do Deputado Estadual Wescley Tomaz
2023-2025

Ano	PL	PEC	PLP	TOTAL
2023	2	0	0	2
2024	2	0	0	2
2025	0	0	0	0
Total	**4**	**0**	**0**	**4**

Fonte: Elaborado a partir dos dados da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

Conforme apresentado na tabela 5, apenas 4 dos 80 projetos tem como tema segurança pública (5,0%), o que indica que essa não é uma temática central na atuação legislativa do parlamentar. Somado a isso, a ocupação de comissões do parlamentar também não mostra foco na temática de segurança pública.

Quadro 2

Comissões onde a Deputado Wescley Tomaz ocupou cadeira de titular

Comissão	Ano
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação – CTIC	2023-2025
Comissão de Mineração e Energia – CME	2023-2025

Fonte: Elaborado a partir dos dados da Assembleia Legislativa do Estado do Pará

Dessa forma, a partir dos critérios levantados, não é possível afirmar que a atuação do deputado estadual Wescley Tomaz esteja ligada à temática de segurança pública, isto é, nem pelas iniciativas apresentadas pelo parlamentar (que está mais vinculada a suas preferências individuais), nem a ocupação de comissões (mediada pelo critério partidário) apresentam indícios de uma centralidade da temática de segurança pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente boletim buscou adicionar uma camada política ao debate sobre a criminalidade na Amazônia, especificamente no contexto do Pará, examinando a conexão entre as "rotas do crime" e o desempenho eleitoral e atuação parlamentar. A análise, fundamentada nas "Cartografias da Violência na Amazônia" do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, identificou municípios como Jacareacanga, Itaituba e Santarém como áreas de significativa vulnerabilidade à criminalidade, caracterizadas por conflitos fundiários, garimpo ilegal, desmatamento e a expansão de facções criminosas.

Através da avaliação da distribuição de votos e do Quociente Locacional (QL), observou-se uma clara concentração do apoio eleitoral dos deputados Wescley Tomaz (estadual) e Henderson Pinto (federal) justamente nessas localidades classificadas como "rotas do crime". Ambos os parlamentares, apesar de suas origens e trajetórias políticas enraizadas nas particularidades socioeconômicas da região, como a mineração e a agropecuária, demonstraram capacidade de mobilizar eleitores e construir bases sólidas nesses territórios.

No entanto, ao analisar a atuação legislativa de ambos no período de 2023 a 2025, os dados revelam um cenário de limitada priorização da temática de segurança pública. Para o Deputado Federal Henderson Pinto, apesar de um número considerável de proposições e relatorias, a segurança pública representou uma pequena fração de sua agenda. Situação semelhante foi identificada para o Deputado Estadual Wescley Tomaz, cujas iniciativas e ocupação em comissões também não indicaram um foco central na segurança pública. Embora a participação de Henderson Pinto em uma comissão especial sobre segurança pública a partir de 2025 possa sinalizar uma mudança, a constatação geral é de que a agenda legislativa predominante de ambos os parlamentares não se alinha diretamente com as urgências e desafios impostos pela criminalidade nas regiões que compõem suas principais bases eleitorais.

Em suma, o estudo destaca uma articulação complexa entre a geografia do voto, a incidência de criminalidade e a atuação política no Pará. Embora os deputados analisados gozem de forte apoio em áreas sensíveis à criminalidade, suas agendas legislativas demonstram que a segurança pública, até o momento, não tem sido a temática central de suas iniciativas. Este achado levanta questões importantes sobre a capacidade de tradução das demandas locais, especialmente em regiões tão marcadas pela violência e por crimes socioambientais, em prioridades efetivas no âmbito do poder legislativo estadual e federal.

REFERÊNCIAS

Avelino, G., Biderman, C., & Silva, G. B. (2016). A concentração eleitoral no Brasil (1994–2014). Dados – Revista de Ciências Sociais, 59(4), 1091–1125.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da violência na Amazônia.** 4.ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/289. Acesso em: 19 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/. Acesso em: 19 nov. 2025.

INFORME DE **ANÁLISE**

05

A Dimensão Política da Segurança Pública em Rondônia:

votação e atuação de parlamentares em municípios vulneráveis ao crime

Ana Paula Lima dos Santos (IESP-UERJ; LEGAL),
João Paulo S. L. Viana (UNIR; FGV-SP; LEGAL),
Patrícia Mara Cabral de Vasconcellos (UNIR; LEGAL)

Em novembro, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) lançou a quarta edição do Cartografias da Violência na Amazônia, na qual a região é analisada como um complexo ecossistema criminal, onde grupos nacionais e locais se articulam e disputam rotas e territórios. Esse crescimento da criminalidade estaria associado a problemas históricos da Amazônia, como conflitos fundiários, ocupações irregulares e outros tipos de crimes. Além disso, os estudos realizados pelo Fórum identificaram um processo contínuo de expansão da criminalidade no interior da região, com áreas de fronteira assumindo um papel estratégico tanto do ponto de vista ambiental quanto territorial (FBSP, 2025).

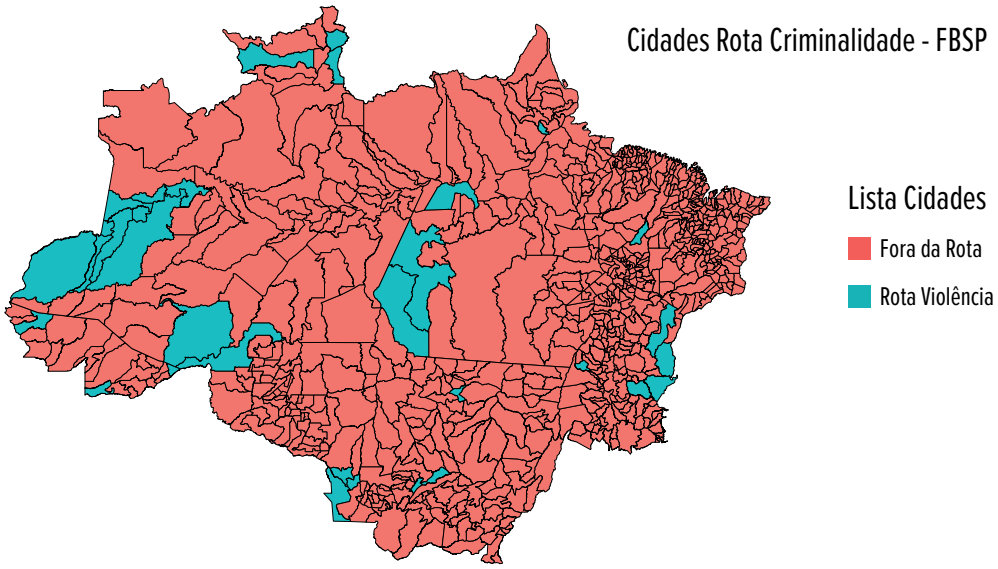
Neste contexto, este boletim resulta de uma parceria entre o LEGAL e o FBSP, com o objetivo de analisar um elemento adicional e fundamental para formulação de políticas públicas capazes de mitigar a criminalidade na Amazônia: o aspecto político. Buscamos: a) identificar os parlamentares mais votados nos municípios de Rondônia que estão inseridos na Rota da Criminalidade na Amazônia; b) verificar se os votos estão concentrados em regiões específicas ou distribuídos entre os municípios; c) analisar a trajetória política e a inserção profissional prévia dos parlamentares selecionados; d) examinar sua atuação e comportamento

em matérias relacionadas à segurança pública, de modo a entender como os parlamentares podem influenciar estratégias de enfrentamento ao crime na região.

A Figura 1 apresenta o mapa da Amazônia Legal, destacado em azul os municípios que integram a Rota da Criminalidade, conforme classificação do FBSP, e em salmão aqueles que não se enquadram nessa categoria.

Figura 1

Rota da Criminalidade nos Municípios da Amazônia Legal



Fonte: Elaboração própria com base em dados do FBSP, 2025.

Segundo o FBSP, a definição dessas áreas considera diversos indicadores de criminalidade, o que inclui mortes violentas intencionais, vitimização policial, letalidade policial, homicídios dolosos, latrocínios, feminicídios, grilagem de terras, crimes ambientais em geral (como garimpo ilegal, desmatamento e tráfico de fauna e flora), lavagem de dinheiro, tráfico de pessoas, narcotráfico, tráfico de armas, trabalho análogo à escravidão, exploração sexual e também "más práticas empresariais", como a poluição de rios e o manejo inadequado de rejeitos.

ASPECTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DA ROTA DO CRIME EM RONDÔNIA

A trajetória político-institucional de Rondônia é marcada de forma significativa pela influência de experiências autoritárias (Fonseca; Viana, 2020). Sua formação começa em 1943, durante o Estado Novo, com a criação do Território Federal do Guaporé a partir do des-

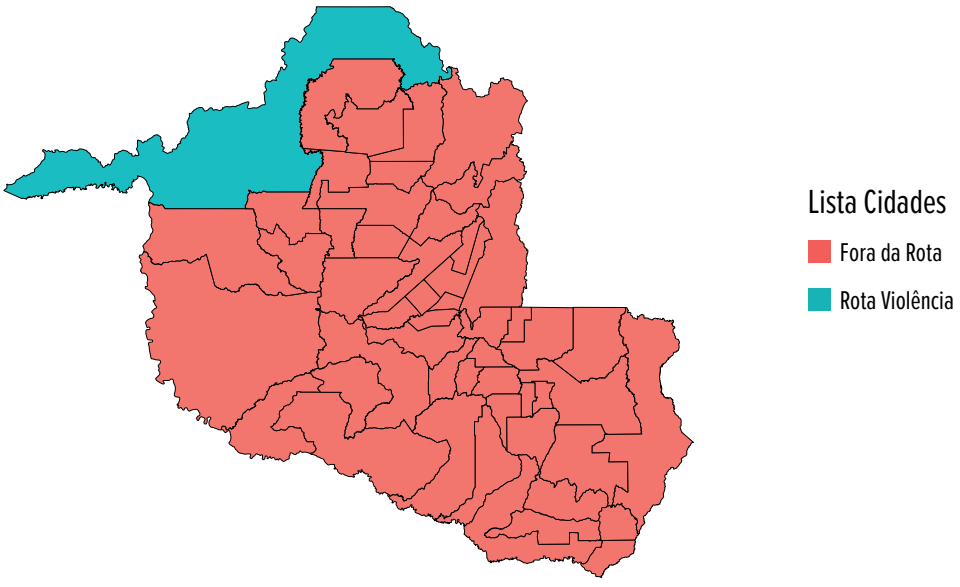
membramento de áreas pertencentes ao Amazonas e a Mato Grosso. Quase quarenta anos depois, em 1982, ocorre a instalação do estado de Rondônia, em um contexto de desagregação do regime militar (Codato, 2005). Essa herança autoritária se combina a outras particularidades históricas, políticas e sociais que moldaram o conservadorismo local, um dos traços mais distintivos da política rondoniense (Viana; Silva; Souza, 2025).

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2025), no ano eleitoral de 2022, Rondônia apresentou 31,8% de taxa de assassinatos por 100 mil habitantes. Em 2024, esse percentual reduziu para 26,1%, continuando acima da média brasileira (20,8%). Dos 52 municípios do estado de Rondônia, 21 possuem a presença de facções criminosas. Isto é, 40,3% do estado é dominado pelo crime organizado, principalmente pelo Primeiro Comando da Capital (PCC, facção hegemônica do território) e Comando Vermelho (CV). A capital do estado, Porto Velho, está em disputa entre as duas facções. Assim, há muitos registros de tiroteios em determinados bairros, destacando-se o Triângulo, São Sebastião I, Aeroclube, Jardim Santana, Cristal da Calama, além dos conjuntos habitacionais Orgulho do Madeira e Morar Melhor (FBSP, 2025).

Além dos confrontos diretos entre as facções, em janeiro de 2025, houve uma escalada de violência promovida pelo CV, que desencadeou ataques a ônibus, escolas e vias públicas. As ações foram uma retaliação à operação policial que prendeu líderes da facção, acusados de ordenar o assassinato de um policial militar. Diante do cenário, o estado de Rondônia recebeu apoio operacional das polícias do Amazonas, Acre e Mato Grosso. A Figura 2 apresenta o mapa dos municípios rondonienses, entre os quais Porto Velho foi o único classificado pelo FBSP como parte da Rota de Criminalidade.

Figura 2

Municípios de Rondônia classificados na Rota da Criminalidade



Fonte: Elaboração própria com base em dados do FBSP, 2025.

Rondônia compartilha uma linha divisória de aproximadamente 1.342 km com a Bolívia, banhada pelos rios Guaporé, Mamoré e Abunã. Dos 52 municípios que compõem o estado de Rondônia, 8 estão situados ao longo da fronteira, como Guajará-Mirim, Costa Marques, Nova Mamoré e Porto Velho. Do lado boliviano, a faixa fronteiriça corresponde ao Departamento de Pando e ao Departamento de Beni. A região é marcada por dinâmicas ilícitas transnacionais, como o transporte de entorpecentes por vias aéreas e rodoviárias e o roubo de automóveis enviados a países produtores de cocaína para troca por drogas, compondo uma logística ilegal complexa das rotas de tráfico na região amazônica (FBSP, 2025).

Além dessas atividades, a área transfronteiriça é palco de tensões entre conservação ambiental e expansão econômica, especialmente da agropecuária. Dados recentes indicam o avanço acelerado da produção de soja e da pecuária nos territórios rondonienses (Fronteiras da Amazônia, 2025). Esses conflitos tornam-se ainda mais evidentes em regiões sujeitas à grilagem de terras, ao desmatamento e à exploração madeireira, como as áreas protegidas do Vale do Guaporé.

PADRÕES ESPACIAIS DE VOTO EM RONDÔNIA NAS ELEIÇÕES DE 2022

Para este boletim, adotamos uma abordagem quantitativa, descritiva e exploratória, voltada à identificação de padrões espaciais de votação no estado de Rondônia e à possível correspondência com os municípios classificados na Rota da Criminalidade. A análise abrange o pleito de 2022, nos níveis estadual e federal, buscando compreender a distribuição territorial dos votos e a formação de redutos eleitorais regionais.

A análise concentrou-se em dois parlamentares eleitos que se destacaram tanto pelo desempenho eleitoral quanto pela representatividade regional, considerando o total de votos e a votação nos municípios que compõem a Rota. Com base nesses critérios, foram selecionados um deputado estadual e um deputado federal da última eleição geral no ano de 2022. Foram escolhidos a deputada estadual Ieda Chaves e o deputado federal Dr. Fernando Máximo, ambos filiados ao União Brasil. O detalhamento metodológico utilizado para a definição dos parlamentares encontra-se na Nota Técnica Explicativa, ao final do texto.

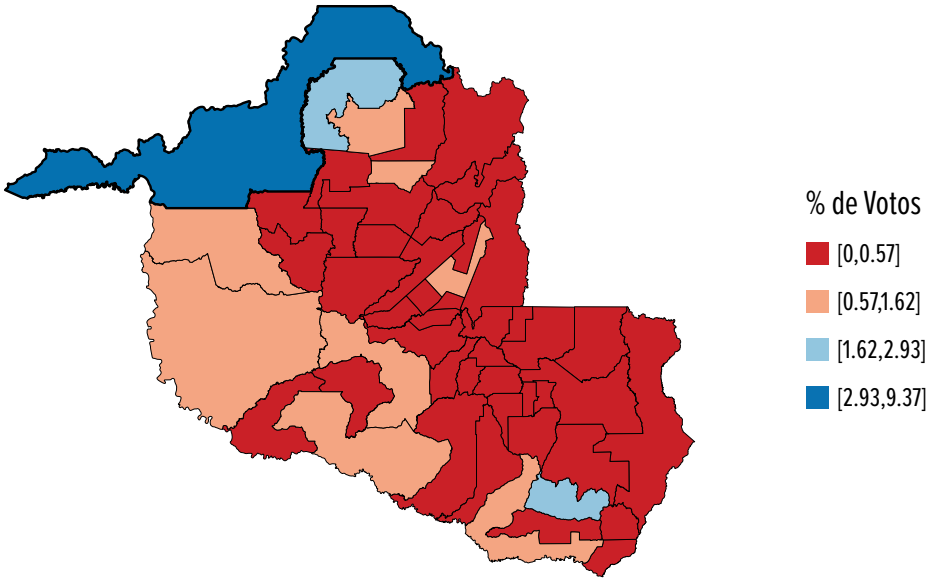
Deputada estadual Ieda Chaves (UNIÃO) – eleições 2022

A Figura 3 apresenta a distribuição espacial dos votos da deputada estadual Ieda Chaves (UNIÃO) nas eleições de 2022, por município do estado de Rondônia. A porcentagem de votos foi dividida em quatro cortes para melhor visualização. Sendo assim, as cores seguem uma escala de intensidade: em vermelho escuro, estão os municípios onde a candidata teve baixa votação (entre 0% e 0,57% dos votos); em salmão claro, a votação foi moderadamente baixa (0,57% a 1,62%); em azul claro, a votação foi moderadamente alta (1,62% a 2,93%) e em azul escuro, a votação foi alta (2,93% a 9,37%). Em destaque com uma linha preta aparece o município de Porto Velho, que faz parte da Rota de Criminalidade.

Figura 3

Distribuição espacial de votos de Ieda Chaves (UNIÃO)

2022



Fonte: Elaboração própria com base em dados do FBSP, 2025.

A maior parte do território de Rondônia aparece em vermelho escuro, indicando que Ieda Chave teve baixo desempenho na maior parte do estado. Em contrapartida, os poucos municípios em azul claro e azul escuro sugerem um apoio eleitoral mais expressivo, evidenciando que sua base política se concentra em áreas específicas do estado, principalmente no Noroeste, onde fica Porto Velho.

A Figura 4 apresenta o Quociente Locacional (QL) de Ieda Chaves (UNIÃO) nas eleições de 2022. Segundo Avelino, Biderman e Silva (2016, p.1101), "o QL (Quociente Locacional) de um candidato por município é determinado pela razão entre duas proporções: a proporção

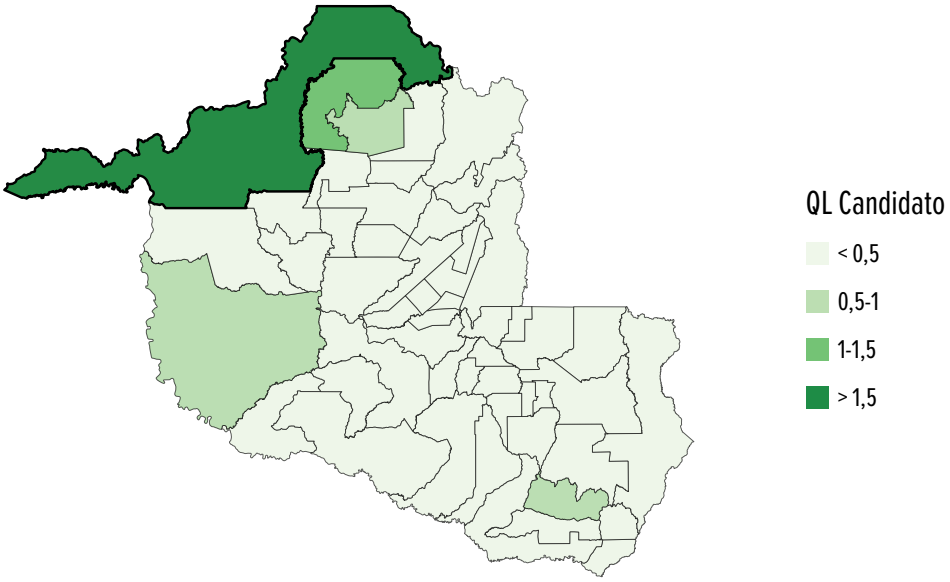
dos votos obtidos no município com relação à votação total do candidato, e a proporção de eleitores do município no eleitorado do estado, ou seja, a votação esperada do candidato naquele município".

Nesse sentido, quando o QL possui valor igual a um, significa que o candidato obteve a votação que seria esperada naquele município, caso houvesse uma distribuição aleatória dos votos. Do mesmo modo, QLs abaixo de um indicam uma votação inferior ao que seria esperado e QLs acima de um indicam votações acima do esperado.

Figura 4

Quociente Locacional (QL) de Ieda Chaves (UNIÃO)

2022



Fonte: Elaboração própria com base em dados do FBSP, 2025.

No caso de Ieda Chaves, a maior parte do estado de Rondônia aparece em tons claros, com QL inferior a 1, indicando desempenho abaixo do esperado na maioria dos municípios. Contudo, podemos observar um núcleo concentrado de votação acima do esperado na Região Noroeste do estado, onde se localizam alguns municípios com QL maior que 1, sugerindo que a deputada pode ter colocado mais esforços de campanha nessas cidades na eleição de 2022, principalmente em Porto Velho, cidade que compõe a Rota de Criminalidade.

Ieda Pacheco Chaves (União) nasceu em 07 de agosto de 1969, em Paraíso Norte, estado do Paraná. Migrou para Rondônia há mais de 30 anos, residindo em Pimenta Bueno, Cacoal, Ariquemes, até se fixar em Porto Velho. É casada com Hildon Chaves (PSDB), empresário, ex-promotor de Justiça, e ex-prefeito de Porto Velho por dois mandatos (2017-2024). Sua

entrada na vida pública ocorre em 2017, como primeira-dama, durante o primeiro mandato de Hildon Chaves à frente da capital rondoniense.

A fim de analisar a trajetória política de Ieda, torna-se imprescindível compreender a emergência de Hildon Chaves no plano político-eleitoral. Neófito da política à época, Hildon foi eleito em 2016 sob uma forte conjuntura nacional antipolítica, antipetista, e de autofinanciamento eleitoral, que contribuiu diretamente para o sucesso de outsiders provenientes do meio empresarial e, no seu caso, em especial, também, do meio jurídico, tendo em vista que, além do empreendedorismo da família, Hildon foi promotor de Justiça por mais de 20 anos.

Antes de ser primeira-dama de Porto Velho, com relevante atuação na área da assistência social, Ieda foi empresária no ramo da educação, ocupando o cargo de presidente do Athenas Grupo Educacional, um dos maiores da Região Norte. Sua atuação como primeira-dama, como mencionado, com relevantes trabalhos no plano social, foram fundamentais para seu sucesso nas urnas. Nas eleições de 2022, Ieda (União) foi eleita a segunda mais votada na eleição à Assembleia Legislativa, tendo conquistado o maior número de votos na capital, sendo também a mulher com mais votos na eleição ao parlamento rondoniense, com 24.667 votos.

De posição ideológica conservadora, na ALE-RO a deputada Ieda Chaves tem se dedicado a pautas relacionadas à Educação, violência contra a mulher, defesa das crianças, a causa dos animais e o apoio a entidades carentes. Ao que tudo indica, nas eleições de 2026, Ieda deve tentar a reeleição na ALE-RO.

Para compreender como a pauta de segurança e criminalidade se alinha às preocupações legislativas da deputada estadual Ieda Chaves, realizamos levantamento das proposições legislativas contendo a palavra-chave "segurança" no site da Assembleia Legislativa de Rondônia (ALE-RO) no período 2023 a 2025. De autoria da deputada, foram identificadas 41 matérias, sendo 16 indicações, 24 requerimentos e 1 projeto de lei ordinária.

O projeto de lei ordinária refere-se ao PLO 452/2024, apresentado em 23 de abril de 2024. A proposição estabelece obrigatoriedade de academias e estabelecimentos prestadores de atividades físicas adotarem medidas de proteção e segurança para mulheres em situação de risco, assédio ou importunação sexual. A matéria foi convertida na Lei nº 5.975, de 8 de janeiro de 2025.

A violência contra a mulher é uma temática presente entre os requerimentos e indicações. Do total de indicações, 2 abordam especificamente essa questão. Entre os requerimentos,

3 dedicam-se à violência contra mulher, enquanto 2 adicionais vinculam-se ao tema ao tratarem de violência sexual e doméstica.

Destaca-se, contudo, a centralidade da questão do policiamento ostensivo, implantação de postos policiais e patrulhamento, que correspondem a 7 das 16 indicações e 6 dos 24 requerimentos. O desaparecimento de pessoas constitui segunda prioridade temática, com 2 indicações e 4 requerimentos. Outras demandas incluem concursos para a polícia civil, patrulha animal, crimes contra menores, segurança escolar e temas correlatos. Em termos territoriais, 7 indicações e 6 requerimentos direcionam-se especificamente a Porto Velho e seus distritos. Municípios como Rolim de Moura, Corumbiara e Vilhena também são citados. Nos demais casos, em geral, as demandas abrangem o estado como um todo.

Com a palavra-chave "crime" foram identificadas 6 matérias legislativas: 5 indicações e 1 requerimento. Dentre as indicações, 3 enfocam crimes contra crianças e adolescentes, e 2 abordam maus-tratos contra animais. O requerimento solicita informações e providências relacionadas à regulamentação da Lei nº 5.910, de 7 de novembro de 2024, que determina a veiculação, na internet, de lista de pessoas condenadas por crimes de violência contra a mulher no âmbito estadual.

A deputada estadual Ieda Chaves participa de diferentes comissões temáticas na Assembleia Legislativa de Rondônia. É membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (CDDCAMI) desde 15 de fevereiro de 2025. Assume a presidência da Comissão de Educação e Cultura (CEC) a partir da mesma data. Atua vice-presidente da Comissão de Finanças, Economia, Tributação, Orçamento e Organização Administrativa (CFETOOA), também desde 15 de fevereiro de 2025. Adicionalmente, atua como suplente na Comissão de Transportes e Obras Públicas (CTOP).

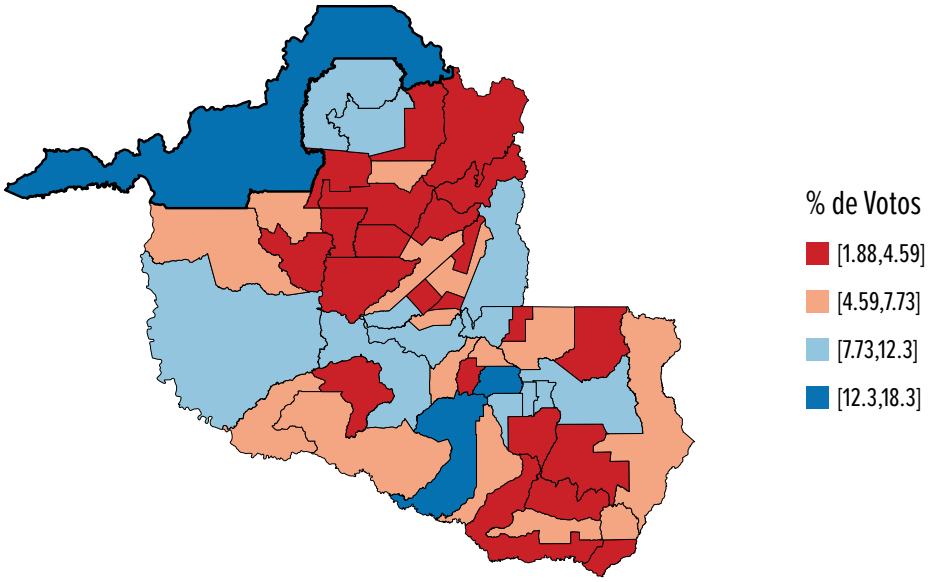
Deputado federal Dr. Fernando Máximo (UNIÃO) – eleições 2022

A Figura 5 mostra a distribuição espacial dos votos do candidato Dr. Fernando Máximo (UNIÃO) nas eleições de 2022, por município do estado de Rondônia. A porcentagem de votos foi dividida em quatro cortes para melhor visualização. Sendo assim, as cores seguem uma escala de intensidade: em vermelho escuro, estão os municípios onde o candidato teve baixa votação (entre 1,88% e 4,59% dos votos); em salmão claro, a votação foi moderadamente baixa (4,59% a 7,73%); em azul claro, a votação foi moderadamente alta (7,73% a 12,3%) e em azul escuro, a votação foi alta (12,3% a 18,3%). Destacamos o município de Porto Velho, que faz parte da Rota de Criminalidade, com uma linha preta.

Figura 5

Distribuição espacial de votos de Fernando Máximo (UNIÃO)

2022



Fonte: Elaboração própria com base em dados do FBSP, 2025.

Podemos observar um mapa diverso, indicando que Dr. Fernando Máximo obteve uma votação moderadamente alta por quase todo o estado. Em contrapartida, muitos municípios aparecem em vermelho e salmão, indicando um baixo desempenho eleitoral em muitas cidades.

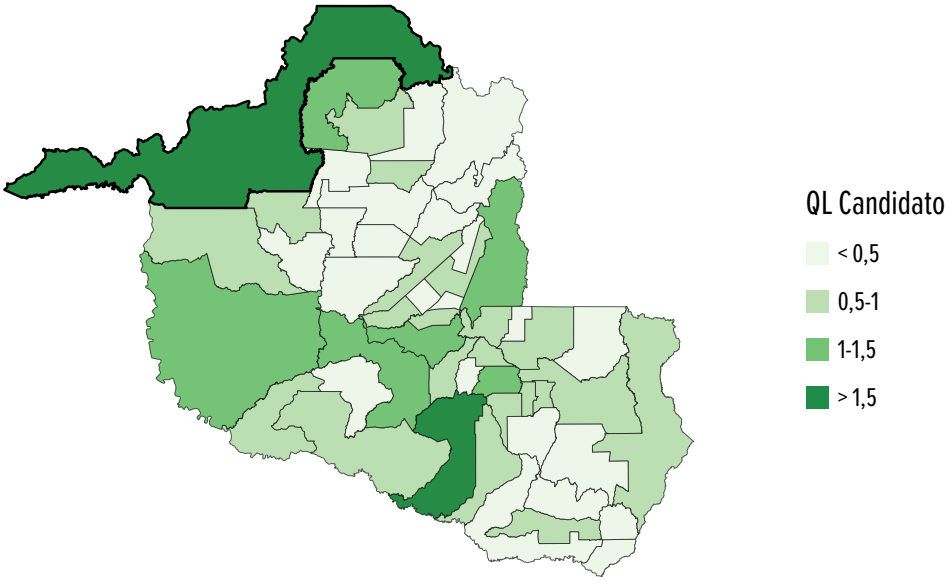
É importante destacar que o deputado obteve uma votação alta apenas em três municípios, incluindo Porto Velho, que integra a Rota de Criminalidade. O desempenho significativamente superior nessas cidades indica que elas compõem o núcleo da base eleitoral do deputado, podendo refletir vínculos políticos ou redes de apoio territorialmente enraizadas.

A Figura 6 apresenta o Quociente Locacional (QL) de Dr. Fernando Máximo (UNIÃO) nas eleições de 2022.

Figura 6

Quociente Locacional (QL) de Dr. Fernando Máximo (UNIÃO)

2022



Fonte: Elaboração própria com base em dados do FBSP, 2025.

A maior parte do estado aparece em tons claros, com QL inferior a 1, indicando desempenho abaixo do esperado na maioria dos municípios em 2022. Contudo, podemos observar que em alguns municípios, a votação foi acima do esperado, com destaque para Porto Velho, onde apresenta QL superior a 1,5. Esse resultado reforça o peso político de Porto Velho como um núcleo importante para a eleição do deputado.

Fernando Máximo (União) nasceu em Ceres, Goiás, em 04 de outubro de 1979. É formado em medicina pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com pós-graduação em Cirurgia Geral, Direitos Humanos e Segurança Pública, e na área de Segurança do Trabalho. Médico legista da Polícia Civil do Estado de Rondônia, sua trajetória política tem início após a eleição de Marcos Rocha (União) para o cargo de governador, no ano de 2018, à época, filiado ao PSL Na esteira da onda bolsonarista, a eleição de Marcos Rocha abriu o caminho para a entrada de Máximo na vida política.

Nomeado secretário estadual de saúde, Fernando Máximo foi o responsável da pasta durante a pandemia. Na ocasião, ganhou notoriedade e imprimiu uma marca própria, o uso de uma touca hospitalar, que o acompanha desde então. Bolsonarista ferrenho, evangélico,

com forte base eleitoral nesse segmento, construiu uma imagem de gestor competente da área da saúde, aliado ao homem de fé. Na eleição de 2022, filiado ao União Brasil, se candidatou à Câmara dos Deputados, sendo o mais votado do estado, e apoiou a reeleição de Rocha (União), contra outro bolsonarista, o Senador Marcos Rogério (PL), de quem Máximo é aliado hoje, como veremos adiante.

Na Câmara dos Deputados, Máximo tem se pautado na defesa de temas da agenda conservadora. É membro titular da Comissão de Saúde; da Comissão Especial da Imunidade Tributária (PEC005/2023); da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e da Comissão Externa para acompanhar a investigação da crise dos Yanomami. E membro suplente de diversas comissões, entre elas, a Comissão de Educação e a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

No que se refere ao rompimento com o grupo político do atual governador, que o projetou politicamente, certamente, pesou o fato de Máximo ter sido preterido na disputa à prefeitura de Porto Velho em 2024. Naquele momento, o União Brasil optou por lançar a candidatura da ex-tucana, Mariana Carvalho, que estava filiada anteriormente ao Republicanos, e migrou para o União, partido de seu irmão, o deputado federal Maurício Carvalho. A partir daí, Máximo decidiu apoiar, à revelia do partido, a candidatura de Léo Moraes (Podemos), consistindo em um aliado fundamental para a vitória de Moraes no segundo turno.

Nos últimos meses, rompido com o governador Marcos Rocha (União), Fernando Máximo (União) se aproximou politicamente do senador Marcos Rogério (PL). Ao que tudo indica, Máximo está aguardando a próxima janela partidária para se filiar ao PL. Atualmente, a expectativa é de que Fernando Máximo e Marcos Rogério formem a aliança da extrema-direita que disputará, respectivamente, o Senado e o governo de Rondônia, nas eleições de 2026.

O ano de 2023 foi o período em que o Deputado Federal Fernando Máximo mais apresentou proposições legislativas. Foram apresentadas 411 proposições, das quais 37 incidiram sobre o tema da segurança. Dentre a diversidade de tipos de proposições, destacamos os Projetos de Lei e os requerimentos de CPI. No ano de 2023, foram 6 projetos de lei e 3 requerimentos de CPI. Os projetos de lei abordaram temas como: aumento de pena para crimes de desrespeito a crenças e símbolos religiosos; instalação e redução de alíquotas tributárias para detectores de metais em instituições de ensino; inclusão do crime de "Upskirting" no Código Penal; e endurecimento da legislação penal relativa a crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Destaca-se a PL 5021/2023, que propõe alterar a definição de terrorismo e organização terrorista, incluindo uma lista de grupos enquadrados no novo conceito. Conforme a Justificação da proposta:

> Primeiramente, busca-se alterar o conceito de terrorismo para alcançar a prática, reiterada ou não, de ações violentas com fins políticos ou ideológicos, o que, na legislação vigente, não é punido como terrorismo. Em paralelo, almeja-se a inclusão das organizações criminosas que atendam a critérios específicos como organizações terroristas. Essas organizações, embora não tradicionalmente classificadas como terroristas, demonstram padrões de conduta que buscam causar terror na população, desestabilizar instituições governamentais, promover o medo generalizado e ameaçar a paz pública.

As organizações mencionadas na proposta incluem: Primeiro Comando da Capital, Comando Vermelho, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, Família do Norte, Frente pela Libertação da Palestina e Organização para a Libertação da Palestina. A análise destas propostas demonstra que o deputado é favorável ao endurecimento penal e a uma política de segurança mais ostensiva. No mesmo sentido estão os três requerimentos de CPI propostos em 2023, que visavam aos seguintes objetivos: investigar o crime organizado e sua correlação com o crescimento de homicídios e violência em nível nacional; examinar o aumento do uso de crack; e investigar a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), seu propósito efetivo e seus financiadores. Neste último caso, a Justificação — assinada pelo deputado Tenente-Coronel Zucco — aborda o aumento de invasões de propriedades rurais com o seguinte argumento:

> O mais chocante, ainda, é percebermos que existe uma suposta influência por parte do governo federal na atuação deste grupo, uma vez que nos primeiros dois meses da nova gestão, o número de propriedades rurais invadidas já é maior que nos quatro anos de governo Jair Bolsonaro, quando foram registradas apenas 14 invasões de propriedades. Resta, portanto, a esta Casa Legislativa fiscalizar o que de fato vem acontecendo em nosso país. Afinal, qual o verdadeiro propósito do MST? Quem são os financiadores deste Movimento? Qual a realidade atual de todas as propriedades que já foram invadidas?

A criminalização de movimentos sociais, no caso de Rondônia, merece atenção especial quanto aos interesses políticos envolvidos, considerando que o estado é palco de conflitos fundiários e de grandes propriedades de terra ocupadas pela produção do agronegócio.

Em 2024, o número de proposições apresentadas é menor. São 125 proposições apresentadas, das quais 24 se enquadraram em segurança, sendo 7 projetos de lei e 1 requerimento de CPI. Os projetos de lei abrangem: punição ao uso de drogas em espaços públicos,

independentemente da quantidade detectada; autorização para vigilantes de carros-fortes portarem fuzil 7.62 de fabricação nacional em operações de transporte de valores; concessão de porte de armas de uso restrito a vigilantes patrimoniais; e instituição de sanções penais e administrativas para gestores estaduais e municipais que não transferirem ou executarem, no prazo máximo de 60 dias, recursos provenientes de emendas parlamentares. A preocupação com a violência sexual aparece na PL 2499/2024, que estabelece a obrigatoriedade de hospitais, clínicas e unidades básicas de saúde notificarem a autoridade policial em casos de interrupção de gestação decorrente de estupro, incluindo a preservação de material genético. Seu objetivo, segundo a justificativa, é identificar e responsabilizar o autor do crime. Outra proposição correlata prevê o aumento de penas para crimes de estupro e estupro de vulnerável. A PL 2178/2024 propõe alteração da Lei de Execução Penal para permitir a coleta coercitiva de material genético de todos os presos do Sistema Penitenciário Nacional. O requerimento de CPI visa investigar denúncias de exploração sexual infantil na Ilha do Marajó, no estado do Pará.

Já em 2025, das 241 proposições legislativas de sua autoria, 28 incidiram sobre segurança. Entre os 7 projetos de lei apresentados no período, destacam-se: porte de arma de fogo; regulamentação da profissão de localizador de bens; doação de produtos perecíveis ou madeiras para entidades atuantes em proteção e defesa civil; registro audiovisual de diligências realizadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com vistas à garantia da transparência e segurança jurídica das ações fiscalizatórias; reconhecimento do movimento Houthis (Ansar Allah) como organização terrorista; criminalização de atos praticados por organizações criminosas no âmbito de grandes setores da economia; e transferência ao Estado de Rondônia das terras de propriedade da União localizadas em seu território. Nesta última proposta, a justificativa fundamenta-se no conceito de segurança jurídica, embora pudesse ser também interpretada como questão de segurança territorial, considerando os conflitos decorrentes da ausência de regularização fundiária. Como visto, dois dos sete projetos de lei tratam do crime organizado, o que se alinha ao fato de que, atualmente, Fernando Máximo é suplente na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Das matérias legislativas relatadas por Fernando Máximo de 2023 a 2025, somente uma foi sobre o tema de segurança: a PL 204/2022, de autoria de Francisco Jr. (PSD/GO). A proposta dispõe sobre a garantia de, em todo o território nacional, haver a adaptação ou criação de, no mínimo, uma sala reservada e equipada no Instituto Médico Legal (IML), para crianças e adolescentes vítimas de violência. O parecer de Fernando Máximo foi favorável ao projeto.

CONSIDERAÇÕES

Os padrões espaciais de votação revelam que tanto Ieda Chaves quanto Fernando Máximo apresentam redutos eleitorais concentrados, especialmente em Porto Velho, o único município rondoniense classificado como parte da Rota da Criminalidade pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Essa sobreposição entre base eleitoral e território vulnerável sugere que ambos os parlamentares podem desempenhar papel relevante na formulação de políticas voltadas à segurança pública, seja pela presença territorial de suas redes políticas, seja pela responsabilidade direta sobre demandas de seu eleitorado.

A análise legislativa indica diferenças substanciais de agenda e enfoque. Ieda Chaves mostra atuação mais voltada à proteção social, à violência de gênero, à segurança comunitária e ao policiamento ostensivo em nível local. Já Fernando Máximo adota uma abordagem mais alinhada ao endurecimento penal, com proposições que abrangem desde expansão do conceito de terrorismo até aumento de penas, vigilância, porte de armas e investigações sobre crime organizado e movimentos sociais. Sua atuação reforça a crescente centralidade da segurança pública na política nacional, bem como a inserção de Rondônia em debates federais mais amplos sobre crime, fronteira e ordenamento territorial.

Os achados reforçam que o enfrentamento à criminalidade na Amazônia não pode ser dissociado das relações de poder, preferências legislativas, alianças partidárias e disputas internas que caracterizam o campo político rondoniense. Em um contexto marcado pela presença de facções, expansão de economias ilícitas, conflitos fundiários e tensões entre conservação e exploração econômica, compreender a ação dos parlamentares que representam esses territórios é fundamental para avaliar a eficácia das respostas institucionais.

Em síntese, este boletim contribui para ampliar a compreensão sobre como a política eleitoral e legislativa interage com os desafios de segurança pública no estado. Ao evidenciar padrões de votação, agendas legislativas e perfis de atuação, buscamos abrir caminhos importantes para futuras pesquisas e para o aprimoramento de políticas públicas voltadas à redução da violência e ao fortalecimento institucional na Amazônia.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RÔNDONIA. Matérias Legislativas. Disponível em: https://sapl.al.ro.leg.br/materia/pesquisar-materia. Acesso em: 28 nov. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RÔNDONIA. Biografia Ieda Chaves. Disponível em: https://www.al.ro.leg.br/deputados/perfil/ieda-chaves?page=2. Acesso em: 28 nov. 2025.

AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro; SILVA, Glauco P.. A Concentração Eleitoral nas Eleições Paulistas: Medidas e Aplicações. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 59, no 4, 2016, pp. 1091 a 1125, 2011. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/001152582016108.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Dr. Fernando Máximo. Atividades na Câmara. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/220610?ano=2024. Acesso em: 28 nov. 2025.

CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**. Nº 25, Curitiba, 2005.

FONSECA, Dante Ribeiro; VIANA, João Paulo Saraiva Leão. **Do Território do Guaporé ao Estado de Rondônia**: geopolítica, eleições e mudança de elites na Amazônia. Boa Vista. Editora da UFRR, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da violência na Amazônia**. 4.ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/289. Acesso em: 25 nov. 2025.

FRONTEIRAS DA AMAZÔNIA. **Arco Norte e Rondônia – Panorama Geral**. Síntese do Produto 1 - Diagnósticos socioeconômicos, com base em informações secundárias, referentes aos Estados do Arco Norte e Rondônia, mar. 2025. Disponível em: https://www.fronteirasamazonia.ibam.org.br. Acesso em: 25 nov. 2025.

VIANA, João Paulo; SILVA, Ivan Matos; SOUZA, Gabriel. Novas direitas, radicalização conservadora e violência política: alguns apontamentos sobre o caso de Rondônia (2018-2024). **22º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)**, Universidade de São Paulo (USP), 15 a 18 de julho de 2025.

NOTA TÉCNICA EXPLICATIVA

No pleito de 2022, Rondônia elegeu 24 deputados estaduais e 8 deputados federais. Para este boletim, foram selecionados dois parlamentares que se destacaram pelo desempenho no município de Porto Velho, que compõe a Rota da Criminalidade:

- Ieda Chaves (UNIÃO), deputada estadual eleita em 2022;
- Dr. Fernando Máximo (UNIÃO), deputado federal eleito em 2022.

Bases de dados

As informações utilizadas neste estudo foram obtidas a partir de três fontes principais:

- Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – forneceu os resultados oficiais das eleições de 2018 e 2022, contendo o número total de votos por candidato e por município;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – disponibilizou os limites territoriais e arquivos vetoriais (*shapefiles*) dos municípios de Rondônia;
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) – definiu os municípios classificados como integrantes da Rota da Criminalidade na Amazônia Legal.

Os dados eleitorais foram consolidados ao nível municipal, considerando o percentual de votos válidos que cada candidato obteve em relação ao total estadual. Essa padronização garantiu a comparabilidade entre os municípios, evitando distorções decorrentes de diferenças populacionais ou no tamanho do eleitorado.

A integração entre as bases foi feita por meio do código municipal do IBGE, permitindo a junção das informações em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG).

Seleção dos candidatos: procedimentos analíticos

O estudo foi desenvolvido em duas etapas complementares: a análise descritiva da votação e a análise espacial. Na primeira etapa, os percentuais de votos foram calculados e representados graficamente para todo o estado, com destaque visual para os municípios classificados pelo FBSP como parte da Rota da Criminalidade. Essa etapa teve o objetivo de caracterizar a distribuição espacial da votação e verificar a existência (ou ausência) de padrões de associação territorial.

Na segunda etapa, aplicou-se o indicador espacial de Quociente Locacional (QL). O Quociente Locacional (QL) foi utilizado para medir a intensidade relativa da votação de cada candidato em relação à média estadual, conforme a expressão:

$$QL_i = \frac{(V_i / V_t)}{(E_i / E_t)}$$

em que:

- V_i representa os votos do candidato no município i;
- V_t é o total de votos do candidato no estado;
- E_i é o total de votos válidos no município i;
- E_t é o total de votos válidos no estado.

Valores de $QL_i > 1$ indicam concentração eleitoral acima da média estadual, enquanto $QL_i < 1$ apontam desempenho proporcionalmente menor. Esse indicador permite identificar redutos eleitorais e avaliar o grau de especialização territorial da votação.

Tratamento espacial e elaboração dos mapas

As análises foram realizadas no software R (versão 4.4), com o uso dos pacotes *tidyverse*, *sf*, *geobr* e *classInt*. O processamento envolveu três etapas principais:

1. preparação e padronização das bases de dados eleitorais e territoriais;
2. cálculo dos indicadores espaciais (QL);
3. elaboração dos mapas temáticos comparativos.

Os resultados foram apresentados em mapas coropléticos padronizados, com gradiente de cores e legenda uniforme, permitindo a análise do desempenho eleitoral nos municípios do pleito em questão.

INFORME DE
ANÁLISE
05

Desempenho eleitoral e atuação parlamentar dos deputados mais votados nas eleições de 2022 em Bonfim:

município fronteiriço integrante da rota de criminalidade e violência em Roraima

Roberto Ramos Santos, Cleber Batalha Franklin,
Edileuson Santos Almeida, Antônia Celene Miguel

De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), publicados em 2025, na quarta edição de *Cartografias da violência na Amazônia*, o município de Bonfim, estado de Roraima, é um dos pontos estratégicos na rota de violência e criminalidade que avança pela Amazônia Legal brasileira.

Contrabando de mercadorias, garimpo ilegal, tráfico de animais silvestres, exploração sexual de mulheres e narcotráfico, associados às questões fronteiriças, contribuem para a rota

de criminalidade que envolve o município, notadamente a partir dos anos 2010, quando as redes que operam o ilegalismo na Amazônia expandiram seus territórios.

Três fatores contribuíram para o aumento das ocorrências criminais no estado de Roraima:

1. o avanço do garimpo ilegal em terras indígenas durante o governo Bolsonaro 2019-2022 (COELHO, 2022);

2. a chegada e a atuação das duas maiores organizações criminosas do país, originalmente da região Sudeste, o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) (CHAGAS, 2024);

3. o crescimento acelerado do fluxo migratório de venezuelanos fugindo dos problemas econômicos, sociais e políticos vividos em seu país.

Entre 2011 e 2020, quase um milhão de venezuelanos passaram pelo controle nacional de imigração, a maior parte cruzando a fronteira terrestre entre os dois países por Roraima (AQUINO; PARREIRAS, 2024).

Embora nem toda a população de migrantes da Venezuela tenha ficado no estado de Roraima, a permanência de grande número deles, sobretudo em situação de vulnerabilidade social, gerou uma crise humanitária, tendo reflexo, também, na segurança pública. De 2018 a 2024, o número de pessoas venezuelanas no sistema prisional do estado subiu cerca de 500%, passando de 77 para 414 presos no período. Desse número, alguns foram encarcerados por crimes contra a vida, tráfico de drogas e associação ao crime organizado, incluindo as facções venezuelanas, entre elas *Tren de Aragua*, que também passaram a expandir suas atividades ilícitas no Brasil, reforçando o caráter transnacional das dinâmicas criminais na Pan-Amazônia (NÚMERO..., 2024).

CONTEXTO SOCIODEMOGRÁFICO E RESULTADOS ELEITORAIS

Bonfim, município situado na fronteira do Brasil com a Guiana, nos limites da sua extensão territorial de 8.079,84 km^2, tem aglomeração urbana transnacional com a cidade guianense de Lethem. O Censo 2022 contabilizou 13.923 habitantes e, em 2025, a população total foi estimada em 15.570 pessoas. Pelo Censo realizado em 2022, a densidade demográfica do município é de 1,72 habitante por quilômetro quadrado (IBGE, 2023).

Na composição demográfica, são homens 52% da população de Bonfim e 48% são mulheres. Na pirâmide etária, a mediana é de 21 anos. No que se refere à dimensão raça/cor, autodeclaram-se de cor parda 45,5% dos moradores do município; de cor preta, são 3,84%; de cor branca, 7,24%, e 43,39% são indígenas. Bonfim tem a sétima maior população indígena do estado de Roraima, distribuída, principalmente, entre os grupos étnicos Wapichana e Macuxi, vivendo em comunidades como Água Boa, Bom Jesus, Cachoeira do Sapo e Jacamim (RORAIMA, 2024).

Na economia do município, o PIB *per capita* em 2023 foi de R$ 55.512,69, e a agropecuária é a atividade econômica principal. O PIB total foi de 772,9 milhões. O salário médio mensal, em 2023, era de dois salários mínimos; e a proporção de pessoas ocupadas em postos de trabalho formais, em relação à população total, era apenas 9,52%. Considerando os domicílios com rendimento mensal de até meio salário mínimo por pessoa, encontravam-se nessas condições de pobreza 47,7% da população municipal (IBGE, 2025).

Em dezembro de 2025, foram atendidas 3.539 famílias de Bonfim pelo Programa Bolsa Família (PBF) do governo federal, com benefício médio de R$ 841,27. Para o município, os recursos repassados pelo PBF em 2025 totalizaram 2.968 mil reais (Programa Bolsa Família, 2025).

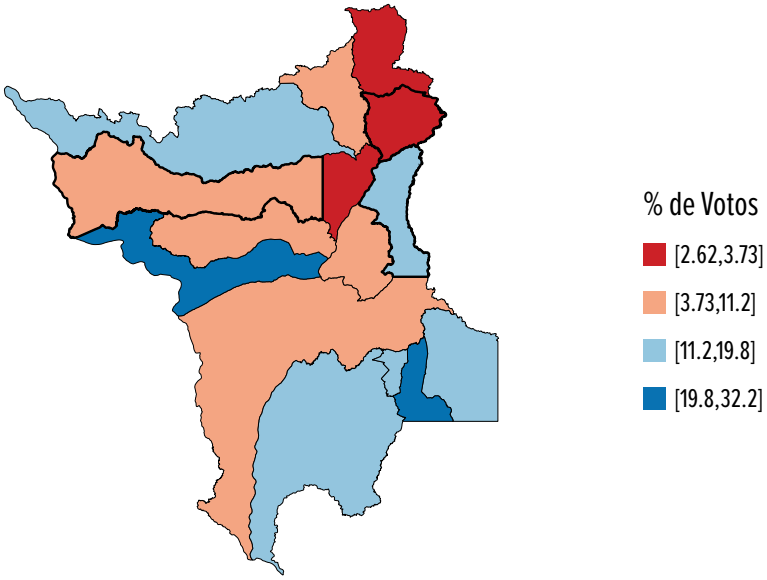
Nos resultados das eleições proporcionais estaduais de 2022, no colégio eleitoral de Bonfim, Jhonatan de Jesus (Republicanos) foi o deputado federal que recebeu a maior proporção de votos; e o deputado Coronel Chagas (PRTB) foi o mais votado para a Assembleia Legislativa.

No Mapa 1, mostra-se a distribuição espacial dos votos de Jhonatan de Jesus em 2022 por municípios do estado de Roraima. A porcentagem de votos está dividida em quatro cortes para auxiliar na visualização. As cores do mapa seguiram uma escala de intensidade: em vermelho escuro, são os municípios onde Jhonatan de Jesus recebeu baixa votação, com percentual de votos entre 2,62% e 3,73%; em salmão claro, a votação dele foi moderadamente baixa, de 3,73% a 11,2%; em azul claro, teve votação moderadamente alta, de 11,2% a 19,8%; e em azul escuro, com densidade elevada, de 19,8% a 32,2% dos votos.

Mapa 1

Votação de Jhonatan de Jesus à Câmara dos Deputados nos municípios de Roraima

2022



Fonte: TSE.

Observa-se, no mapa, o destaque em linha preta no contorno de Bonfim e dos municípios de Alto Alegre e Normandia, que também fazem parte da rota estadual de criminalidade e violência, segundo o levantamento realizado pelo FBSP. Ainda que Bonfim, em azul no mapa, não apareça em nuance azul escuro, que sugere a dominância eleitoral maior do deputado, Jhonatan de Jesus obteve um bom desempenho eleitoral, recebendo 15,4% dos votos atribuídos pelo município. Esse desempenho contribuiu para que ele, em 2022, fosse, pela primeira vez, o deputado federal mais votado em Roraima, com 19.881 votos.

Conforme o indicador de Quociente Locacional (QL), sugerido por Avelino, Biderman e Silva (2016), Jhonatan de Jesus apresentou votação acima do esperado em Bonfim, com taxa de concentração superior a 1,5 QL. O mesmo ocorreu em outros municípios, principalmente do sul do estado, como São João da Baliza, em azul-escuro, onde, desde o início da sua trajetória eleitoral, o político conseguiu ser bem votado.

O QL de um candidato é uma medida

> [...] determinada pela razão entre duas proporções: a proporção dos votos obtidos no município com relação à votação total do candidato e a proporção de eleitores do município no eleitorado do estado, ou seja, a votação esperada do candidato naquele município. (AVELINO; BIDERMAN; SILVA, 2016, p. 1101).

No cálculo do índice, ter QL acima de 1 representa sucesso absoluto na aquisição de votos nos locais aferidos.

Formado em Medicina, Jhonatan de Jesus, nascido em 3 de setembro de 1983, deve muito o início de sua carreira política ao pai, o senador Mecias de Jesus, também do Partido Republicano, que, entre 1994 e 2014, foi eleito seis vezes deputado estadual, com grande margem de votos e boa articulação com líderes políticos de vários municípios. Exerceu a Presidência da Assembleia Legislativa entre 2003 e 2010.

Eleito deputado federal pela primeira vez em 2010, em seu quarto mandato consecutivo de deputado federal, Jhonatan de Jesus deixou a Câmara dos Deputados em março de 2023 para atuar como ministro do Tribunal de Contas da União, sucedendo a ministra e ex-deputada federal por Pernambuco Ana Arraes.

No papel de deputado, de perfil conservador, religião evangélica e integrante do Centrão, em 2016, o político votou pelo *impeachment* de Dilma Rousseff da Presidência da República. Entre 2016 e 2018, durante o governo Michel Temer, foi favorável à PEC encaminhada pelo Executivo para limitar o aumento dos gastos públicos à variação da inflação, prejudicando os brasileiros mais pobres com a diminuição de recursos aplicados em áreas prioritárias como Saúde e Educação.

Votou pela rejeição de envio ao STF da denúncia da Procuradoria-Geral da União (PGU) contra Michel Temer pelos crimes de organização criminosa e obstrução de justiça (G1, 2017).

Jhonatan de Jesus, em 2017, presidiu a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Em 2019, foi titular da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, e, em 2021, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Entre suas iniciativas legislativas, a Lei nº 4.004/2020 — estabelecida para promover mudanças nas regras de transferência de terras da União para os estados de Roraima e Amapá, favorecendo as atividades de desenvolvimento sustentável, agropecuária e regularização fundiária — tornou-se norma jurídica (MACHADO, 2023).

O político roraimense destinou mais de R$ 10,4 milhões de suas emendas orçamentárias para a área de segurança pública estadual, recursos aplicados na aquisição de viaturas, armamentos e equipamentos técnicos para a Polícia Militar, Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros.

Com o ex-deputado Carlos Andrade do extinto PHS, incorporado ao Partido Podemos em 2019, ainda destinou recursos de emenda de cerca de R$ 30 milhões para a implantação do Programa Estadual "Polícia na Rua", considerado o maior programa integrado de segurança pública ostensiva da história de Roraima. Em 2021, além de atender Boa Vista, esse programa passou a funcionar nos municípios do interior.

Em agosto de 2021, na cerimônia de assinatura do decreto de implantação do Programa pelo governador, Jhonatan de Jesus destacou:

> Eu fico muito feliz. Um trabalho que nasceu como uma semente. O Programa Polícia na Rua foi construído a várias mãos, elaborado por nossos próprios coronéis. Foi estruturado por nossos policiais, que conhecem a realidade da Polícia Militar do Estado de Roraima. (FOLHA WEB, 2021).

Indicado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União pelo líder do Partido Republicanos na Câmara dos Deputados, Jhonatan de Jesus demonstrou habilidade na conquista do apoio da maioria dos senadores e dos seus pares na Câmara, incluindo, à época, o presidente da Casa, Arthur Lira, do Partido Progressista de Alagoas.

Na eleição interna, com 239 votos, o político roraimense venceu o ex-deputado do MDB de Minas Gerais, Fábio Ramalho, que, na disputa pelo cargo do TCU, obteve 174 votos, e a deputada do PL fluminense, Soraya Santos, 75 votos. Doze outros partidos com representação na Casa Legislativa apoiaram sua candidatura: MDB, Podemos, PDT, PSB, PSD, PP, União Brasil, PSDB/Cidadania, PT/PCdoB/PV.

Na votação do Senado, Jhonatan de Jesus recebeu 72 votos favoráveis, dois votos contrários e uma abstenção. O apoio da federação de partidos ao nome de Jhonatan de Jesus, encabeçado pelo PT, foi uma maneira de buscar maior adesão ao governo Lula da bancada evangélica e de integrantes do Partido Republicanos (GÓES, 2023).

No discurso de posse, o novo ministro defendeu maior aproximação entre o TCU e o Congresso, considerando que a função do órgão administrativo não é, inicialmente, punir, mas auxiliar o Poder Legislativo no controle externo, responsável por fiscalizar a execução orçamentária e financeira do país (CUNHA, 2023). A composição do TCU é de nove ministros titulares e quatro suplentes. Entre os titulares, seis são escolhidos pelo Congresso Nacional (três pela Câmara e três pelo Senado) e três ministros pelo presidente da República. O cargo é vitalício, com aposentadoria compulsória aos 75 anos.

Líderes indígenas de Roraima, como Ariene Susui, do povo Wapichana, e Júnior Hekurari Yanomami, criticaram a escolha do nome de Jhonatan de Jesus para ministro do TCU, alegando que ele e seu pai, Mecias de Jesus, foram responsáveis, durante o governo Bolsonaro, pela indicação de três coordenadores para o Distrito Sanitário Especial Yanomami no período em que se configurou a crise humanitária sobre o Território Yanomami (LIMA, 2023).

Entre 2019 e 2022, com o avanço descontrolado do garimpo ilegal na Terra Indígena e com a negligência do governo Bolsonaro no cuidado com a saúde da população indígena, mais

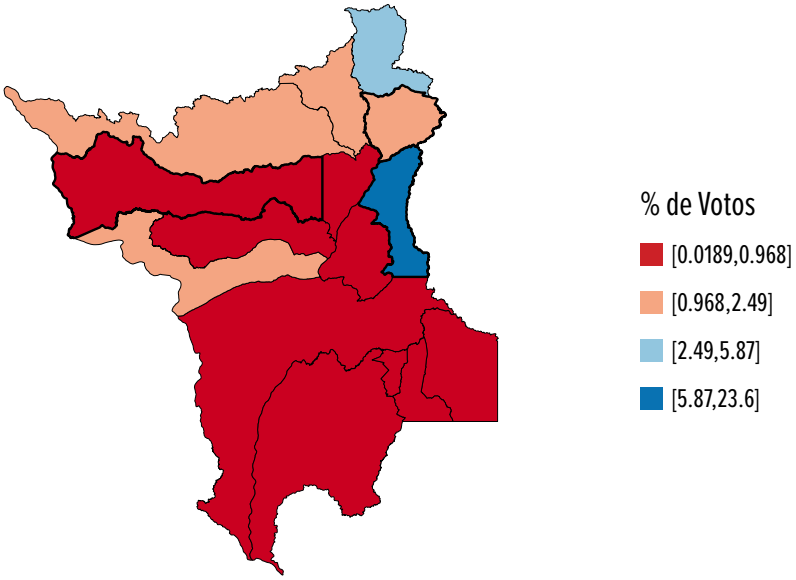
de quinhentas crianças da Etnia Yanomami morreram por fome, desnutrição, malária e outras doenças endêmicas que poderiam ser evitadas (SOUZA, 2023).

Na disputa para a Assembleia Legislativa (ALE-RR), o Coronel Chagas obteve o maior percentual de votos no município de Bonfim em 2022. O peso da sua votação no total de votos do município foi 22,31%. O Mapa 2 mostra a distribuição espacial dos votos do Coronel Chagas por município. Na distribuição de cores do mapa, verifica-se que Bonfim é o único pintado com azul-escuro, o que sugere ser o município seu principal reduto eleitoral. Nele o Coronel Chagas concentrou 41,38% de toda a sua votação.

Mapa 2

Distribuição espacial dos votos do Coronel Chagas por município

2022



Fonte: TSE.

A maior parte do território de Roraima está em vermelho-escuro, indicando o baixo desempenho do candidato na maioria dos municípios do estado (entre 0,0189% e 0,968%). O que leva a acreditar, pela distribuição geográfica dos votos, que se não fosse seu ótimo desempenho eleitoral em Bonfim, dificilmente ele conseguiria ocupar, em 2023, sua quarta cadeira consecutiva na ALE-RR. Pelo cálculo do QL no município, ele obteve indicador acima do esperado, com nota maior que 1.

O apoio eleitoral mais expressivo de Bonfim ao Coronel Chagas é resultado, principalmente, do esforço de campanha de Joner Chagas (Republicanos), à época, prefeito do município. Com capacidade de articulação e mobilização política, privilegiando a estratégia do

voto pessoal, Joner Chagas, conduzindo uma rede difusa de apoiadores, conseguiu tornar o Coronel Chagas o candidato preferido de uma parte expressiva dos votantes. O que levou o candidato, na apuração dos votos, a obter vantagem sobre os demais concorrentes por contar com o apoio político do irmão, então prefeito.

Em novembro de 2025, Joner Chagas, na vice-presidência da Confederação Nacional de Municípios (CNM), foi preso pela Polícia Federal, acusado de fraudes em licitações e desvio de verbas públicas, no valor de R$ 40 milhões, destinadas à manutenção de estradas vicinais no município de Bonfim quando prefeito (G1 RR, 2025).

Natural do Rio Grande do Sul, o Coronel Chagas, com 58 anos em 2025, pertence ao alto escalão da Polícia Militar de Roraima. Sua esposa, Aline Rezende (PP), ex-miss Roraima, é vereadora em Boa Vista por quatro mandatos consecutivos. No parlamento estadual, o Coronel Chagas, que desde 2011 é deputado, já atuou como primeiro vice-presidente da mesa diretora, membro da comissão interna de ética parlamentar. Foi, mais de uma vez, líder da bancada do governo.

No biênio 2025-2026, está inserido em quatro comissões: é presidente da Comissão de Educação, Desportos e Lazer; vice-presidente da Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário; e membro das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e de Administração, Serviços Públicos e Previdência.

No governo estadual, foi secretário de Segurança Pública (2007-2008) e de Justiça e Cidadania (2008), além de chefe da Casa Civil (2008). Ocupou os cargos de comandante-geral da Polícia Militar (2005), diretor-presidente do Detran-RR (2004-2005) e diretor da Academia de Polícia Integrada de Roraima (2006-2007).

O Coronel Chagas é autor da Lei nº 192/2011, que criou o Colégio Militar Estadual de ensino fundamental e médio, e foi relator da Lei nº 1.225/2018, que permitiu o ensino militarizado nas escolas públicas de Roraima. Em 2025, já são 33 escolas militarizadas (20 na capital e 13 no interior) segundo dados divulgados pela Secretaria de Educação do estado (RORAIMA, 2025). Também é dele e do deputado Soldado Sampaio (Republicanos), a autoria da Lei Complementar nº 008/2022, que altera a Lei Complementar nº 194/2012, a qual permite ao governador promover a um posto a mais na carreira militar os policiais militares da reserva remunerada que ocupem cargos no âmbito do Poder Executivo.

No mandato legislativo, o Coronel Chagas também votou pela aprovação da Lei nº 1.453/2021, de iniciativa do Executivo, que permitiu o licenciamento ambiental no estado de Roraima sem estudos prévios de impacto ao meio ambiente por órgãos públicos especializados, para a extração local do ouro com uso de mercúrio e de máquinas pesadas. O STF considerou inconstitucional a Lei Estadual de Roraima nº 1.453 por tratar de matéria de competência da União.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Luseni; PARREIRAS, Angelina. Dinâmicas da violência no território brasileiro: Roraima. In: SANTOS, Maria Paula Gomes (Org.). **Dinâmicas da violência e da criminalidade na região Norte do Brasil**. Brasília: Ipea, 2024.

AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro; SILVA, Glauco Peres da. Concentração eleitoral no Brasil (1994-2014). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, 2016.

CHAGAS, Rodrigo. O "narcogarimpo" na Terra Indígena Yanomami. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 1 (2011). Brasília: Ipea, 2024.

COELHO, Gabriela. Indígenas vão ao Supremo contra garimpeiros ilegais em Roraima. **CNN**, 5 maio 2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/indigenas-vao-ao-supremo-contra-garimpeiros-ilegais-em-roraima/. Acesso em: 19 dez. 2025.

COM recursos de Jhonatan, Polícia na Rua deve ser implantado até outubro. **Folha Web**, 28 ago. 2021. Disponível em: https://www.folhabv.com.br/politica/com-recursos-de-jhonatan-policia-na-rua-deve-ser-implantado-ate-outubro/. Acesso em: 17 nov. 2025.

CUNHA, Fernanda. **Jhonatan de Jesus é eleito ministro do TCU com 239 votos**. 2 fev. 2023. Disponível em: https://republianos10.org.br/republicanos-na-camara/jhonatan-de-jesus-e-eleito-ministro-do-tcu-com-239-votos/. Acesso em: 25 nov. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da violência na Amazônia**. 4. ed. São Paulo, 2025. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/11/cartografias-violencia-amazonia-2025.pdf. Acesso em: 23 nov. 2025.

G1 RR. **Justiça revoga prisão de ex-prefeito investigado pela PF por desvio de R$ 40 milhões**. 5 dez. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2025/12/05/justica-revoga-prisao-de-ex-prefeito-investigado-pela-pf-por-desvio-de-r-40-milhoes.ghtml. Acesso em: 15 dez. 2025.

GÓES, Bruno. Bancada do PT formaliza apoio a Jhonatan de Jesus para o TCU e tenta atrair Republicanos à base de Lula. **O Globo**, 31 jan. 2023. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/bancada-do-pt-formaliza-apoio-a-jhonatan-de-jesus-para-o-tcu-e-tentar-atrair-republicanos-a-base-de-lula.ghtml. Acesso em: 25 nov. 2025.

IBGE. **Censo demográfico 2022**. Rio de Janeiro, 2023.

IBGE. **Cidades e Estados do Brasil**, 2025. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em: 20 nov. 2025.

LIMA, Leanderson. Filho de senador pró-garimpo ganha cargo vitalício no TCU. **Amazônia Real**, 8 fev. 2023. Disponível em: htttps://.amazoniareal.com.br/pro-garimpo/. Acesso em: 19 nov. 2025.

MACHADO, Ralph. **Câmara aprova indicação de Jhonatan de Jesus para o Tribunal de Contas da União**. 7 fev. 2023. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/936784-camara-aprova-indicacao-de-jhonatan-de-jesus-para-o-tribunal-de-contas-da-uniao/. Acesso em: 12 dez. 2025.

NÚMERO de venezuelanos presos em Roraima aumenta 500% em 6 anos. **Revista Oeste**, 8 dez. 2024. Disponível em: https://www.revistaoeste.com/revistaoeste.com/politica/numero-de-venezuelanos-presos-em-roraima-aumenta-500-em-6-anos/. Acesso em: 25 nov. 2025.

RORAIMA. Secretaria de Estado da Saúde. **Análise de situação de saúde Bonfim**: dados demográficos, socioeconômicos e ambientais, 2000-2022. Jan. 2024. Disponível em: https://vigilancia.saude.rr.gov.br/wp- content/uploads/2024/03/

informacao_cds_bonfim_2024_0001.pdf. Acesso em: 24 nov. 2025

RORAIMA. Secretaria de Estado de Educação e Desporto. **Colégios militarizados iniciam solenidades de concessão de alamar, promoção de alunos e passagem de comando**. 20 nov. 2025. Disponível em: file:///C:/Users/ufrr/Downloads/Col%C3%A9gios%20militarizados%20iniciam%20solenidades%20de%20concess%C3%A3o%20de%20alamar,%20promo%C3%A7%C3%A3o%20de%20alunos%20e%20passagem%20de%20comando%20-%20GOVERNO%20DE%20RORAIMA.pdf. Acesso em: 23 nov. 2025.

SOUZA, Oswaldo Braga de. O que você precisa saber para entender a crise na terra indígena Yanomami. **Instituto Socioambiental**, 31 jan. 2023. Disponível em: https:///www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/o-que-voce-precisa-saber-para-entender-crise-na-terra-indigena-yanomami. Acesso em: 19 nov. 2025.

VEJA como deputados votaram no impeachment de Dilma, na PEC 241, na reforma trabalhista e na denúncia contra Temer. **G1**, 2 ago. 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/veja-como-deputados-votaram-no-impeachment-de-dilma-na-pec-241-na-reforma-trabalhista-e-na-denuncia-contra-temer.ghtml. Acesso em: 5 dez. 2025.

INFORME DE **ANÁLISE**

05

Concentração Eleitoral e Vulnerabilidade Territorial: uma Análise Espacial da Política no Tocantins

Albertina V. M. Oliveira, Cynthia M. Miranda, Cristiano A. Viana

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) publicou a pesquisa intitulada "Cartografias da Violência na Amazônia" em novembro de 2025, que é resultado de uma análise do ecossistema criminal na Amazônia Legal. O estudo, que está na quarta edição, aponta para o crescimento dos crimes em decorrência de conflitos fundiários, mineração e desmatamento em um vasto território em que grupos nacionais e locais se articulam e disputam as rotas da criminalidade.

A presente análise baseia-se estritamente no cruzamento de dados públicos, incluindo resultados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e indicadores de segurança e meio ambiente do Anuário de Segurança Pública, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e do Ministério Público do Tocantins (MPTO). O conceito de Quociente Locacional (QL), detalhado adiante, é uma ferramenta estatística para medir a concentração de votos e a representatividade territorial.

O anuário descreve a violência na região não como eventos isolados, mas como um cenário de sobreposição de ilícitos, o que pode se configurar como 'ecologia criminal', reforçando que "as disputas pelo uso do solo, desmatamento, ocupação irregular e conflitos fundiários são hoje um dos principais motores de violência na Amazônia Legal.

É relevante destacar que este estudo aponta correlações e sobreposições espaciais, não estabelecendo relações de causalidade ou conivência entre a representação política e as atividades ilícitas. A concentração de votos em determinadas regiões reflete dinâmicas eleitorais complexas que não podem ser reduzidas a uma única causa ou intenção. Em particular, a análise não atribui intencionalidade aos parlamentares citados, nem sugere envolvimento direto ou indireto com atividades criminosas. O objetivo é contribuir para o debate público sobre os desafios de governança e representação política em territórios de alta complexidade.

Desmatamento, grilagem, garimpo, avanço da fronteira agropecuária e presença do crime organizado se sobrepõem e reconfiguram a dinâmica territorial, ampliando tensões e afetando diretamente povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e agricultores familiares. Cita ainda um crescimento de 32% da presença de facções criminosas em 344 municípios da Amazônia Legal, sendo relevante ponto de observação para analisar a Rota da Criminalidade no Tocantins, que passa a se configurar como um território em disputa e não mais como uma zona de alerta ambiental.

O cruzamento dos dados do relatório Cartografias da Violência na Amazônia 2025 (FBSP) com a matéria publicada pelo Jornal Opção aponta para uma sobreposição entre os territórios de hegemonia política e os corredores de disputa do crime organizado. O mapeamento confirma a presença de facções em 17 municípios do Tocantins, desenhando um 'arco logístico' que circunda os redutos eleitorais que serão analisados a seguir. Enquanto o Eixo Leste (Matopiba), base eleitoral do deputado federal Carlos Gaguim (União), faz fronteira com áreas de atuação de grupos regionais ('Amigos do Estado' em Almas e 'Bonde do Cangaço' em Taguatinga), o Eixo Oeste (Vale do Araguaia), base eleitoral do deputado estadual Nilton Franco (Republicanos), está disposto entre nós estratégicos disputados por facções nacionais: ao norte, Miracema (CV); ao sul, Paraíso (PCC) e Divinópolis (CV/PCC).

O quadro abaixo apresenta os tipos de crimes analisados para a confecção dos indicadores dos documentos produzidos pelo FBSP.

Quadro 1

Tipificação dos crimes - FBSP

Categoria	Tipos de crime
Crimes violentos e contra a vida	Mortes violentas intencionais (MVI), homicídios dolosos, latrocínios, feminicídios, vitimização e letalidade policial
Crimes ambientais e fundiários	Grilagem de terras, garimpo ilegal, desmatamento, tráfico de fauna e flora, e más práticas empresariais (poluição de rios, manejo inadequado de rejeitos)
Crimes conexos e econômicos	Narcotráfico, tráfico de armas, lavagem de dinheiro, tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo

Fonte: produzido pelo Legal/Tocantins.

Este boletim é fruto de uma parceria entre o Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia (Legal) com o FBSP e tem como intuito analisar como as dinâmicas de representação política se sobrepõem a esses territórios de vulnerabilidade.

A ROTA DA CRIMINALIDADE NA AMAZÔNIA LEGAL E NO TOCANTINS

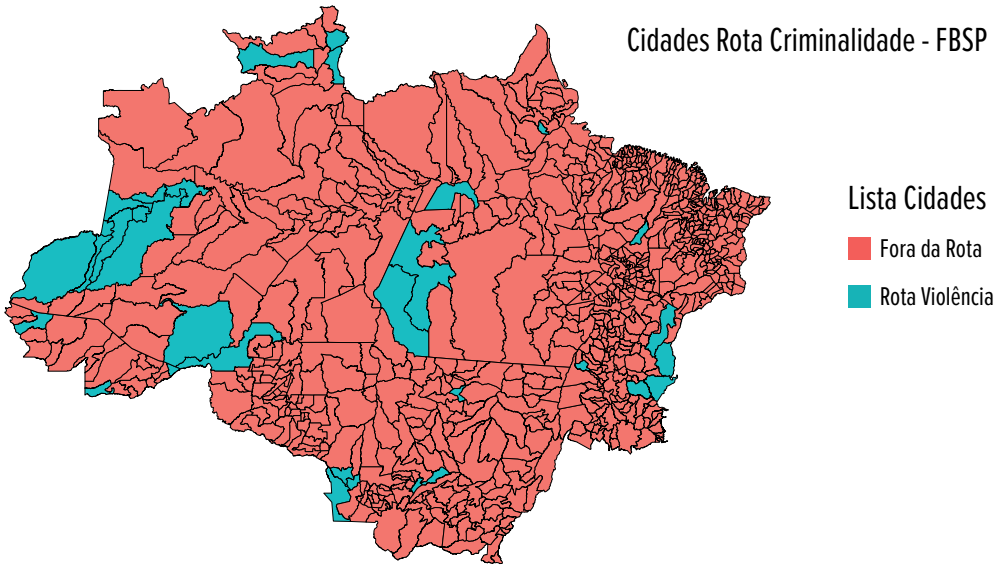
A Figura 1 apresenta a distribuição espacial da "Rota da Criminalidade", de acordo com os dados do FBSP, em toda a Amazônia Legal, enquanto a Figura 2 amplia o recorte para o estado do Tocantins. Essa sobreposição de escalas revela dinâmicas territoriais fundamentais para compreender os desafios de governança na região.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025), o Tocantins apresenta uma taxa de 19,8 homicídios por 100 mil habitantes, situando-se entre os estados com menor incidência de violência letal da Amazônia Legal. Contudo, essa aparente "moderação" estatística mascara uma realidade mais complexa: enquanto a Amazônia Legal registrou uma queda histórica de 50,7% no desmatamento entre 2022 e 2024, impulsionada pela retomada da fiscalização federal, o Tocantins seguiu na contramão dessa tendência, figurando entre os estados que registraram aumento do desmatamento no mesmo período.

Essa discrepância sugere que as dinâmicas locais de uso do solo possuem vetores de resiliência que, por vezes, colidem com as diretrizes de controle federal. A presença de facções criminosas em 17 dos 139 municípios tocantinenses (12% do total) não é distribuída aleatoriamente no território; ela se concentra precisamente nos três municípios identificados como parte da "Rota da Criminalidade": Marianópolis do Tocantins, Ponte Alta do Tocantins e Mateiros (figura 2). Essa concentração não é coincidência, mas reflete a importância estratégica desses territórios para as cadeias de valor da economia regional, tanto lícita quanto ilícita.

Figura 1

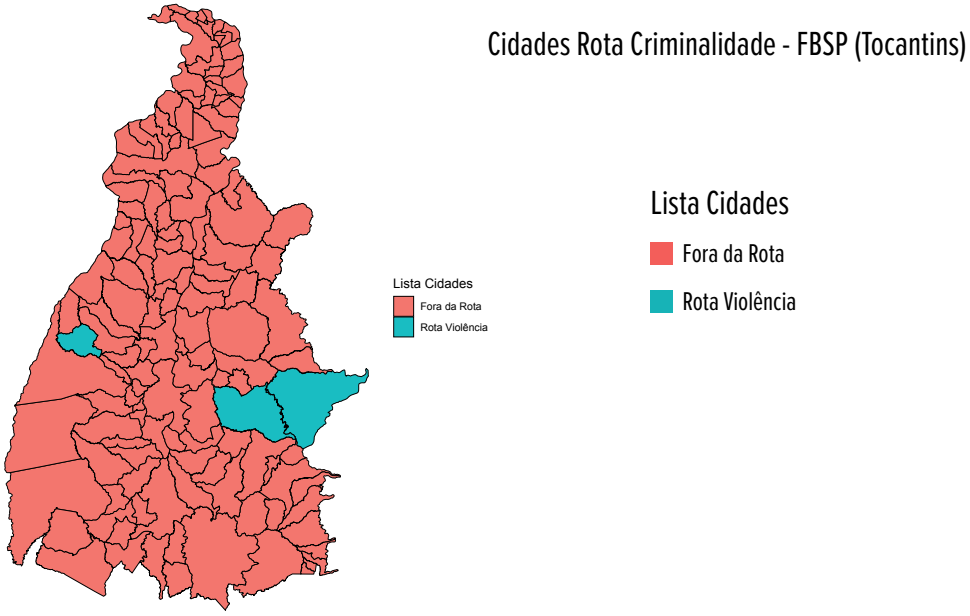
Mapa Rota da Criminalidade na Amazônia Legal



Fonte: Fórum brasileiro de segurança pública.

Figura 2

Rota da Criminalidade no estado do Tocantins



Fonte: Fórum brasileiro de segurança pública.

Esses três municípios formam dois clusters de pressão territorial distintos:

- Cluster Leste (Matopiba/Jalapão): Composto por Mateiros e Ponte Alta do Tocantins, a região coincide com a fronteira de expansão agrícola, configurando-se como um ponto central para pressões fundiárias e ambientais.

- Cluster Oeste (Vale do Araguaia): Composto por Marianópolis do Tocantins, que se destaca como um enclave estratégico na rota logística da bacia do Araguaia, tornando-se uma área sensível para crimes de fluxo e escoamento.

A persistência de altos índices de desmatamento no Tocantins, em contraste com a tendência de queda na Amazônia Legal, levanta a hipótese central deste boletim: a de que a especialização da representação política nessas áreas pode refletir a força das demandas econômicas e políticas locais, gerando um campo de tensão entre desenvolvimento e conformidade legal.

Para entender a dinâmica da representação política, foram analisados os parlamentares mais votados nos municípios que compõem ou estão próximos da chamada "Rota da Criminalidade", nos pleitos de 2018 e 2022. Utilizamos o Quociente Locacional (QL), uma métrica que mede a concentração de votos de um candidato em um determinado município em relação ao seu desempenho geral no estado.

- QL > 1: Indica que o candidato teve uma votação acima do esperado para o tamanho do município, sinalizando um "reduto eleitoral".

- QL > 1,5: Sinaliza um domínio territorial extremo.

A tipologia de crimes monitorada pelo FBSP nessas localidades inclui não apenas mortes violentas intencionais e crimes conexos (narcotráfico, tráfico de armas), mas também crimes ambientais e fundiários como grilagem de terras, garimpo ilegal, desmatamento e tráfico de fauna e flora.

A sobreposição entre esses crimes e a persistência de altos índices de desmatamento no Tocantins apontam para um fenômeno de "ecologia criminal" em que diferentes ilícitos se reforçam mutuamente. Marianópolis do Tocantins, em particular, situa-se em um nó logístico estratégico na bacia do Araguaia, conectando áreas de produção agropecuária (especialmente no Matopiba) a rotas de escoamento que atravessam o estado.

A presença simultânea do Comando Vermelho (CV) e do Primeiro Comando da Capital (PCC) em Marianópolis, conforme documentado pelo Jornal Opção, indica que este município

se configura como um ponto de disputa entre as duas maiores facções do país, sugerindo sua importância para o controle de rotas de tráfico que alimentam mercados nacionais e internacionais. Em fevereiro de 2025 a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (Ficco-GO) deflagrou operação que apreendeu, em pista de pouso clandestina, em Marianópolis, a quantidade de 450 kg de cocaína.

Essa dinâmica territorial, quando correlacionada com os dados eleitorais que serão apresentados adiante, levanta questões importantes sobre a representação política em territórios onde as esferas econômica, lícita e ilícita, se sobrepõem de forma tão intensa.

As análises foram construídas a partir do cruzamento de dados do FBSP e do TSE. Os deputados selecionados para as análises foram escolhidos por meio de análise estatística utilizando o software R de modo que indicasse os campeões de voto nos municípios do Tocantins que foram destacados como rota do crime na pesquisa Cartografias da Violência na Amazônia produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

ANÁLISE DO DEPUTADO FEDERAL CARLOS GAGUIM (ELEIÇÕES 2018 E 2022)

O deputado federal Carlos Gaguim (União Brasil) é uma figura proeminente na política tocantinense. Nascido em 21 de abril de 1961 na cidade de Ceres-Goiás, é graduado em Administração de Empresas; além de exercer a função parlamentar, é administrador e empresário. Gaguim iniciou a sua carreira política como vereador na capital do Tocantins, Palmas, em 1992, reelegendo-se em 1997. Antes de concluir a sua segunda legislatura como vereador, foi eleito deputado estadual e reeleito por mais duas vezes consecutivas; portanto, exerceu três mandatos.

Em 2007 foi conduzido por seus pares à presidência da Assembleia Legislativa do Tocantins e, atendendo o que prevê a Constituição Federal, assumiu o cargo de governador do Tocantins de 2009 a 2010 em decorrência do afastamento do então governador Marcelo Miranda e seu vice, Paulo Sidnei, pelo Superior Tribunal Eleitoral por irregularidades na distribuição de recursos de programas sociais. Carlos Gaguim tentou se reeleger governador no pleito de 2010, mas foi vencido por José Wilson Siqueira Campos. Nas eleições de 2014, ganhou a disputa para deputado federal pelo estado do Tocantins, tendo sido eleito nos dois pleitos seguintes e permanecendo na Câmara Federal até os dias atuais no exercício do seu terceiro mandato consecutivo.

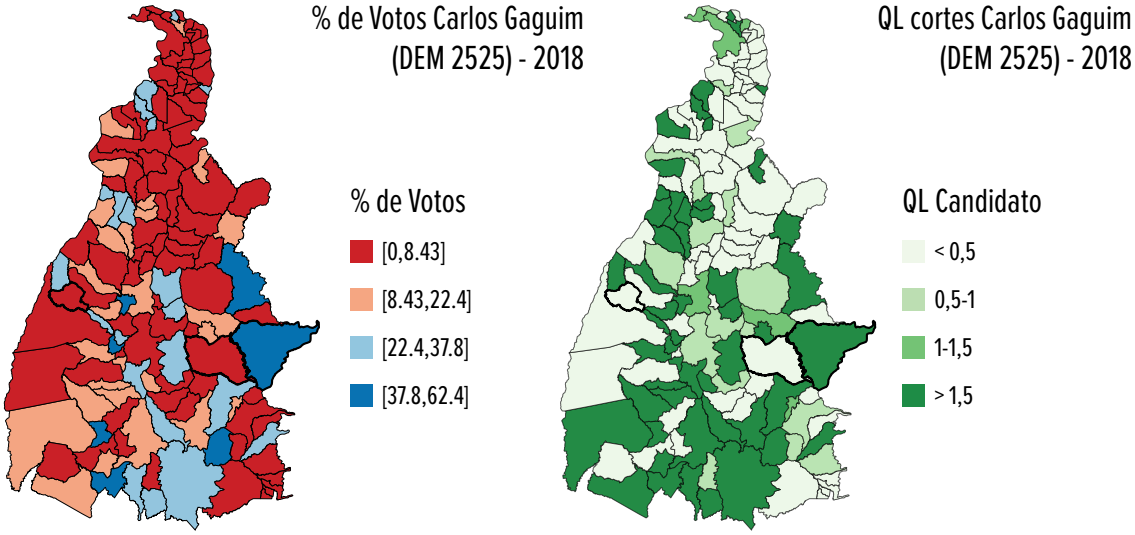
No Congresso Nacional, Gaguim votou a favor da Proposta de Emenda à Constituição nº 03/2021, a chamada PEC da blindagem. Um dos objetivos da proposta era dificultar a investigação e prisão de parlamentares federais. A PEC foi aprovada na Câmara, mas, ao ser enviada para o Senado Federal, foi rejeitada por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e arquivada. Mais recentemente, Gaguim e toda a bancada federal do Tocantins, quase toda formada por agropecuaristas, votaram contra vetos ao PL que elimina ou flexibiliza regras para o licenciamento ambiental no Brasil, que ficou popularmente conhecido como PL da Devastação. Também votou como a maioria da bancada do Tocantins a favor do PL da Dosimetria, que reduz as penas dos envolvidos na invasão dos Três Poderes, em Brasília, no episódio que ficou conhecido como 8 de janeiro.

Sua trajetória eleitoral, analisada por meio dos mapas de Quociente Locacional (QL), revela uma interessante reconfiguração estratégica entre os pleitos de 2018 e 2022. Em 2018, a votação de Gaguim concentrava-se no Cluster Leste (Matopiba/Jalapão), com um QL superior a 1,5 em Mateiros. Isso sugere um forte alinhamento de seu mandato com as pautas da fronteira agrícola, onde a pressão por uso do solo é intensa.

Figuras 3 e 4

Votos e QL de Carlos Gaguim

2018

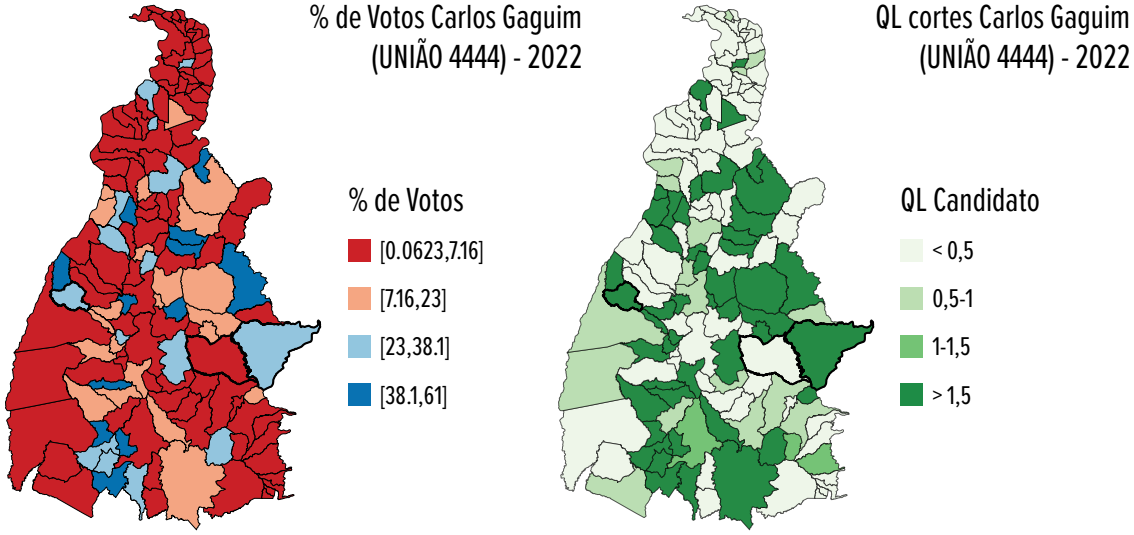


Fonte:

Figuras 5 e 6

Votos e QL de Carlos Gaguim

2022



Fonte:

Nos mapas acima (figuras 5 e 6), no pleito de 2022, observa-se uma notável expansão de sua influência para o Cluster Oeste. Gaguim mantém sua base no leste, mas conquista um QL superior a 1,5 também em Marianópolis do Tocantins, um nó logístico crucial. Essa movimentação sugere uma ampliação de sua capilaridade política para abranger diferentes elos da cadeia de valor da economia rural, da produção ao escoamento.

ANÁLISE DO DEPUTADO ESTADUAL NILTON FRANCO (ELEIÇÕES 2018 E 2022)

Nilton Bandeira Franco, nascido no município de Porto Nacional, no dia 05 de maio de 1967, é um auditor fiscal da Receita Estadual que atua como deputado, pelo partido Republicanos, na Assembleia Legislativa do Tocantins. Sua trajetória política iniciou-se no ano de 2004, pelo MDB, quando se elegeu prefeito da cidade de Pium (TO), tendo sido reeleito em 2008.

Franco foi presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento dos Municípios do Centro-Oeste do Tocantins (MesaOeste), cujo objetivo era estimular o crescimento regional das cidades envolvidas por meio da gestão de serviços, ações e obras de interesse comum. Durante o período em que esteve à frente da prefeitura de Pium, Franco foi considerado um dos 100 melhores gestores do Brasil. Em 2014, foi eleito para o primeiro mandato na

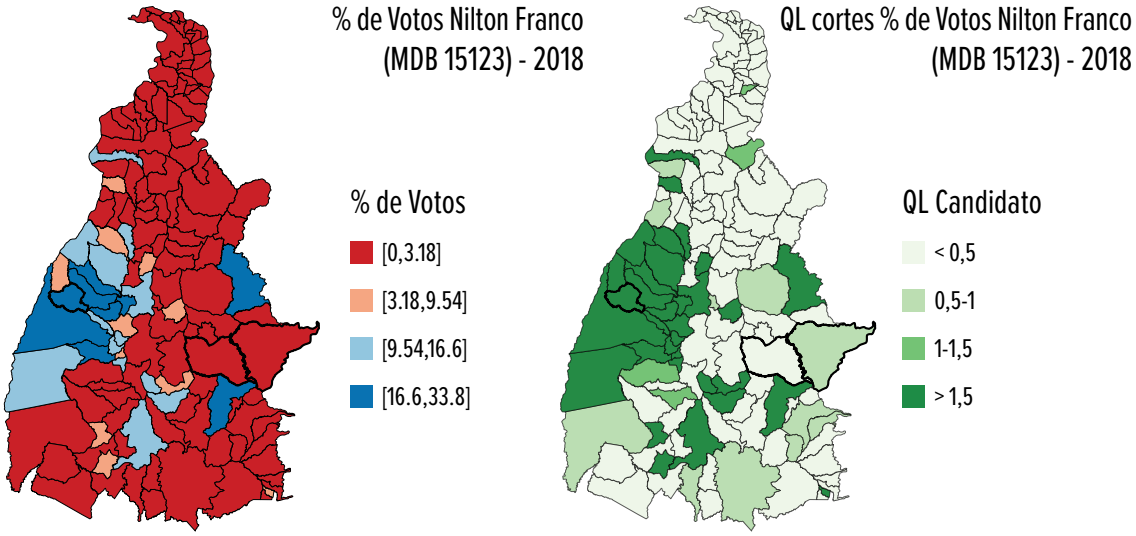
Assembleia Legislativa do Tocantins e, em 2018, reeleito, com 17.639 votos. Em 2022, foi reeleito novamente, com 21.502 votos. Cabe destacar que, até o segundo mandato, ele era filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), considerado um partido centrista, mas, para disputar o terceiro mandato, mudou para o Republicanos.

O deputado estadual Nilton Franco (Republicanos) tem sua base política consolidada no Vale do Araguaia, uma região de alta complexidade logística e fundiária. Em 2018 (figuras 7 e 8), a análise de QL já demonstrava a hegemonia de Nilton Franco no município de Marianópolis do Tocantins, com um QL superior a 1,5. Isso indica que o município já se configurava como um reduto eleitoral de alta especialização para o parlamentar, refletindo a forte conexão de seu mandato com as demandas locais.

Figuras 7 e 8

Votos e QL de Nilton franco

2018

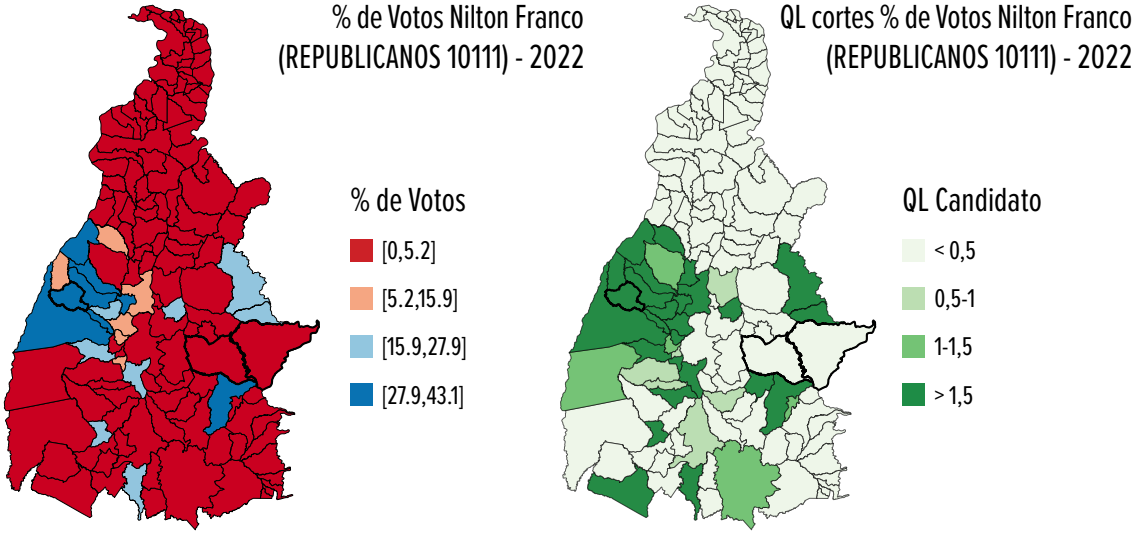


Fonte:

Figuras 9 e 10

Votos e QL de Nilton franco

2022



Fonte:

Nas figuras 9 e 10, que representam as análises do pleito de 2022, essa hegemonia se intensifica. O percentual de votos válidos em Marianópolis aumenta, e o QL se mantém em um patamar de domínio extremo. A consolidação de sua força política nesta região pode ser interpretada como um reflexo da demanda do eleitorado local por representação focada em infraestrutura e regularização fundiária, pautas cruciais para um nó logístico como Marianópolis.

DESAFIOS DE GOVERNANÇA EM TERRITÓRIOS DE SOBREPOSIÇÃO

A análise dos dados eleitorais, em conjunto com os indicadores de segurança do FBSP, revela que os territórios de maior pressão ambiental e criminal no Tocantins não são vazios institucionais, mas sim redutos de alta especialização eleitoral. A sobreposição entre a concentração de votos de determinados parlamentares e a presença de economias ilícitas levanta questões complexas sobre os desafios de governança na região.

A forte institucionalização política dessas áreas, legitimada pelo voto, pode criar um contraponto às pressões regulatórias e de fiscalização externas. A busca por desenvolvimento econômico e segurança jurídica para as atividades produtivas locais, quando ocorre em

territórios permeados por rotas do crime, pode gerar, como consequência não intencional, uma maior dificuldade na implementação de políticas de segurança e ambientais.

A disputa eleitoral em Marianópolis em 2022, que se tornou um reduto compartilhado por ambos os parlamentares analisados, sinaliza que o controle político dos "nós logísticos" é um ativo estratégico. A tendência aponta para uma intensa concorrência pelo domínio dos corredores de produção e escoamento, onde as esferas econômica lícita e ilícita se sobrepõem. Este cenário exigirá uma atenção redobrada dos órgãos de controle e da sociedade civil nas próximas eleições, a fim de garantir que o desenvolvimento do estado ocorra em conformidade com a lei e de forma sustentável.

REFERÊNCIAS

Avelino, G., Biderman, C., & Silva, D. A concentração espacial do voto no Brasil (1994-2014): uma abordagem com dados de georreferenciamento 2016

Carvalho, J. Mapa revela onde facções criminosas ganham força no Tocantins e as regiões mais afetadas. Jornal Opção | Tocantins. Disponível em: https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/mapa-revela-onde-faccoes-criminosas-ganham-forca-no-tocantins-e-as-regioes-mais-afetadas-574219/. Acessado em: 28 de nov de 2025.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública . Cartografias da Violência na Amazônia (4ª ed.).

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública (19ª ed.).

Investigação sistemática da criminalidade e representação política na Amazônia Legal

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Legal Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal

AMAZÔNIA

INFORME DE
ANÁLISE
05

Investigação sistemática da criminalidade e representação política na Amazônia Legal

2006-2026
FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA
20ANOS